

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO
DIRETORIA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E INOVAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL DE SOCIOLOGIA EM REDE NACIONAL

AVACI DUDA XAVIER

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: um estudo sobre a inclusão nos livros de Sociologia
aprovados pelo PNLD 2018

Recife
2020

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO
MESTRADO PROFISSIONAL DE SOCIOLOGIA EM REDE NACIONAL

AVACI DUDA XAVIER

**PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: um estudo sobre a inclusão nos livros de Sociologia
aprovados pelo PNLD 2018**

Trabalho apresentado ao Programa de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional – ProfSocio como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Guimarães
Coorientadora: Profa. Dra. Ana Abranches

Recife

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Fundação Joaquim Nabuco - Biblioteca)

X3p

Xavier, Avaci Duda

Pessoas com deficiência: um estudo sobre a inclusão nos livros de sociologia aprovados pelo PNLD 2018/Avaci Duda Xavier. - Recife: O Autor, 2020.

114 p.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Guimarães

Coorientadora: Profa. Dra. Ana Abranches

Dissertação (Mestrado) - Programa de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional -ProfSocio, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2020

Inclui bibliografia

1. Educação, inclusão. 2. Livro Didático. 3. Sociologia. I. Guimarães, Henrique, orient. II. Abranches, Ana, coorient. III. Título

CDU: 376(075.3):301

FOLHA DE APROVAÇÃO

AVACI DUDA XAVIER

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: um estudo sobre a inclusão nos livros de Sociologia aprovados pelo PNLD 2018

Trabalho apresentado ao Programa de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional – ProfSocio como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovado em 30 de março de 2020 em banca online.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Henrique Guimaraes
Orientador
Fundação Joaquim Nabuco

Profa. Dra. Darcilene Gomes
Examinadora Titular Interna
Fundação Joaquim Nabuco

Prof. Dr. Maximiliano Wanderley Carneiro da Cunha
Examinador Titular Externo
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Recife
2020

*Quem nasceu diferente,
e venceu preconceito,
a gente tem que admirar.*

Samba-Enredo 2007 da Escola Império Serrano - RJ

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, que me proporcionou esta oportunidade de concretizar mais este sonho.

A todos aqueles que fizeram parte da caminhada neste curso, especialmente à minha família que esteve ao meu lado durante todos os momentos. Este foi um período difícil, de transformação e reinício profissional.

À minha esposa, Karla Michelly Fabrício, pelo companheirismo, enorme colaboração nas leituras desta pesquisa, nas correções, nas sugestões, entre outros auxílios.

Ao meu filho, Heitor Xavier, que em meio ao estresse cotidiano, foi calma para mim.

À minha mãe, Maria Aparecida Duda, pelo cuidado, preocupação e incentivo.

A todos os professores que lecionaram durante o mestrado, à coordenação pela seriedade e compromisso, à secretaria pela atenção e disponibilidade, bem como a todos os colegas de turma que foram grandes companheiros de jornada.

Este curso me proporcionou muitas aprendizagens, assim como muitas aventuras e risadas. A segunda-feira à noite era o dia das leituras e dos jantares compartilhados com a turma que dormia na casa da Dona Edneia. Não posso deixar de registrar esses momentos ao lado dos amigos Paulo, Ailton, Viviane e Monique.

Aos demais colegas, quero agradecer o compartilhamento de ideias, as trocas de experiências. Obrigado a todos.

Ao professor Henrique Guimaraes, quero agradecer a atenção, a paciência, a preocupação, como também as sugestões feitas para realização deste trabalho. À professora Ana Abranches, pelas leituras e indicações.

Aos professores Darcilene Gomes e Maximiliano Carneiro da Cunha, que acompanharam esta pesquisa desde a qualificação, e que de forma muito tranquila, fizeram sugestões para que este trabalho pudesse se concretizar.

Obrigado a todos. Vocês foram muito importantes nesta caminhada.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar como os livros didáticos de sociologia aprovados pelo PNLD 2018 apresentam e discutem a temática da pessoa com deficiência. Neste estudo, foi realizada uma pesquisa qualitativa por meio da análise de conteúdo, na qual analisamos como esse grupo social está presente nos manuais didáticos. Em um segundo momento, entrevistamos professores da rede estadual de educação de Pernambuco que lecionam a referida disciplina. Abordamos ainda conceitos de inclusão e estigmas, bem como a trajetória da exclusão da PcD ao longo dos séculos, apresentando a legislação que ampara esse grupo social no panorama internacional e nacional, além de dialogar com as temáticas dos direitos sociais e humanos. Baseamo-nos, principalmente, nos estudos desenvolvidos por Goffman (1982), Mittler (2003), Vygotsky (1997, 2003), Mantoan (2003, 2006, 2007, 2010), Sasaki (1997), Silva (1999, 2006, 2007), Meucci (2014), entre outros. A nossa questão de investigação foi: De que maneira as pessoas com deficiência estão representadas nos livros de Sociologia aprovados pelo PNLD 2018? Como hipótese, consideramos que o LD ao abordar a PcD pode ser mais um mecanismo para colaborar com a aprendizagem dos que fazem uso dele, além de promover uma importante reflexão sobre a inclusão social desse grupo. Após analisar cada obra, constatamos que a PcD ainda é silenciada. Entretanto, mesmo sendo um tema ausente no edital do PNLD, em quatro das cinco obras analisadas, essa minoria foi apresentada, com variação de ocorrência em alguns critérios. Constatamos também, ao analisar o edital do PNLD 2018, que o referido documento não traz nenhuma rubrica que solicita a inclusão desse assunto nos livros, ficando a cargo dos autores e editoras contemplar o tema ou não. Ao final desse estudo, identificamos que esse grupo tem aparecido nos livros didáticos, porém com pouca visibilidade.

Palavras-Chave: Pessoa com Deficiência. PNLD. Livro Didático. Inclusão. Escola.

ABSTRACT

This study aims to analyze how the sociology textbooks approved by PNLD (Textbook and Courseware National Program) 2018 present and discuss the theme of the person with disabilities. In this study, a qualitative research was accomplished through content analysis, in which we analyzed how this social group is showed in the textbooks. In a second step, we interviewed teachers from the state public schools of Pernambuco, who teach Sociology. We also approach concepts of inclusion and stigmas, as well as the trajectory of the exclusion of PwD (Person with disabilities) over the centuries, presenting the legislation that supports this social group in the international and national panorama, in addition, we dialogue with social and human rights issues. We rely mainly on studies developed by Goffman (1982), Mittler (2003), Vygotsky (1997, 2003), Mantoan (2003, 2006, 2007, 2010), Sassaki (1997), Silva (1999, 2006, 2007), Meucci (2014) among others. Our research question was: How are people with disabilities represented in the Sociology textbooks approved by PNLD 2018? As a hypothesis, we consider that the LD (Textbook), when approaching PwD, can be another mechanism to collaborate with the learning of those who use it. In addition it promotes an important reflection on the social inclusion of this group. After analyzing each textbook, we found that PwD is still silenced. However, even though this theme is absent in the PNLD proposal, in four of the five analyzed works, this minority was presented, with variation of occurrence in some criteria. We also noticed, by analyzing the PNLD 2018 proposal, that the document doesn't include any rubric that requests the inclusion of this subject in the books. So, that is a choice of the authors and publishers to contemplate the theme or not. At the end of this study, we identified that this group has appeared in textbooks, but with little visibility.

Keywords: Person with Disabilities. PNLD. Textbook. Inclusion. School.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Exclusão.....	32
Figura 2 - Segregação	33
Figura 3 - Integração.....	33
Figura 4 - Inclusão.....	34
Figura 5 - Princípios norteadores da educação em direitos humanos (DH) na educação básica	35
Figura 6 - Livros Didáticos PNLD 2018	48
Figura 7 - As três etapas da Análise de Conteúdo	54
Figura 8 - O Conflito entre as obrigações do trabalho e as outras esferas da vida do indivíduo	64
Figura 9 - Os direitos sociais	65
Figura 10 - A inclusão na sala de aula.....	66
Figura 11 - Cartaz do filme Gênio Indomável (1997).....	67
Figura 12 - Número de Pessoas com deficiência no Brasil	72
Figura 13 - Jovem com Síndrome de Down no mercado de trabalho	75
Figura 14 - Semana de Ação Mundial do PNE 2014	77
Figura 15 - Atleta Paraolímpico	78
Figura 16 - Questão do ENEM 2015	79
Figura 17 - O jeitinho brasileiro	80
Figura 18 - A socialização por meio do esporte	82
Figura 19 - A PcD no censo	83
Figura 20 - Linha do Tempo – Legislações.....	84
Figura 21 - Declaração dos Direitos Humanos.....	85

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Marcos legais para a pessoa com deficiência no âmbito internacional.....	28
Quadro 2 - Marcos legais para a pessoa com deficiência no Brasil	31
Quadro 3 - Critérios para avaliação do LD de Sociologia pelos avaliadores do PNLD.....	46
Quadro 4 - Critérios para verificação nos Livros Didáticos	55
Quadro 5 - Tipos de Barreiras Atitudinais.....	58
Quadro 6 - Sequência dos livros analisados	62
Quadro 7 - Análise do LD 1	69
Quadro 8 - Análise do LD 2	72
Quadro 9 - Número de Pessoas com deficiência por empresa	75
Quadro 10 - Análise LD 3	80
Quadro 11 - Análise do LD 4	85
Quadro 12 - Análise LD 5	88
Quadro 13 - Tipos de deficiência presentes nos livros de Sociologia do PNLD 2018.....	90

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Ocorrências de recursos abordando a temática “Inclusão da Pessoa com deficiência”	90
Gráfico 2 - Sexo dos participantes.....	92
Gráfico 3 - Idade dos participantes.....	93
Gráfico 4 - Tipo de vínculo dos participantes	93
Gráfico 5 - Tempo de atuação	94
Gráfico 6 - Formação inicial dos participantes.....	94
Gráfico 7 - Componente(s) curricular(es) que leciona	95
Gráfico 8 - Tempo ensinando Sociologia	96
Gráfico 9 - Motivação para lecionar Sociologia.....	96
Gráfico 10 - Participação em formação continuada	97
Gráfico 11 - Instituição promotora da Formação	98
Gráfico 12 - Uso do LD de Sociologia	99
Gráfico 13 - Frequência de uso do LD	99
Gráfico 14 - Motivo para a seleção do livro	100
Gráfico 15 - Identificação da temática “Inclusão da Pessoa com deficiência” no LD	100
Gráfico 16 - Relevância da temática “Pessoa com deficiência” no LD	101
Gráfico 17 - Conhecimento sobre legislação.....	102

LISTA DE SIGLAS

AEE – Atendimento Educacional Especializado
BDTD – Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
BNCC – Base Nacional Comum Curricular
CDPD – Convenção Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência
CF – Constituição Federal
CNE – Conselho Nacional de Educação
DH – Direitos Humanos
DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos
EM – Ensino Médio
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco
GRE – Gerência Regional de Educação
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LD – Livro Didático
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
MEC – Ministério da Educação e Cultura
OCEM – Orientações Curriculares para o Ensino Médio
OCN – Organização Curricular Nacional
ONU – Organização das Nações Unidas
PcD – Pessoa com deficiência
PE – Pernambuco
PNE – Plano Nacional de Educação
PNLD – Programa Nacional do Livro e do Material Didático
PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação
UERN – Universidade Estadual do Rio Grande do Norte
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UFPB – Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 PESSOA COM DEFICIÊNCIA: DA EXCLUSÃO À INCLUSÃO.....	18
1.1 Sociologia e Educação Inclusiva.....	18
1.2 Inclusão: conceitos e abordagens	21
1.3 A pessoa com deficiência e suas conquistas na legislação internacional	27
1.4 A pessoa com deficiência e suas conquistas na legislação nacional.....	30
1.5 Direitos sociais e direitos humanos	35
2 SOCIOLOGIA E INCLUSÃO DA PCD: O QUE DIZEM OS ESTUDOS ACADÊMICOS E A TRAJETÓRIA DESSA DISCIPLINA NO CURRÍCULO	40
2.1 Produções acadêmicas que se aproximam do nosso objeto de estudo.	40
2.2 A trajetória do PNLD e o LD de Sociologia	45
2.3 Sociologia, intermitência, currículo e formação docente	49
3 FUNDAMENTOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	54
3. 1 Coleta de dados: Instrumento utilizado para montagem do perfil dos docentes	60
4 ORGANIZAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	62
4. 1 Apresentando o LD 1 – Sociologia	62
4.1.1 Análise do LD 1.....	63
4. 2 Apresentando o LD 2 – Sociologia Hoje	69
4.2.1 Análise do livro 2 – Sociologia Hoje.....	70
4. 3 Apresentando o LD 3 – Tempos Modernos, Tempos de Sociologia	74
4.3.1 Análise do livro 3 – Tempos Modernos, Tempos de Sociologia.....	74
4. 4 Apresentando o LD 4 - Sociologia em Movimento	81
4. 4.1 Análise do LD 4 - Sociologia em Movimento.....	82
4. 5 Apresentando o LD 5 - Sociologia para Jovens do Século XXI.....	86
4.5.1 Análise do LD 5 - Sociologia para Jovens do Século XXI	87
4. 6 Considerações Gerais	89
4.7 Um diálogo com professores de Sociologia.....	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
REFERÊNCIAS	106
APÊNDICE A	113

INTRODUÇÃO

O ensino de Sociologia aos poucos vem se consolidando nas escolas de ensino médio do país. Historicamente, a intermitência dessa disciplina no currículo trouxe uma falta de continuidade na produção acadêmica da área. No entanto, após o retorno da sociologia aos programas, a partir de 2008, houve uma expansão dessa produção, bem como de materiais didáticos na área. Dessa forma, o presente trabalho, que se dedica principalmente à análise de material didático, soma-se à referida produção que discorre sobre o citado assunto.

Ao tratarmos a Sociologia enquanto ciência é comum se pensar que os fenômenos sociais são de origem natural, e não construídos e formados socialmente. A respeito desse pensamento, Moraes e Guimarães (2010, p.47) apontam que se faz necessário “[...] desfazer esse entendimento imediato, uma vez que o papel central que o pensamento sociológico realiza é a desnaturalização das concepções ou explicações dos fenômenos sociais”. Então, compreende-se que é necessária a quebra dos argumentos naturalizadores, para que não se perca a historicidade dos fenômenos sociais. Ainda segundo Moraes e Guimarães (2010, p.47), ao procurar “fazer uma ponte entre estranhamento e a desnaturalização, pode-se afirmar que a vida em sociedade é dinâmica, em constante transformação; constitui-se de uma multiplicidade de relações sociais que revelam as mediações e as contradições da realidade objetiva de um dado período histórico”. Dessa forma, a dinâmica da vida social oferece as ferramentas fundamentais para a sistematização do conhecimento.

A atuação das Ciências Sociais supõe a superação do senso comum em direção a uma análise científica da sociedade. Nesse contexto, apresentamos o nosso interesse pela temática a respeito da inclusão da pessoa com deficiência (PcD) nos livros didáticos de Sociologia no Brasil. É notório o protagonismo do livro didático como uma importante ferramenta que tem colaborado com o trabalho docente nas salas de aula do país. Dessa maneira, esta pesquisa terá como objeto de estudo os livros de Sociologia que fazem parte do PNLD 2018 e que seguirão em vigor até 2020.

Nesse contexto, com a responsabilidade de um docente que acredita na valorização das diferenças é que buscar-se-á identificar como os livros didáticos de sociologia abordam a temática da inclusão social da PcD em suas páginas. Para tal, será feita uma análise dos cinco livros aprovados pelo PNLD 2018, para compreender como essas pessoas são apresentadas ou omitidas por essa importante ferramenta de trabalho que chega às mãos dos discentes todos os anos.

Com os movimentos pela inclusão da PcD na escola, percebe-se que aos poucos essa instituição se abre para a inserção desse grupo no espaço escolar. É importante salientar que as PcD não são um grupo homogêneo, pois existe uma multiplicidade de deficiências que acaba por dificultar o entendimento da temática por grande parte da sociedade. Quanto à capacitação, Silva e Garcez (2019) afirmam que, em geral, os docentes não têm formação específica para ensinar a esse grupo social, mas isso não lhes tira a responsabilidade de ensiná-lo. Muitos docentes que lecionam o componente curricular (Sociologia) não têm formação na área das Ciências Sociais. Dessa forma, pretendemos confirmar a hipótese de que apresenta o livro didático (LD) como suporte fundamental para o desenvolvimento do trabalho pedagógico do professor que ensina essa disciplina. Silva (1999, p.82) ratifica a informação sobre a formação inicial dos docentes que ministram aulas de Sociologia quando afirma: “Analisando os dados sobre os professores que ministravam a Sociologia em 1999, observa-se que 65% não são formados em Sociologia”. De lá para cá, não tem sido diferente, o número de professores sem formação ensinando a disciplina Sociologia ainda é bem alto. Segundo Trópia (2017), em Pernambuco, apenas 3,2% dos docentes que lecionam a disciplina Sociologia no Ensino Médio público são licenciados em Ciências Sociais. Neste estado, 42,2% têm Licenciatura em História; 19,2% Licenciatura em Geografia e 13,6% Licenciatura em Pedagogia.

Ao considerar a problemática da formação docente, elegemos como hipótese nesse estudo que o LD de Sociologia, ao abordar a temática “Pessoa com Deficiência”, pode ser mais um mecanismo para colaborar com a aprendizagem dos que fazem uso dele, além de promover uma importante reflexão sobre a inclusão social desse grupo. Para confirmar o nosso pressuposto, analisamos o conteúdo dos LD de Sociologia aprovados pelo PNLD 2018, e entrevistamos 11 (onze) professores que lecionam Sociologia nas escolas da rede estadual da Gerência Regional Vale do Capibaribe. A pesquisa foi realizada através de um questionário estruturado, a fim de buscar conhecer a formação dos entrevistados, o uso do LD e o entendimento desses profissionais sobre a temática da inclusão da pessoa com deficiência.

Mesmo na atualidade, muitos professores das diversas áreas não têm um conhecimento sobre a inclusão da PcD. Quanto a essa questão, entende-se que, muitas vezes, é responsabilidade dos professores desnaturalizar alguns fatos e tratá-los numa perspectiva sociológica. Segundo Takagi e Moraes (2007), e considerando como base o Parecer (CNE/CEB 15/ 1998), os conteúdos da Sociologia poderiam ser tratados por outras disciplinas, pois ainda que atribuam um valor (exercício da cidadania) ao ensino dessa disciplina, acreditam que seus temas possam ser tratados de modo interdisciplinar. Desse

modo, não cabe somente à Sociologia ou ao professor dessa disciplina discutir alguns conteúdos, como por exemplo: a questão da inclusão, do racismo e do preconceito. No entanto, sabe-se que esse componente curricular pode contribuir imensamente ao abordar a inclusão da PcD.

Atualmente, temos percebido que o ensino de Sociologia tem focado, cada vez mais, na reflexão, na contextualização e na humanização dos fatos. Dessa maneira, pergunta-se: como compreender os paradigmas que foram impostos à PcD na sociedade? Seria o livro didático e a disciplina Sociologia elementos capazes de ajudar nessa desnaturalização?

A pessoa com deficiência, ao longo de sua história, tem enfrentado alguns paradigmas. A seguir apresentamos os mais conhecidos: exclusão - rejeição social (esse é composto por vários momentos, uma vez que durou um longo período de tempo, da antiguidade até o século XIX); segregação - assistencialismo (durante o paradigma da segregação, a ideia do isolamento se fortaleceu e foram criados locais específicos para o isolamento); integração - modelo médico da deficiência (a medicina aqui é considerada uma prática para curar doenças que acometem o organismo, práticas como a de prevenção não são consideradas ainda); inclusão – nesse modelo se tem uma mudança de perspectiva educacional, em que, segundo Mantoan (2015), não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os outros grupos estigmatizados, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.

Na atualidade, vivemos o paradigma da inclusão. Destarte, torna-se importante refletir sobre como a inclusão social da PcD pode acontecer de fato, a começar pelo currículo, como objeto de ensino-aprendizagem dos diversos componentes curriculares, e de modo mais específico, através da Sociologia. Nesse contexto, faz-se relevante trazer para a sala de aula de ensino médio uma conexão entre o que está posto no currículo; por conseguinte, nos livros didáticos, e os saberes necessários para a formação de cidadãos conscientes, críticos e participantes da vida social e política do país.

Existe um consenso entre os estudiosos, pesquisadores e professores sobre a importância da Sociologia como componente curricular. Ao ser trabalhado na escola, ele possibilita um enriquecimento teórico e intelectual muito relevante para a juventude. Neste sentido, concordamos com Bomeny *et al* (2016) que afirma:

“A Sociologia nos ajuda, portanto, a refletir sobre as opiniões que temos. Ela nos ensina a suspeitar de nossas certezas arraigadas. É o campo do conhecimento que modifica nossa percepção do dia a dia, assim, contribui para alterar a maneira de vermos nossa vida e o mundo que nos cerca.”

Nesse contexto, a sociologia colabora com a desnaturalização de antigos estigmas que foram lançados sobre determinados grupos, inclusive as PcD, pois possibilita rever os conceitos naturalizados pela sociedade ao longo dos anos. A inclusão da PcD, da mesma maneira da não discriminação, é um direito social que precisa ser assegurado conforme está posto na Constituição Federal de 1988 no capítulo 2, artigo 7º, inciso 31, que aborda a “proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência.” Dessa forma, percebe-se que as barreiras que impedem a pessoa com deficiência de estudar ou trabalhar precisam ser combatidas para que a inclusão possa ser efetivada.

Ainda de acordo com Bomeny *et al.* (2016, p. 35)

A Sociologia nos ensina a pensar a respeito dos problemas que estão ao nosso redor. No entanto, nós mesmos vivemos as situações sobre as quais devemos refletir. Portanto, somos ao mesmo tempo quem estuda e quem vive as situações que queremos estudar. Em parte, somos modificados pelo que acontece; em parte, modificamos o que está perto. O conhecimento que temos se altera à medida que novos problemas nos desafiam.

Levando em consideração a pertinência da temática e o papel transformador da Sociologia como disciplina que tem resistido às atribulações dos tempos passado e presente, é necessário que todos tenham seus direitos sociais, civis e políticos assegurados nas suas diferenças. Desta forma, apresentamos o nosso problema de pesquisa: De que maneira, as pessoas com deficiência estão representadas nos livros de Sociologia aprovados pelo PNLD 2018?

Em uma sociedade plural, em que direitos devem ser para todos, não se justifica a exclusão das pessoas com deficiência das páginas dos livros, pois isso ratifica antigos estigmas/preconceitos que, ao longo dos séculos, perseguiram essas pessoas. Neste trabalho, utilizamos Previtalli e Vieira (2017) para definir o conceito de preconceito:

[...] um atributo pejorativo que estigmatiza alguém e também desumaniza tanto quem é preconceituoso, quanto quem sofreu o preconceito. [...] o preconceito é construído na relação com o outro, pois enquanto normatiza um, estigmatiza o outro. (PREVITALLI; VIEIRA, 2017, p.29)

A escola, assim como o educador, não pode compactuar com esse tipo de prática. O combate ao preconceito deve ser contínuo.

Neste sentido, o presente estudo tem como objetivo geral: analisar como os livros didáticos de Sociologia aprovados pelo PNLD 2018 apresentam e discutem a temática da pessoa com deficiência.

E como objetivos específicos: Descrever e contextualizar o marco teórico-normativo da deficiência como inclusão a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948; Descrever e contextualizar a trajetória do PNLD desde a sua criação (1985) até o ano de 2018; Apresentar o que tem sido produzido na pós-graduação em pesquisas sobre a temática da PcD nos livros didáticos de sociologia no período de 2008 a 2018; e por fim, verificar o perfil dos professores que ministram as aulas de Sociologia nas escolas da rede estadual de Pernambuco.

A dissertação está estruturada da seguinte maneira: no primeiro capítulo, discutiremos o pensamento de autores que estudam a inclusão da PcD no contexto da escola e as transformações que precisam acontecer na estrutura física, no currículo, e nas atitudes dos diversos atores da comunidade escolar. Dessa forma, dialogamos com os estudos de Goffman (1988), Mittler (2003), Vygotsky (1997, 2003), Mantoan (2003, 2006, 2007, 2010, 2015), Sasaki (1997), etc. Abordaremos ainda os conceitos de inclusão e estigmas, bem como a trajetória da exclusão da PcD ao longo dos séculos, concluiremos o referido capítulo apresentando a legislação que ampara esse grupo social no panorama internacional e nacional, além de dialogar com os direitos sociais e humanos.

No capítulo dois, na parte inicial, apresentaremos o estado da arte, discutindo as principais produções acadêmicas no contexto do objeto de estudo proposto por esta pesquisa no campo da Sociologia ou da Educação. Na segunda parte, será apresentada a importância do PNLD, a escolha do livro didático, bem como o retorno da Sociologia no currículo.

No capítulo seguinte, apresentaremos a metodologia. Inicialmente faremos uma descrição dos critérios de análise do *corpus* principal deste estudo, que são os cinco livros didáticos aprovados pelo PNLD 2018. Em seguida, descreveremos os propósitos do instrumento para coleta de dados de nosso *corpus* secundário (uma entrevista estruturada), realizada com o intuito de traçar um perfil dos docentes de Sociologia. Essa pesquisa utilizou como metodologia a análise do conteúdo de Bardin (1977, 2011, 2016) e a pesquisa online. Tais procedimentos metodológicos foram usados como ferramenta para fundamentar os nossos achados.

No quarto capítulo, traremos a apresentação e análise dos dados sobre como a pessoa com deficiência tem sido apresentada nos livros analisados e o perfil traçado após entrevista com professores e por fim, no último capítulo, nossas considerações finais.

1 PESSOA COM DEFICIÊNCIA: DA EXCLUSÃO À INCLUSÃO.

Este capítulo está dividido em cinco partes. Na primeira parte, será apresentada uma contextualização sobre a importância da inclusão da PcD, levando em consideração os estudos de Lev Semyonovich Vygotsky, Peter Mittler e Maria Teresa Eglér Mantoan, situando a escola como um espaço que pode contribuir com esse processo.

Em seguida, apresentaremos o conceito de inclusão de acordo com as definições de Romeu Kazumi Sassaki, perpassando pelos estudos de Erving Goffman ao abordar os estigmas. Situiremos também a exclusão que assola essa minoria desde as civilizações clássicas, chegando à atualidade com as barreiras atitudinais, que têm sido recorrentes na vida dessa parcela da população.

Na terceira parte, explicitaremos os avanços conquistados em termos de legislação no panorama mundial. Na quarta parte, serão abordados os reflexos dessa legislação no Brasil, que possibilitou a criação de várias leis que têm amparado a PcD no âmbito nacional, ao mesmo tempo, que também apontou as fases pelas quais esse grupo passou ao longo dos séculos até chegar na atualidade.

E na quinta e última parte, dialogaremos sobre os direitos sociais, os direitos humanos, bem como o papel da escola e do professor, ao abordar a inclusão da PcD.

1.1 Sociologia e Educação Inclusiva

Sendo a Sociologia uma ciência que dialoga com o cotidiano das pessoas, ela vem assumindo um papel importante ao tratar de determinadas temáticas nos livros didáticos. Segundo Bomeny *et al.* (2016), “A Sociologia é uma disciplina que se preocupa, sobretudo, com a modernidade – com o caráter e a dinâmica das sociedades modernas e industrializadas”. Entre todas as Ciências Sociais, a Sociologia estabelece uma relação mais direta com as questões que dizem respeito à vida cotidiana – o desenvolvimento do urbanismo moderno, crime e punição, desigualdade, pobreza, educação, gênero, família, religião, poder social e econômico.

O Brasil conta com uma enorme diversidade de grupos sociais e étnicos, revelando todo seu pluralismo característico de sociedades multiculturais¹, principalmente, a partir da década de 1980, com a ascensão de diversos movimentos sociais². De acordo com Bomeny *et*

¹ Sociedades em que existe uma série de culturas diferentes na mesma sociedade.

² Grupos de indivíduos que defendem, demandam e/ou lutam por uma causa social e política.

al. (2016, p. 61), “Os movimentos sociais organizados por homossexuais, negros, mulheres e outras minorias, passaram a reivindicar a efetiva realização da igualdade de oportunidades e o fim dos princípios discriminatórios”. Com essa luta por direitos, deu-se então, o estabelecimento de políticas públicas, conhecidas como políticas de ações afirmativas e que estão aos poucos assegurando os direitos das minorias.

Em se tratando da inclusão da PcD, constata-se que muitas vezes essa temática é vista numa perspectiva etnocêntrica em que os direitos da maioria dita “normal” se sobrepõem aos das minorias que em geral estão à margem da sociedade. Dessa forma, falar da inclusão da PcD ainda é bastante complexo pois é necessário uma mudança no currículo, na postura do professor, das instituições e da sociedade. Mantoan (2015, p. 76) diz que “formar o professor na perspectiva inclusiva implica ressignificar o seu papel, o da escola, o da educação e o das práticas pedagógicas usuais do contexto excludente do nosso ensino, em todos os níveis.” Com essas mudanças, a inclusão poderá acontecer com mais efetividade.

O educador inglês Peter Mittler, também defende que a educação inclusiva só acontecerá de fato, quando ocorrer uma reforma radical da escola, a partir da mudança do sistema existente, repensando-se inteiramente o currículo para se alcançar as necessidades de todas as crianças. Mittler (2003), afirma ainda que a inclusão não significa apenas transferir o aluno da escola especial para a escola regular, pois, a inclusão representa uma mudança na mente e nos valores para as escolas e para a sociedade em geral, porque subjacente à sua filosofia está a celebração da diversidade. Sendo a escola um lugar plural, essa não pode continuar ignorando as diferenças culturais, pois conforme Bourdieu e Passaron (1975), isso acaba sendo uma espécie de “violência simbólica”.

O estudo dessa temática, assim como a literatura referente às práticas inclusivas, surgiram no início dos anos 1990 em países como Estados Unidos, Inglaterra e Canadá, pois esses foram os protagonistas na implantação de escolas inclusivas. De acordo com Almeida (2003):

[...] Autores como Susan Stainback, William Stainback e Peter McLaren (EUA), Edgar Morin (França), Boaventura Souza Santos (Portugal), Jorge Larrosa e Nuria Pérez de Lara Ferre (Espanha) e Stuart Hall, Kathryn Woodward e Peter Mittler (Inglaterra) que se dedicaram aos estudos dessa área e nos mostraram que seria possível um outro modelo de educação e de escola, em que todas as crianças pudessem conviver e estudar juntas, movidas pela solidariedade, cooperação e amizade (p.5)".

Os autores citados acima consolidaram em seus estudos a inclusão escolar da pessoa com deficiência e possibilitaram ampliar olhares sobre a temática. No caso de nossa pesquisa,

buscou-se trazer a reflexão sobre como a PcD aparece nos livros didáticos de Sociologia, a fim de compreender como essa disciplina pode contribuir e/ou tem contribuído com a inclusão desse grupo na comunidade escolar.

Nesse sentido, observamos ao longo do presente estudo, que os livros didáticos têm destinado pouco espaço a essa parcela da população. Infelizmente, existe uma invisibilização³ da pessoa com deficiência nas páginas dos livros de Sociologia. Sabe-se, todavia, que no âmbito internacional, muitos documentos foram construídos com o objetivo de diminuir a exclusão social desse segmento. A declaração de Jontiem, por exemplo, no seu capítulo 3 intitulado (Universalizar o acesso à educação e promover a equidade) aponta que “As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. Sendo necessário tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo”. O fragmento apresentado, é apenas um exemplo de legislação que surgiu na década de 90 do século XX para ratificar os direitos das PcD.

Vygotsky (1997) não considerava que o desenvolvimento da criança com alguma deficiência fosse algo menor, que não atingisse seu fim em comparação ao rumo esperado do desenvolvimento. Logo, a inclusão enquanto direito, precisa ser vivenciada em todos os seus aspectos. O citado autor afirmava ainda que o professor deveria dirigir seu foco para as questões pedagógicas e não orgânicas, dado que ele é um personagem primordial para a inserção na cultura humana.

Silva e Garcez (2019) apontam que Vygotsky defendia que os esforços deviam ser concentrados em organizar recursos culturalmente disponíveis para superar as barreiras que a sociedade impõe aos estudantes em seu espaço de aprendizagem. Dessa forma, pode-se dizer que Vygotsky (2003) deixa claro que o que precisa ser modificado é o ambiente social em que as pessoas com deficiência vivem, e não as pessoas em si:

Fica claro, portanto, que uma educação ideal só é possível com a base em um ambiente social orientado de modo adequado e que os problemas essenciais da educação só podem ser resolvidos depois de solucionada a questão social em toda a sua plenitude. Daí deriva também a conclusão de que o material humano possui uma infinita plasticidade, se o meio social estiver organizado de forma correta. Tudo pode ser educado e reeducado no ser humano por meio da influência social correspondente. A própria personalidade não deve ser entendida como uma forma acabada, mas como uma forma dinâmica de interação que influi permanentemente entre o organismo e o meio. (VYGOTSKY, 2003, p. 200).

³ Termo utilizado nesta pesquisa para se referir à condição enfrentada pelas pessoas com deficiência, ao serem tratadas como “invisíveis” pela sociedade. Nesta pesquisa, o termo ora aparece como substantivo (*invisibilização*), ora como verbo (*invisibilizar*).

Para Silva e Garcez (2019), as ideias do psicólogo bielorusso estão em sintonia com o que atualmente se compreende por educação inclusiva, mesmo sabendo que as ideias desse autor foram gestadas no período de 1926 a 1934, quando a concepção de educação inclusiva não era a mesma da atualidade. Nesse contexto, Silva e Garcez (2019, p.17) complementam que é importante entender que “O princípio da igualdade se aplica a qualquer forma de discriminação, e não apenas em relação às pessoas com deficiência”. Sendo assim, esses autores ainda reforçam que a igualdade não é apenas tratar a todos da mesma forma, e sim atuar de maneira a facilitar ou simplesmente, não impedir que cada pessoa tenha acesso aos seus direitos.

Para cumprir o princípio da igualdade, é fundamental respeitar a diferença. Logo, a escola precisa considerar o direito à educação, pois esse é um dos direitos humanos fundamentais. Ao considerar como base esse princípio, os movimentos sociais foram em busca da concretização de garantias ao longo da década de 1980, e especificamente no ano de 1990 com a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, conhecida como Declaração de Jomtien, em que alguns direitos foram aprovados.

Segundo Silva e Garcez (2019, p.77):

Logo na abertura da declaração, fomos lembrados que mais de quarenta anos já haviam se passado desde a Declaração dos Direitos Humanos e que ainda persistiam em todo o mundo graves problemas na educação, como a falta de acesso principalmente de meninas às escolas, o analfabetismo, a exclusão tecnológica e a não garantia de aprendizagem.

Desse modo, a Declaração de Jomtien veio para firmar um compromisso mundial com a aprendizagem de todas e todos. Também para cobrar dos países signatários mais investimentos na educação básica, o que fortalece o combate à evasão escolar e, como consequência, garante os direitos das minorias.

1.2 Inclusão: conceitos e abordagens

A palavra inclusão tem sido muito utilizada nos últimos anos quando se fala da pessoa com deficiência. Mas esse conceito toma, ao longo dos anos, uma dimensão cada vez maior. Para Sassaki (1997, p. 41), a inclusão social pode ser definida:

"como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente,

estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos."

Sabemos que existem muitas curvas nesse caminho, uma delas é o processo de inclusão social da pessoa com deficiência. O fato é que, em geral, existem olhares preconceituosos que segregam pessoas. Goffman (1988, p. 8) afirma que "[...] fazemos vários tipos de discriminações [...]"; este mesmo autor nos faz perceber que acabamos quase sempre construindo barreiras de separação entre os indivíduos, ou seja, "construímos uma teoria do estigma; uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como as de classe social" (GOFFMAN, 1988, p. 8).

Ainda de acordo com este mesmo autor, a sociedade "quase sempre" apresenta um olhar de discriminação e de visão segregadora ao afirmar que utilizamos termos específicos de estigma como aleijado, bastardo, retardado, em nosso discurso diário como fonte de metáfora e representação, de maneira característica, sem pensar no seu significado original. Infelizmente, as nossas atitudes colaboram para que vivamos em uma sociedade preconceituosa, limitadora de direitos, onde os nossos discursos precisam ser mudados, a fim de servir de sustentação para uma coletividade em que as pessoas possam celebrar as diferenças. (GOFFMAN, 1988 p. 8).

De meados do século XX até os dias atuais, algumas instituições têm buscado assegurar/resguardar direitos, e para tal, se valem de alguns documentos que fundamentam normas e possibilitam aos indivíduos terem seus direitos garantidos. Para a efetivação da inclusão não se busca apenas a igualdade, mas a equidade⁴ entre as pessoas. Sendo assim, a pessoa com deficiência precisa ser incluída, e nesse processo, necessita ser amparada nas suas limitações.

Assegurar direitos é garantia fundamental para consolidar o processo de inclusão social. Partindo desse princípio, dialogamos com textos e autores que apontam como a inclusão é vivenciada na atualidade. À luz desses documentos, seguiremos o terceiro princípio da Convenção Internacional da Pessoa com Deficiência (2006), também conhecida como Carta de Nova York.

Em civilizações antigas como Grécia e Roma, as pessoas com algum tipo de deficiência eram escondidas ou até mesmo eliminadas. Nesse contexto de prescrição de um

⁴ Segundo Almeida (2000), equidade se refere não a toda diferença, mas às diferenças que são consideradas *injustas*; ou seja, a identificação de inequidades é baseada em *valor*.

ideal de sociedade e de concepção ética, é que Aristóteles afirma que “quanto a saber quais os filhos que se devem abandonar ou educar, deve haver uma lei que proíba alimentar toda criança disforme” (ARISTÓTELES, 1988, p. 135). Hoje já não se admite ideias como essas.

Voltamos a Mittler (2003, p. 25), quando ele diz que “no campo da educação, a inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a toda a gama de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola”. Nesse contexto, a meta principal da inclusão é promover a interação entre os alunos, impedindo, assim, o isolamento ou a segregação entre as pessoas.

A contemporaneidade é constituída de elementos extremamente contraditórios. A percepção arcaica, preconceituosa e excludente que ainda vigora em muitos grupos sociais em relação às pessoas com deficiência se contrasta com o grande avanço da tecnologia para a melhoria da vida das pessoas que têm em seus corpos algum tipo de deficiência. A pessoa com deficiência carrega consigo muitos estigmas conforme aponta Goffman (1988, p. 15) “O indivíduo estigmatizado pode descobrir que se sente inseguro em relação à maneira como os normais o identificarão e o receberão”. Portanto, a inclusão escolar quando feita de maneira acolhedora pode oportunizar aprendizagem, respeito e troca de saberes.

Quando a sociedade for capaz de respeitar as diferenças, direitos serão assegurados, barreiras serão ultrapassadas, a palavra diversidade será aceita. Entenda-se por barreira (de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão)

[...] qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros. Tipos: urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, comunicacionais e na informação, atitudinais, tecnológicas. (BRASIL, 2015, p.8)

Neste contexto, concordamos com Boaventura de Souza Santos (2003, p. 56) quando este diz “[...] temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Desse aspecto, emerge a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades”. A igualdade na atualidade abre espaço para a equidade. Logo, é preciso observar cada indivíduo de acordo com suas necessidades.

Direcionamos nesse momento o nosso olhar para a escola, e colocamos em cena a importância do ato de transmitir saberes. Partindo da premissa de que ensinar é uma arte, e o

docente um grande artista que lida com sonhos e transforma pessoas; nesse contexto, ratificamos que o professor, não apenas transfere conhecimento, mas mostra o implícito, aquilo que muitas vezes não é percebido por todos. Tomemos como referência as palavras de Freire (1996, p. 47) “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”. Assim, podemos afirmar que o professor é como um andaime que colabora para que seus alunos cheguem onde os seus sonhos lhe permitirem, e não sejam simplesmente tratados como vasilhas a serem cheias pelo conhecimento passado pelos docentes.

Quando falamos do processo de inclusão da pessoa com deficiência na escola, de forma direta ou indireta, somos levados a dialogar com o professor e o seu papel fundamental no ambiente escolar. A família e as leis também são fundamentais para a consolidação dessa ação. Mantoan (2006, p.60) faz uma reflexão sobre como a escola tem se posicionado diante da efetivação da inclusão afirmando que “o ensino escolar brasileiro continua aberto para poucos, e essa situação se acentua drasticamente no caso dos alunos com deficiência”. Infelizmente, tanto a escola como a sociedade se escondem por trás de um discurso padrão: “não estamos preparados ou não temos formação suficiente para vivenciar a inclusão social”. Esta mesma autora é categórica ao afirmar que “Falta vontade de mudar”.

Durante muito tempo, a escola buscou classes homogêneas onde todos alcançassem os mesmos resultados e tivessem os mesmos desempenhos. No texto *Igualdade e diferenças na escola – como andar no fio da navalha* de Mantoan (2006, p. 56), nos remete à necessidade de ações naturais sem que as leis precisem ser acionadas: “Fazer valer o direito à educação para todos não se limita a cumprir o que é da lei e aplicá-la, sumariamente, às situações discriminadoras. O assunto merece um entendimento mais profundo sobre a questão da justiça”.

É importante compreender que a lei não efetiva as atitudes, mas ratifica o direito que a pessoa com deficiência tem de ter suas necessidades asseguradas. Nessa perspectiva, Mantoan (2010) reforça a necessidade de falar da inclusão partindo do interior da escola, instituição que ainda apresenta problemas na consolidação da inclusão. Muitas vezes a grande barreira a ser ultrapassada está no campo das atitudes, ainda muito disseminadas no cotidiano escolar. Falamos de diferenças, mas não aceitamos o diferente.

Não podemos negar que o nosso tempo é o tempo das diferenças e que a globalização tem sido, mais do que uniformizadora, pluralizante, contestando as antigas identidades essencializadas. Conviver com o outro, reconhecendo e valorizando as diferenças, é uma experiência essencial à nossa existência, mas é

preciso definir a natureza dessa experiência, para que não se confunda o estar com o outro com o estar junto ao outro. (MANTOAN, 2010, p.2)

Dessa forma, fica evidente que existe uma grande diferença entre o estar com e o estar próximo. A escola ainda confunde muito os termos (integração⁵ / inclusão⁶). Nessa perspectiva, estar próximo é totalmente diferente de estar com a outra pessoa. Conforme Mantoan (2010, p.2) “Estar junto ao outro tem a ver com o que o outro é – um ser que não é como eu sou, que não sou eu. Essa relação forja uma identidade, imposta e rotulada pelo outro.” A sociedade (família, escola, entre outros) não pode impor nenhum tipo de barreira que possa dificultar ou restringir o acesso da criança com deficiência a uma educação de qualidade.

Ainda segundo Mantoan (2010, p.5), “Temos de estar sempre atentos, porque, mesmo sob a garantia do direito à diferença, na igualdade de direitos, é possível se lançar o conceito de diferença na vala dos preconceitos, da discriminação, da exclusão, como acontece com a maioria de nossas propostas educacionais”. Muitas vezes a escola não é capaz de programar ações efetivas na consolidação da inclusão social e acaba segregando mais que incluindo.

Para que a inclusão aconteça de fato, é necessário que a alteridade⁷ seja cultivada dentro de cada um de nós. É preciso que haja uma sociedade mais humana, em que o respeito às diferenças seja uma constante. Uma sociedade em que os seres humanos sejam tratados na sua singularidade, tendo seus direitos assegurados de forma efetiva. Para que a discriminação possa ser superada, sugerimos a alteridade/empatia como uma forma de agregar pessoas, uma maneira possível de solucionar a ineficiente forma de inclusão que vivemos, pois ainda estamos em uma sociedade pouco inclusiva. Segundo Hunt (2009, p. 26) “aprender a sentir empatia pelos outros abriu o caminho para os direitos humanos”. Hoje, mas do que nunca, todo ser humano precisa ter seus direitos amparados, devendo ser respeitado nas suas diferenças.

A partir do princípio da Declaração Universal dos Direitos Humanos, “toda pessoa faz jus a todos os direitos e liberdades”. Dessa forma, entendemos que a escola regular é um direito que não pode ser negado a um indivíduo com deficiência, pois quando este está em um

⁵ Inserção parcial e condicional (crianças “se preparam” em escolas ou classes especiais para estar em escolas ou classes regulares);

⁶ Inserção total e incondicional (crianças com deficiência não precisam “se preparar” para ir à escola regular);

⁷ A alteridade, ou a “outridade”, é o exercício de reconhecer o outro em sua diferença, sem que isso implique qualquer julgamento de valor. Bomeny, et al (2016, p. 41).

ambiente segregado, ele acaba perdendo a oportunidade de conviver e compartilhar vivências com outras pessoas.

Santos (2014, p. 15) afirma que “A hegemonia dos direitos humanos como linguagem de dignidade humana é hoje incontestável”. Essa discussão nos faz refletir sobre como os direitos humanos conseguem trazer para cena algumas questões, ao mesmo tempo em que, nos faz refletir com o período que estamos vivendo no Brasil na atualidade, em que muitas autoridades estão contestando a importância/relevância dos direitos humanos.

No contexto contemporâneo, Santos (2014, p.15) considera que “a grande maioria da população mundial não é sujeito de direitos humanos. É objeto de discussão de discursos de direitos humanos”. Esta afirmação nos faz questionar se os direitos humanos servem eficazmente à luta dos excluídos.

Ainda segundo Santos (2014, p. 17), “Os direitos humanos foram subsumidos no direito do Estado, e o Estado assumiu o monopólio da produção do direito e de administração da justiça”. Então, se o Estado é garantidor desses direitos fundamentais, ele precisa oportunizar a todos os segmentos da população, inclusive à PcD, a condição de equidade.

No que se refere à oportunidade de maior reflexão e debate sobre a inclusão social da PcD no âmbito educacional, seria interessante a inclusão da temática no currículo das ciências sociais, de maneira específica como objeto de estudo do componente curricular Sociologia, uma vez que

A Sociologia, como espaço de realização das Ciências Sociais na escola média, pode oferecer ao aluno, além de informações próprias do campo dessas ciências, resultados das pesquisas as mais diversas, que acabam modificando as concepções de mundo, a economia, a sociedade e o outro, isto é, o diferente – de outra cultura, “tribo”, país, etc. Traz também modos de pensar (Max Weber, 1983) ou a reconstrução e desconstrução de modos de pensar”. (OCEM, 2006, p. 105).

Nesse contexto, em consonância com Orientações curriculares para o ensino médio, o outro/o diferente, isto é a PcD (somada a outras diferenças) poderia ser mais visibilizada e trazida ao debate das salas de aula, através das diversas possibilidades e ferramentas pedagógicas. Entre elas, o Livro Didático. Para essa finalidade, considera-se que se o edital do PNLD recomendasse a temática da inclusão social da pessoa com deficiência, os autores passariam a apresentá-la de modo mais perceptível nos livros didáticos, pois nos últimos três editais esse grupo sequer foi citado no edital e, como consequência, muito pouco foi abordado nos livros.

1.3 A pessoa com deficiência e suas conquistas na legislação internacional

Ao longo do século XX e início do XXI, vários documentos foram elaborados e aprovados para resguardar e garantir os direitos humanos. Após a Segunda Guerra⁸, o mundo estava dividido em dois blocos (capitalista e socialista). Nessa fase chamada de Guerra Fria⁹, havia um grande receio mundial que emergisse um novo conflito. Nesse cenário, surgiu em 1945 a ONU (Organização das Nações Unidas), três anos depois em 10 de dezembro de 1948, por meio da Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral, foi aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, uma norma comum a ser alcançada por todos os povos e nações. Ela estabelecia, pela primeira vez, a proteção universal dos direitos humanos: *A Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Este é um documento que veio para salvaguardar a população mundial de atitudes separatistas, preconceituosas, eugênicas, como as impostas por Hitler¹⁰ na Alemanha durante a Grande Guerra.

Essa declaração, no seu artigo primeiro nos diz que “Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.” Dessa forma, ratifica a necessidade de vivermos numa sociedade em que a tolerância, bem como a inclusão, seja vivenciada de fato.

A inclusão da pessoa com deficiência ao ser pensada como direito, deve se tornar algo comum, corriqueiro e não uma obrigação que só tem valor por força da lei. Nesse contexto, entendemos que a condição social, física e/ou religiosa não pode se sobrepor às pessoas. Os direitos do ser humano não podem esbarrar em barreiras atitudinais, pois estas se fundamentam fortemente em preconceitos e estereótipos que acabam produzindo discriminação.

No caso da legislação que assegura direitos às pessoas com deficiência, muito já se foi feito, conforme apresentamos no quadro abaixo:

⁸ Conflito militar global que durou de 1939 a 1945, envolvendo a maioria das nações do mundo — incluindo todas as grandes potências — organizadas em duas alianças militares opostas: os Aliados e o Eixo;

⁹ Período histórico de disputas estratégicas e conflitos indiretos entre os Estados Unidos e a União Soviética, compreendendo o período entre o final da Segunda Guerra Mundial (1945) e a extinção da União Soviética (1991), um conflito de ordem política, militar, tecnológica, econômica, social e ideológica entre as duas nações e suas zonas de influência;

¹⁰ Foi um militar e político, líder do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães, que se tornou chanceler e, posteriormente, ditador alemão.

Quadro 1 - Marcos legais para a pessoa com deficiência no âmbito internacional

DOCUMENTO	PAÍS	ANO
Declaração Universal dos Direitos Humanos	França	1948
Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho	Suíça	1958
Conferência Mundial sobre Educação para Todos - Declaração de Jomtien	Tailândia	1990
Convenção nº 159 - Sobre Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas Deficientes Organização Internacional do Trabalho	Suíça	1991
Conferência Mundial sobre Educação Especial - Declaração de Salamanca	Espanha	1994
Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa com Deficiência	Guatemala	1999
Declaração de Dakar	Senegal	2000
Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência	EUA	2006
Fórum Mundial de Educação – Declaração de Incheon	Coreia do Sul	2015

Fonte: Elaboração do próprio autor.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência aponta que o ideal é que todas as pessoas devem estar inseridas na escola regular, e neste ambiente, devem ter seus direitos assegurados. O artigo 30 do citado documento, aponta que é necessário “Assegurar que as crianças com deficiência possam, em igualdade de condições com as demais crianças, participar de jogos e atividades recreativas, esportivas e de lazer, inclusive no sistema escolar”. Para consolidar essa ação, dialogamos com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); a Declaração de Salamanca (1994) e a Convenção Internacional da Pessoa com Deficiência (2006).

Tais documentos ratificam a necessidade de garantir direitos que contribuam para o processo de inserção da pessoa com deficiência na sociedade. Ao fazer a análise dos livros que foram objetos da nossa pesquisa, verificamos que a maioria deles apresenta a Declaração dos Direitos Humanos de 1948. No entanto, com relação à legislação que assegura os direitos da pessoa com deficiência, em apenas dois dos livros analisados, ela foi apresentada, especificamente a Convenção Internacional da Pessoa com Deficiência de 2006.

Assegurar direitos é uma garantia fundamental para consolidar o processo de inclusão social, e partindo desse princípio, a presente pesquisa dialogou com textos e documentos que

apontam como a inclusão é vivenciada na atualidade e porque a Sociologia pouco trata desse tema. O princípio da inclusão reconhece a necessidade de se caminhar rumo a uma escola para todos, em que a diferença é celebrada, apoiando cada pessoa e respeitando às necessidades individuais. Nesse contexto, a meta principal da inclusão é promover a interação entre os alunos, impedindo, assim, o isolamento ou a segregação entre as pessoas. A escola tem uma relevância muito grande na construção de uma sociedade crítica, pois é cenário por onde passam, todos os dias, crianças e jovens que serão os cidadãos do futuro. Nesse espaço, os docentes também têm grande importância, pois colaboram com a formação intelectual e humana desses indivíduos. Desta forma, Mittler (2003) afirma que:

A inclusão depende do trabalho cotidiano dos professores na sala de aula e do seu sucesso em garantir que todas as crianças possam participar de cada aula e da vida da escola como um todo. Os professores, por sua vez, necessitam trabalhar em escolas que sejam planejadas e administradas de acordo com linhas inclusivas e que sejam apoiadas pelos governantes, pela comunidade local, pelas autoridades educacionais locais e acima de tudo pelos pais. (MITTLER, 2003, p.20)

É preciso pensar a escola como um espaço em que todos estejam envolvidos na luta pelo fim da segregação entre as pessoas. Este lugar deve congrega (família, sociedade e Estado) no combate a todos os tipos de exclusão, mas em sua maioria é um espaço para a formação cognitiva, apenas. Por outro lado, é importante acrescentar que a tarefa de formar pessoas mais humanizadas não pode ficar a cargo somente dos professores e das escolas. A família e o Estado precisam buscar maneiras de incentivar a formação da juventude para a inclusão, o respeito e a vida em sociedade. Grande parte dos países, associados à ONU, têm elaborado e aprovado leis que amparam as minorias. O Brasil, na virada do século XX para o XXI, tem uma base legal que, em âmbito nacional, ampara os direitos dessas pessoas, incluindo as com necessidades especiais.

Neste sentido, Santos (2016, p. 31) afirma que “As escolas devem acomodar todos os alunos independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas”. Nessa perspectiva, a declaração de Salamanca de 1994 aponta também que:

Aos alunos com necessidades educacionais especiais devem ser oferecidas diferentes formas de apoio, desde uma ajuda mínima em classes comuns até programas adicionais de apoio à aprendizagem na escola, bem como a assistência de professores especialistas e de equipe de apoio externo. (SALAMANCA, 1994)

Outro importante documento em defesa da pessoa com deficiência foi a Convenção da Guatemala, aprovada em 1999, com o objetivo de eliminar todo tipo de discriminação contra

as pessoas com deficiência. Tal documento discorre que as pessoas com deficiência não podem receber tratamentos diferenciados que impliquem exclusão ou restrição ao exercício dos mesmos direitos que as demais pessoas têm. A abordagem de tais garantias de direitos poderia ser contemplada nos livros didáticos, pois, os professores, em sua maioria, não têm conhecimento dessas temáticas.

A partir da promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, surgiu uma série de movimentos sociais em prol das minorias, inclusive, das pessoas com deficiência. Esse documento é fundamental para garantir direitos de igualdade, liberdade e fraternidade.

Hoje, fala-se mais da inclusão da pessoa com deficiência que em outras épocas. Porém, na prática, não se tem respeitado o direito daqueles que classificamos como diferentes. Aliás, muitas vezes, nem sabemos o que significa essa tão falada inclusão. As leis estão postas, mas é necessário que haja muito mais que regulamentação.

1.4 A pessoa com deficiência e suas conquistas na legislação nacional

No Brasil, a Constituição de 1988 tem um papel primordial na consolidação de direitos. Promulgada após a Ditadura Militar¹¹, o citado documento abriu os caminhos para que as minorias pudessem ter seus direitos protegidos. No panorama mundial, várias conferências aconteceram, e o Brasil, como país signatário, participou da implementação de vários documentos que ratificam os direitos das pessoas com deficiência.

Por volta do final da década de 1980 e início de 1990, vigorava no Brasil a integração¹² da pessoa com deficiência, e só após a Declaração de Salamanca (1994), a inclusão¹³ surgiu como uma possibilidade de agregar mais pessoas na escola. O ano de 1994 é considerado um importante marco desse processo, pois a partir desse documento produzido na Espanha, a maioria dos países precisou se adaptar para melhorar a qualidade da educação destinada à pessoa com deficiência. Segundo Silva e Garcez (2019):

“Essa declaração traz as questões levantadas na Conferência de Jomtien de forma mais específica para a educação especial. Na perspectiva da educação como direito humano de todas e todos sem exceção, a ideia da educação inclusiva vai ganhando

¹¹ Ditadura Militar – Teve início com o golpe militar de 31 de março de 1964, resultando no afastamento do Presidente da República, João Goulart, e levando ao poder o Marechal Castelo Branco. Este golpe de Estado, caracterizou-se por personagens afinados como uma revolução que instituiu no Brasil uma ditadura militar, que durou até a eleição de Tancredo Neves em 1985. Os militares na época justificaram o golpe, sob a alegação de que havia uma ameaça comunista no país.

¹² O aluno com deficiência estava inserido na escola regular, mas dependia dele/família para se adaptar à instituição. Geralmente, esses indivíduos ficavam em salas separadas com outras pessoas com deficiência.

¹³ Nessa perspectiva, a escola/professores precisam se adaptar para receber o aluno com deficiência e este deve estudar na sala de aula regular com os demais alunos.

força e tornando cada vez mais incoerente a defesa e a manutenção de uma educação segregada para as pessoas com deficiência. A Declaração de Salamanca defende a inclusão de crianças com deficiência na escola comum, afirmando que todos devem aprender juntos, independente de suas diferenças. Nela é apresentada a expressão necessidades educacionais especiais, que se refere não apenas aos alunos com deficiência, mas a todos aqueles que estejam enfrentando dificuldades (temporárias ou não) em seu processo de aprendizagem.”. (SILVA; GARCEZ 2019, p.78)

Esta declaração teve grande relevância, pois se tornou uma espécie de guia para a construção das legislações que viriam a ser criadas em vários países, inclusive o Brasil. Ainda citando Silva e Garcez (2019), eles argumentam que o referido documento defende que todos devem aprender juntos.

Posteriormente a essa declaração, vários decretos e leis foram aprovados no Brasil, a fim de amparar direitos e melhorar a vida das pessoas com deficiência. A seguir apresentamos alguns documentos de importância quando se fala dos direitos das pessoas com deficiência no âmbito nacional.

Quadro 2 - Marcos legais para a pessoa com deficiência no Brasil

DOCUMENTO	ANO
Constituição Federal	1988
Lei nº 7.853, de 24/11/1989 (dispõe sobre a integração social)	1989
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação	1996
Decreto nº 3.298, de 20/12/1999 regulamenta a Lei nº 7.853	1999
Lei nº 10.048, de 8/11/2000 (oferece prioridade de atendimento às pessoas que têm necessidades específicas)	2000
Lei nº 10.098, de 19/12/2000 (estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das PcD ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências).	2000
Lei 10.172 – PNE (Plano Nacional de Educação)	2001
Decreto 3.956 /2001 da Declaração de Guatemala (Eliminação de todas as formas de discriminação contra pessoas portadoras de deficiência).	2001
Lei nº 10.436, de 24/04/2002 (Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras)	2002
Decreto Nº 5.626/05 – Regulamenta a Lei 10.436/02	2005
PNEDH - Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos	2006
PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação	2007
Decreto nº 6.094/07 implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação do MEC.	2007
O Decreto nº. 6.571, de 17/09/2008, que dispõe sobre o A.E.E, considera público alvo do A.E.E (Atendimento Educacional Especializado)	2008
Política Nacional na Perspectiva da Educação Inclusiva	2008
Decreto Legislativo nº 186, de 9/07/2008 - Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência	2008
Resolução CNE/CEB nº. 4/2009 - Estabelece o Atendimento Educacional Especializado – AEE	2009

Lei nº 12.764 - Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.	2012
Lei Brasileira de Inclusão (13.146 de 06 de julho)	2015

FONTE: Elaboração do próprio autor

Os documentos citados nessa pesquisa são fundamentais para a efetivação da inclusão social dessas pessoas, pois determinam normas a serem cumpridas pela sociedade. A lei por si só não resolve o problema da inclusão, mas agrega valor para consolidar os direitos de indivíduos que são, muitas vezes, esquecidos pela sociedade.

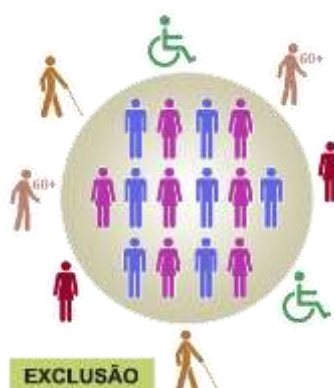
Dos documentos apresentados acima apenas a Constituição Federal de 1988 é citada em todos os livros didáticos analisados. Em uma das obras, a Lei Brasileira de inclusão é apresentada, ficando evidente a falta de conhecimento dos autores dos documentos que amparam a pessoa com deficiência.

Nessa pesquisa trazemos tais documentos como possibilidades de proporcionar aos docentes um olhar mais ampliado para esse seguimento social que não tem sido objeto de estudo da sociologia. São vários os tipos de deficiências que estão presentes na escola, entendemos que trazer informações para alunos e professores sobre esse tema pode ser uma ferramenta essencial para o sucesso da inclusão.

Em pleno século XXI, a inclusão parece estar efetivada apenas nos documentos e na cabeça daqueles que se interessam pelo tema. O nosso estudo objetiva também proporcionar mais visibilidade à questão da inclusão da pessoa com deficiência, bem como, discutir a ampliação dessa temática nos livros de sociologia.

As pessoas com deficiência, ao longo de sua trajetória, passaram por várias fases: desde a exclusão total da sociedade, a segregação na escola, da integração, até finalmente chegar à inclusão. Abaixo apresentamos algumas figuras indicando essas fases:

Figura 1 - Exclusão



Fonte: Santos e Barbosa (2016)

Na fase da exclusão as pessoas que eram consideradas fora do padrão de normalidade pela sociedade, eram afastadas do convívio das outras pessoas. Na década de 1960 com a organização dos movimentos sociais, as famílias das crianças com deficiência solicitavam o direito de matricular seus filhos nas escolas comuns.

Figura 2 - Segregação



Fonte: Santos e Barbosa (2016)

Na fase da segregação, as pessoas eram organizadas em grupo considerados iguais. Dessa forma, as pessoas com deficiência eram separadas daquelas sem deficiência em espaços específicos.

Figura 3 - Integração



FONTE: Santos e Barbosa (2016)

Para Santos e Barbosa (2016), ao se trabalhar o conceito de eliminação, abandono, exclusão, segregação, surgiu uma nova forma de mirar a pessoa com deficiência. Seria o conceito de integração. Mas esse ainda não era a forma ideal para tratar a PcD, porque sua inserção na classe regular não tinha adequação necessária, pois era o sujeito quem tinha que

se adaptar à sociedade e não ao contrário. Esse movimento teve início em 1960, mas seu auge foi na década de 1980.

Figura 4 - Inclusão



Fonte: Santos e Barbosa (2016)

Refletindo sobre as figuras acima, trazemos alguns conceitos: Santos e Barbosa (2016, p.40) afirmam que “O conceito de exclusão envolve o afastamento de pessoas consideradas fora do padrão de normalidade instituído pela sociedade”. Infelizmente, optamos por excluir aqueles que são diferentes da maioria tida como “normal”. Quando classificamos e separamos espacialmente as pessoas sem deficiência como sendo “normais” e as pessoas com deficiência como sendo “anormais”, estamos criando situação de segregação.

Por outro lado, ainda segundo Santos e Barbosa (2016, p.55), “O conceito de inclusão escolar envolve a inserção do público-alvo da educação especial em classes de ensino regular, com garantia de adequações necessárias”. Ou seja, os alunos são partícipes do processo de socialização e aprendizagem. Nesse contexto, só vamos nos afastar dos ranços da exclusão e da discriminação, quando vislumbrarmos os ambientes de aprendizagem como espaços de diversidade, com diferentes saberes e potencialidades.

Uma escola se torna inclusiva quando quebra com paradigmas e estereótipos socialmente construídos. Santos e Barbosa (2016, p. 58) definem uma escola inclusiva quando: “[...] concebe as turmas como heterogêneas, respeitando o tempo de aprender dos alunos, valorizando as potencialidades e os diferentes saberes”. A cultura inclusiva, para os autores Booth e Ainscow (2011), compreende uma escola em constante movimento, buscando identidade inclusiva e parte do princípio de igualdade de oportunidades. Para desenvolver essa identidade, os autores sinalizam três dimensões: produção de políticas inclusivas, desenvolvimento de práticas inclusivas e criação da cultura inclusiva. Ou seja, uma construção e ressignificação da identidade da escola.

1.5 Direitos sociais e direitos humanos

A escola tem um papel muito importante na formação de uma sociedade mais participativa, em que as pessoas sejam ativas e possam exercer seus direitos. Nesse contexto, Pinto e Pizzirani (2017) afirmam que é dever da escola preparar os alunos para o exercício da cidadania, do trabalho e para a convivência em cultura de diversidade e de direitos.

Entendemos que os direitos humanos como tema transversal é fundamental no desenvolvimento crítico dos alunos e no desenvolvimento de habilidades para se viver em sociedade. Mesmo que os seres humanos sejam naturalmente egoístas, é a vida em sociedade que nos possibilita respeitar os interesses do outro e conviver com o diferente. Assim, levanta-se a questão: como viver bem na coletividade? Para tal, entende-se que se faz necessário um comportamento pacificador para o convívio familiar/social e para que exista também uma convivência pacífica com colegas, professores, vizinhos, entre outros. Pinto e Pizzirani (2017, p. 195) afirmam que “Os direitos humanos como tema transversal é fundamental no desenvolvimento de habilidades para viver em sociedade”. Dessa maneira, faz-se necessário trazer essa discussão para a vida cotidiana da sociedade, e a escola pode ser um importante pilar para problematizar temas de cunho históricos, sociais e culturais, que para Pinto e Pizzirani (2017, p. 195) “levarão o aluno a desenvolver uma visão crítica da realidade em que vivem”. Quando a escola oportuniza tais debates, amplia a visão dos estudantes sobre esses temas.

Figura 5 - Princípios norteadores da educação em direitos humanos (DH) na educação básica



Fonte: Pinto e Pizzirani (2017, p. 196)

É interessante que a escola promova uma educação baseada nos princípios norteadores dos direitos humanos, levando em consideração uma cultura de paz, seguindo princípios éticos, com responsabilidade e equidade, conforme apresentamos na figura acima.

Bomeny *et al.* (2016) apresentam alguns direitos sociais que precisam ser ratificados todos os dias tais como direito ao trabalho, o direito à remuneração pelo trabalho, à remuneração pelo descanso, atendimento médico e à educação. Dessa forma, os cidadãos também têm assegurados o direito de expressar suas opiniões livremente, de serem respeitados, de não serem torturados nem molestados, de serem tratados de forma igual diante da lei. Esses últimos são o que podemos denominar de direitos civis conforme Marshall¹⁴. Sendo a educação um direito social, devemos priorizá-la de todas as formas como uma maneira de construir uma sociedade mais humanizada e inclusiva.

Se na atualidade já temos muitas legislações que amparam as conquistas das PcD, não podemos aceitar o chamado “jeitinho brasileiro”, que muitas vezes impede que a legislação seja cumprida de forma a garantir direitos. Tomando como referência as ideias do sociólogo inglês T. H. Marshall e levando em consideração a trajetória histórica inglesa que estabeleceu uma divisão dos direitos de cidadania em três estágios (direitos civis, políticos e sociais), ao mesmo tempo em que nos apropriamos das constituições estadunidenses (1787) e francesas (1791), que preconizavam o respeito aos direitos individuais e coletivos, o que hoje é incorporado pelas constituições de diversos países, inclusive o Brasil.

Neste sentido, a ideia de Direitos Humanos para todos, surgiu após a Segunda Guerra Mundial, diante das várias atrocidades gestadas por esse conflito que envolveu grande parte da população do planeta. Esse terrível fato, aumentou o número de PcD no mundo. Com o passar dos anos, as escolas começaram a receber essa nova demanda. No entanto, ainda é visível a dificuldade das instituições de conseguir implementar a inclusão. Na atualidade, existem várias leis, mas não basta a norma, é preciso a humanização, o acolhimento, a aceitação, a formação e o aparelhamento necessário. Muitos professores se dizem despreparados para incluir as pessoas com deficiência na sala regular, por falta, principalmente, de formação.

¹⁴ Thomas Humphrey Marshall, sociólogo britânico do início do século XX, que desenvolveu em *Citizenship and Social Class*, a ideia de cidadania a partir do conjunto de três elementos de natureza normativa: uma parte civil, uma parte política e uma parte social. T. H. Marshall relaciona o desenvolvimento da cidadania ao desenvolvimento de cada um daqueles três de seus elementos, surgidos e afirmados cada qual em um século diferente: os direitos civis teriam se formado no século XVIII; os direitos políticos, no século XIX, e os direitos sociais, no século XX. **Fonte:** <Cadernos de Direito, Piracicaba, v. 17(33): 3-27, jul.-dez. 2017 • ISSN Eletrônico: 2238-1228>. Acesso: 8 de setembro de 2019.

Nesse contexto, nosso trabalho pretende chamar a atenção para a importância da inclusão dessa temática no currículo e nos livros didáticos, a fim de colaborar com a formação dos estudantes que, ao terem contato com a temática, poderão contribuir mais ativamente para uma sociedade mais inclusiva. Neste sentido:

A maioria das escolas ainda está longe de se tornar inclusiva. O que existe em geral são escolas que desenvolvem projetos de inclusão parcial, os quais não estão associados às mudanças de base nestas instituições e continuam a atender aos alunos com deficiência em espaços escolares semi ou totalmente segregados (classes especiais, escolas especiais). (MANTOAN, 2007, p. 45)

A educação inclusiva defende a diversidade em sala de aula. Uma escola para todos, onde não haja diferenças. Para que essa educação seja uma realidade, é necessário que os professores estejam realmente preparados e que muitos paradigmas sejam quebrados. Como afirma Barbosa (2006, p.48), “a educação inclusiva procura incluir todos no sistema regular de ensino, rompendo com estigmas e estereótipos, mudando atitudes e crenças, em função de uma sociedade mais igualitária”. Assim, é necessário que os educadores tomem consciência das diversas deficiências existentes e, principalmente, saibam interagir com os indivíduos que apresentam alguma delas, respeitando os limites e instigando o desenvolvimento dessas pessoas.

A inclusão das pessoas com deficiência no sistema regular de ensino deve permitir a expressão das diferenças e dos conflitos. Numa sociedade democrática, as relações sociais entre os indivíduos devem estar sustentadas por atividades de respeito mútuo, eliminando o preconceito entre as pessoas consideradas diferentes.

A escola inclusiva é aquela que se encontra aberta para todos os alunos, à medida que “acolhe, educa e ensina a todos ao mesmo tempo, respeita as diferenças individuais, estimulando em especial o desenvolvimento da capacidade do aluno aprender a aprender” (Brasil, 1999, p. 14.). Logo, no século XXI, falar em inclusão é compreender que todos nós temos direitos iguais, mas temos subjetividades distintas.

A exclusão social é um dos grandes temas de interesse da Sociologia e a maioria dos livros de Sociologia do PNLD 2018 têm abordado essa temática, mas o fato é que nem todos os grupos excluídos são abordados e problematizados pelos autores. A exclusão social é a situação em que indivíduos ou grupos são impedidos, total ou parcialmente, de usufruir a vida em sociedade. A exclusão se manifesta em aspectos relacionados à cidadania, à cultura, às relações familiares e sociais e ao acesso aos benefícios econômicos e sociais. (ARAÚJO, BRIDI E MOTIM 2017)

É muito importante levar em consideração a educação na sua integralidade e que, enquanto componente curricular, a sociologia oportuniza um diálogo sobre assuntos que geralmente ficam esquecidos pelas outras disciplinas. Quanto ao livro didático de Sociologia, esse tem uma grande relevância para o trabalho diário na escola, uma vez que ele é, na maioria das vezes, o principal instrumento de trabalho dos docentes.

[...] o livro didático brasileiro, ainda hoje, é uma das principais formas de documentação e consulta empregados por professores e alunos. Nessa condição, ele às vezes termina por influenciar o trabalho pedagógico e o cotidiano da sala de aula (BRASIL, 2003).

Além de o livro didático ser uma das principais ferramentas utilizadas pelos professores, é consenso entre os autores, que no Brasil, a maioria dos docentes que lecionam Sociologia não tem formação na área. Silva (2004, p.83), ao falar do perfil dos professores de Sociologia, apontou que “[...] quando a disciplina fica sob a responsabilidade de professores formados em outras áreas, mesmo que próximas das Ciências Sociais, estes docentes demonstram dificuldades em selecionar conteúdos específicos, uma vez que não dispõem de instrumentos teóricos suficientes para superar os problemas citados anteriormente”. O uso do livro didático se torna um suporte essencial para o trabalho docente, uma vez que esses professores têm outras formações. Lyra (2009) aponta que:

[...] o afastamento da área de formação do professor prejudica o seu próprio desenvolvimento profissional, pois ele tem obrigação de estudar novos conceitos de forma autodidata, afastando-se da disciplina de formação e de concurso ou sendo necessária mais dedicação ao trabalho, sem que lhe seja atribuído um tempo adequado para fazê-lo (LYRA, 2009, p. 18).

O ideal seria que cada professor lecionasse na sua área de formação, pois dessa maneira, haveria mais segurança por parte desse profissional na hora de ministrar os conteúdos e, como consequência, os alunos teriam aulas com mais qualidade. Essa falta de formação docente tem sido um agravante para um ensino precário que muitas vezes é adotado nessa disciplina. Dessa maneira, entende-se que ‘qualquer um’ pudesse ensinar esse componente curricular, que serve em muitas escolas como complemento de carga horária. Queiroz (2016) diz que:

O fato é que além de muitos professores não terem formação na área específica da Sociologia, o tempo de que dispõem para a preparação das suas aulas geralmente é ocupado com a sua disciplina de formação; primeiro, porque o número de aulas a serem ministradas na sua área específica é bem maior do que as aulas de Sociologia, a qual se restringe a uma aula semanal em cada ano do Ensino Médio; segundo,

porque o domínio na sua área de formação lhe proporciona uma maior segurança para a construção do seu plano de aula. (QUEIROZ, 2016, p. 12)

Verifica-se, conforme o texto acima, que existe uma desvalorização dessa disciplina e isso se confirma na hora da distribuição da carga horária, pois na falta de profissionais graduados na área, essas aulas são repassadas para qualquer outro professor que esteja faltando completar seu quantitativo de aulas. Sabe-se que esse tipo de atitude ocorre em algumas disciplinas e também em Sociologia. Em vista disso, a Sociologia se torna apenas uma forma de complementação de carga horária.

Nas páginas seguintes, abordaremos a questão da inclusão, bem como sua presença nas produções acadêmicas da área de Sociologia e Educação. Sabe-se que a abordagem dessa temática tem crescido no campo da pedagogia, e por enquanto, ainda se encontra em estágio embrionário na área das Ciências Sociais.

2 SOCIOLOGIA E INCLUSÃO DA PCD: O QUE DIZEM OS ESTUDOS ACADÊMICOS E A TRAJETÓRIA DESSA DISCIPLINA NO CURRÍCULO

Este capítulo se divide em três partes. No primeiro momento, traremos uma breve apreciação de trabalhos de pesquisa, publicados nos últimos anos e que dialogam com nosso objeto de estudo, ou método de trabalho, apresentando de alguma forma semelhança com esta dissertação. São pesquisas de pós-graduação das áreas de Sociologia e Educação.

Em seguida, apresentaremos a trajetória do PNLD, os critérios de escolha dos livros didáticos e a lacuna da PcD nos referidos manuais.

Na terceira e última parte, abordaremos o retorno da Sociologia ao currículo; em 2008, sua expansão e entrada no PNLD, sua instabilidade enquanto disciplina.

2.1 Produções acadêmicas que se aproximam do nosso objeto de estudo.

Para a construção deste trabalho, analisamos diversos estudos que trataram do livro didático de Sociologia e da inclusão da PcD. Constatamos ao longo da elaboração desse texto, tomando por base o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, que nenhuma dissertação/tese da área das Ciências Sociais apresentou a PcD como objeto de estudo no LD. Utilizamos como palavras chaves para a busca no referido banco de dados os seguintes termos: PNLD, Sociologia, Pessoa com Deficiência e Inclusão.

Não foram encontrados trabalhos que abordassem a inclusão da PcD nos livros didáticos de Sociologia. No entanto, apareceram alguns estudos que versavam sobre outras minorias. Deste modo, trouxemos algumas dessas pesquisas para embasar nossas reflexões. Nesta dissertação optamos por analisar estudos realizados nos últimos doze anos e que estavam disponíveis no banco de dados da Capes. Buscamos a produção acadêmica a partir de 2008, considerando que no referido ano a Sociologia retorna ao currículo do Ensino Médio. Esse recorte de tempo possibilitou uma melhor compreensão dos trabalhos recentes, tendo em vista que as concepções no campo da inclusão da PcD estão em constante mudança. Verificamos ainda que a maioria dos trabalhos que abordam o tema inclusão pertence à área de educação. A partir dessa constatação, pesquisamos também na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal de Pernambuco (BDTD/UFPE), tendo em vista que essa instituição tem publicado um número relevante de dissertações e teses na área de inclusão da PcD.

Abaixo, apresentamos alguns estudos mais recentes, com um breve resumo sobre as temáticas apresentadas em cada pesquisa, a fim de revelar como tem sido abordado o assunto inclusão da PcD.

Santos (2017) analisou as repercussões de uma política pública no cotidiano escolar, no que concerne aos cinco pilares norteadores que o regem, a saber: o arquitetônico, a comunicação, a informação, o didático e o pedagógico. Para tanto, o estudo analisou as repercussões do Programa Escola Acessível, no que se refere aos efeitos esperados quanto à promoção de acessibilidade no ambiente escolar. Em seus achados, constatou que os alunos com deficiência ainda não têm seus direitos plenamente reconhecidos, mesmo depois da implementação do Programa Escola Acessível. Concluiu que o espaço escolar está permeado por medos, dúvidas e incertezas e que não tem sabido lidar em plenitude com o aluno com deficiência. Essas constatações se deram ao ouvir os depoimentos de docentes e funcionários que integravam a comunidade escolar retratada na pesquisa. Esse trabalho dialoga com a nossa pesquisa quando aponta que mesmo com a existência de políticas públicas que asseguram os direitos da PcD, este grupo ainda continua a ser estigmatizado pela sociedade.

Queiroz (2016), ao pesquisar vários docentes do ensino médio que lecionam Sociologia, concluiu que os professores formados em Ciências Sociais tendem a realizar um trabalho docente mais autônomo, enquanto os docentes sem formação na área utilizam o livro didático e o manual do professor como se fossem uma “bússola” para sua prática pedagógica. Diz ainda que a maioria dos professores não tem formação na área, e por essa razão, apresentam algumas dificuldades em lecionar a disciplina e basicamente sua fonte de conhecimento sobre a Sociologia provém do livro didático. Então o LD assume um caráter de instrumento de formação do próprio professor, o qual vai internalizando os temas, conteúdos e conceitos sociológicos durante sua utilização. Essa particularidade coloca o livro didático como de fundamental importância para auxiliar o trabalho de qualquer professor, mas principalmente, dos que não têm formação específica. A constatação de Queiroz (2016) reforça a importância do nosso trabalho, que assume uma postura política de defesa da inclusão da temática “Pessoa com Deficiência” no LD, como forma de promover maior visibilidade desse grupo e, conseqüentemente, uma discussão mais abrangente sobre sua inclusão social.

Silva (2016) analisou as *interseccionalidades* entre gênero, raça/etnia, classe e geração em livros didáticos do PNLD 2012 e 2015. Ao término do estudo, a autora concluiu que houve um maior envolvimento das categorias de análise gênero, raça/etnia, classe e geração e de assuntos correlatos a elas nos livros da Edição do PNLD 2015, e que as mudanças estão

relacionadas aos múltiplos fatores como a maior percepção com documentos diretivos dos órgãos setoriais do governo federal e com a sociedade civil organizada.

Desterro (2016) analisou os seis livros didáticos de Sociologia aprovados no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD/2015). Neste trabalho, ele analisou os aspectos particulares de cada obra observando os conceitos mais gerais, relacionados com as políticas curriculares vigentes e com os debates internos à área de pesquisa sobre o ensino de Sociologia. Os resultados da dissertação foram divulgados ao longo dos quatro capítulos. No primeiro, ele apresentou os principais conceitos de Bernstein, bem como analisou o processo de recontextualização pedagógica a partir do PNLD, entendido como um poderoso indutor curricular. No segundo, explicou por que a imaginação sociológica vem ganhando força como categoria legitimadora da Sociologia nos currículos escolares. Nos dois últimos capítulos, apresentou reflexões sobre cada um dos seis livros didáticos. A pesquisa realizada por Desterro (2016) dialoga com a nossa, ao analisar o LD de Sociologia, apesar da PcD não ser o seu objeto de estudo.

Ribeiro (2016) buscou analisar as barreiras atitudinais encontradas por estudantes com deficiência nas interações socioeducacionais com docentes e discentes nos cursos de graduação do *Campus Avançado* Profa. Maria Elisa de Albuquerque Maia (CAMEAM), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Os resultados da pesquisa evidenciaram que as barreiras de atitude estão presentes na interação entre discentes com e sem deficiência. Na relação pedagógica também se constatou a presença das barreiras de atitude que se manifestam por meio do pseudotratoamento igualitário em sala de aula, no qual se desconsidera as especificidades educacionais dos discentes com deficiência, negando-lhes a adequação de metodologia e recursos didáticos. Concluiu, ao término da pesquisa, que as barreiras atitudinais se constituem em uma das maiores dificuldades encontradas por estudantes com deficiência no âmbito universitário, daí a relevância de torná-las conhecidas e visíveis. Essa pesquisa, assim como a nossa, entende que a PcD é permeada de barreiras. Sendo as atitudinais as mais difíceis de superar devido à falta de conhecimento da maioria da população.

Santana (2016), na sua tese de doutorado, investigou como são aplicadas as políticas de educação inclusiva voltadas aos Estudantes com deficiência na educação superior no Brasil, a fim de compreender como estas têm sido reescritas no contexto da Universidade Federal da Paraíba. Foram analisados documentos e dispositivos legais produzidos em nível internacional e nacional, e os sentidos expressos pela (re)interpretação da realidade pelos sujeitos em que a política se constrói no contexto da prática. Como resultados, observou-se

que, ao serem superadas as barreiras (físicas, comunicativas, sociais, metodológicas, didáticas, pedagógicas, entre outras), a inclusão pôde ser garantida com mais qualidade no curso frequentado.

Araújo (2016), em sua tese de doutorado, realizou um estudo que teve como objetivo compreender as representações sociais da “pessoa com deficiência” dos estudantes dos cursos de Pedagogia, de Instituições de Ensino Superior da cidade do Recife e Região Metropolitana, bem como, as implicações dessas representações para a prática docente. Ao final do referido estudo, destacou a importância da formação inicial dos professores, de modo a contemplar, além dos conteúdos específicos da Educação Inclusiva, as suas experiências com PcD, pois somente assim, será possível se certificar de que essas experiências contribuem para a construção de representações sociais acerca dessas pessoas. A pesquisa de Araújo (2016), soma-se com a nossa, ao mostrar a importância de se conhecer a temática da inclusão da PcD pela sociedade.

Lima (2015) realizou um estudo que teve como objetivo discutir o tema dos Movimentos Sociais nos livros didáticos. O estudo usou como recurso teórico-metodológico algumas referências importantes como as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e os estudos de Florestan Fernandes e Wright Mills. Por fim, constatou que todos os livros apresentaram os Movimentos Sociais como elementos da participação política, que surgem da necessidade de mudanças nos mais diversos contextos da sociedade. A pesquisa de Lima (2015) acaba por ratificar o que defendemos no nosso trabalho, pois é perceptível a ausência da PcD no rol dos Movimentos Sociais e, como consequência, nos livros didáticos, aparecendo, em geral, no *etcétera*.

Cavalcante (2015) investigou a prática docente do professor de Sociologia ao observar os critérios utilizados para seleção dos livros didáticos aprovados pelo PNLD, os fatores que influenciam seus métodos, recursos didáticos no planejamento de aula, as estratégias didáticas utilizadas para o trabalho com conceitos e teorias sociológicas, e a forma como os professores utilizam o livro didático como ferramenta de ensino. O LD possui características e funções bastante peculiares, especialmente no contexto de reintegração da Sociologia nos currículos do Ensino Médio.

Albuquerque (2014) realizou um estudo com o objetivo de analisar a prática pedagógica inclusiva no interior da rede pública municipal de ensino de Jaboatão dos Guararapes-PE, tendo focalizado o potencial inclusivo do setor de AEE (Atendimento Educacional Especializado), no espaço da escola regular. Os resultados revelaram que, na prática “inclusiva”, prevalecem experiências eternizadas no modelo tradicional da Educação

Especial: perspectiva médica da deficiência, que impõe uma condição estática ao sujeito e à sua família; uma psicologia psicométrica, baseada no modelo classificatório e binário; e uma pedagogia terapêutica, cujo esforço se concentra na identificação das faltas contidas na deficiência, por conseguinte, subjazem os elementos contidos na trajetória de escolarização. O estudo constatou que as práticas desenvolvidas no AEE são burocratizadas, solitárias e improvisadas. Ao final da pesquisa, ratifica-se que há uma acentuada contradição entre o discurso da inclusão e a prática. A pesquisa de Albuquerque (2014) converge com a nossa, ao perceber que a inclusão ainda fica restrita ao discurso, enquanto a PcD continua sendo invisível para a sociedade.

Oliveira (2014) realizou um estudo que investigou qual a representação cultural da deficiência nos discursos midiáticos do Portal do Professor do MEC, especificando suas articulações com os saberes e poderes que operam na constituição desses sujeitos. Os resultados da pesquisa mostraram que a produção sobre deficiência, no espaço formativo do Portal, acontece por meio da articulação de diferentes discursos, evidenciando que esses sujeitos são construídos através dos saberes e poderes de diversas ciências, levando-nos a reconhecer que a deficiência nada mais é que a regularidade de certos temas, imagens e falas que se repetem em diferentes discursos.

Coutinho (2013) buscou compreender como os professores do curso de Pedagogia têm construído saberes para atuar com alunos com deficiência. Nos resultados obtidos, a pesquisadora verificou que os educadores não tinham uma formação específica para a educação inclusiva, mas mesmo assim, apresentaram saberes construídos na própria prática pedagógica voltados para a inclusão educacional. Identificou um total de dezenove saberes inclusivos, os quais foram classificados em quatro categorias analíticas: o saber central, os saberes estruturantes, os saberes periféricos e os saberes isolados. Quanto à origem desses saberes, o estudo revelou que eles advêm de vários contextos: contexto formativo do ensino superior, contexto formativo da educação básica e contextos formativos da formação de professores.

Silva (2012) investigou como as barreiras atitudinais aparecem no discurso das dissertações de mestrado sobre educação especial defendidas no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco (PPGE/UFPE), no período de 1978 a 2002; e como se discute o efeito destas barreiras atitudinais no entendimento da sociedade para com as pessoas com deficiência. A conclusão do trabalho trouxe que esse processo se dá (des)percebidamente, entre outros aspectos, em função dos trabalhos não estarem situados em uma área ou linha de pesquisa em que a inclusão seja a tônica. O estudo de Silva (2012) nos

possibilitou montar um quadro que contribuiu diretamente na análise dos nossos dados, uma vez que as barreiras atitudinais são muitas e, em geral, não são percebidas pelas pessoas que as praticam.

Grande parte desses estudos foram realizados por pesquisadores da área de educação (Pedagogia), os quais demonstraram o quanto a inclusão é debatida e analisada nesse campo, enquanto a Sociologia ainda caminha a passos lentos nessa temática. Ao mesmo tempo, sinaliza para a ausência do referido tema no campo das Ciências Sociais. Desse modo, defendemos a necessidade de um olhar mais atento por parte da Sociologia com relação à inclusão da PcD. As Ciências Sociais poderão assumir importante papel ao desnaturalizar antigos estigmas. Uma sugestão aos autores e organizadores do edital do PNLD, seria trazer esse grupo como um dos movimentos sociais contemplados no LD. Assim, contribuiria para a formação dos discentes no tocante à temática inclusão da PcD, bem como ajudaria no entendimento do tema nas escolas de ensino médio.

2.2 A trajetória do PNLD e o LD de Sociologia

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) é um programa de avaliação, aquisição e distribuição de livros didáticos para estudantes das escolas públicas de todo o Brasil. Teve início no ano de 1985, para fornecer de forma gratuita e universal livros aos estudantes do antigo primeiro grau. O referido programa teve importante ampliação em 2003, estendendo-se também ao Ensino Médio, por meio da resolução n.38, de 15/10/2003 e da Portaria 2.922, de 17 de outubro de 2003.

Na atualidade, é um dos mais estruturados programas do Ministério da Educação, por ser um importante mecanismo de colaboração para escolas, professores e alunos. O programa envolve uma logística gigantesca, que vai desde a escolha dos livros até sua entrega nas escolas. Para que o material seja escolhido, existe um rigoroso critério a ser seguido pelas editoras e seus autores.

Esse processo se relaciona diretamente com livros editados e produzidos por editoras privadas, que após conseguir a aprovação de suas obras pelos avaliadores selecionados pelo MEC, tem suas obras distribuídas para as escolas do país, levando-se em consideração a seleção feita pelos docentes de cada instituição de ensino. Nesse contexto, a produção do material didático não fica a cargo do governo, diferentemente do que ocorre em outros países, como o México, por exemplo.

Para as editoras participarem do processo de seleção do livro didático, existe um procedimento padronizado. O primeiro passo é o lançamento do edital de convocação que vai normatizar a inscrição dos livros. Se aprovado nesta etapa inicial, os livros passam a ser avaliados conforme os critérios gerais de classificação e exclusão dos manuais inscritos. Os critérios gerais são sintetizados por Cassiano (2013):

De modo geral, foram elencados como critérios a adequação didática e pedagógica para as variadas disciplinas, a qualidade editorial e gráfica e a pertinência do manual do professor para uma correta utilização do livro didático e para a atualização do docente. Como critérios eliminatórios, foi definido que os livros não poderiam expressar preconceitos de qualquer origem, nem apresentar erros conceituais (CASSIANO, 2013, p.116).

Esses critérios são extremamente relevantes, uma vez que mostram uma preocupação com o respeito e a diversidade de opiniões. Para uma melhor compreensão do processo, apresentamos o quadro abaixo com os critérios do PNLD:

Quadro 3 - Critérios para avaliação do LD de Sociologia pelos avaliadores do PNLD

1	Critérios de Legislação – neste bloco o avaliador examinou se o livro didático respeitou a legislação vigente (Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Estatuto da Criança e do Adolescente, Diretrizes Curriculares Nacionais).
2	Critérios Teóricos Conceituais – neste bloco, a atenção do avaliador foi para a correção das referências teóricas e conceituais do livro didático, observando o rigor na apresentação dos conceitos e das teorias, bem como a abrangência no tratamento dos grandes temas das ciências sociais nacionais e internacionais.
3	Critérios didático-pedagógicos (conteúdo) – neste bloco, a linguagem, assim como as estratégias didáticas e pedagógicas adotadas no livro foram examinadas pelo avaliador, de modo a verificar a maneira pela qual o livro realizou a mediação didática entre o conhecimento científico e o conhecimento escolar.
4	Critérios didático-pedagógicos (atividades e exercícios) – neste bloco, o olhar do avaliador se voltou para a qualidade das atividades didáticas e dos exercícios propostos no livro, de modo a avaliar se eles mobilizam diferentes capacidades do estudante no processo de ensino e aprendizagem.
5	Critérios de avaliação de imagens (fotos, ilustrações, gráficos, tabelas e mapas) – neste bloco, o avaliador atentou tanto para o aspecto técnico das imagens, verificando se a impressão permitia boa visualização e os créditos e as fontes estavam corretamente descritos, como para o aspecto didático, avaliando se as imagens auxiliaram na aprendizagem. Outro aspecto observado foi saber se as imagens incorreram em algum preconceito ou estereótipo de qualquer natureza, conteúdo religioso ou marca comercial.
6	Critérios de editoração e aspectos visuais – neste bloco, o foco da avaliação foi para o projeto gráfico que deveria facilitar a visualização do sumário e demais indicações do livro e favorecer a aprendizagem do estudante. Além disso, foram avaliadas a revisão ortográfica e a coerência e precisão das informações sobre

	referências de livros, sítios da internet e documentos.
7	Manual do Professor – neste bloco, o avaliador verifica se o Manual do Professor cumpriu a função de explicitar claramente os pressupostos didático-pedagógicos do livro e de fornecer sugestões ao professor em torno das possibilidades de uso do livro didático em sala de aula.

Fonte: Brasil (2017, p. 10)

Após essa etapa, o resultado da avaliação é publicado nos Guias de Livros Didáticos que são encaminhados às escolas. Uma observação pertinente é que o edital chama a atenção dos autores é para que esses não produzam estereótipos e preconceitos (de condição social, regional, étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, de idade ou de linguagem etc.). Outro ponto é a não produção de doutrinação religiosa e/ou política, (desrespeitando o caráter laico e autônomo do ensino público), nem se utilize material escolar como veículo de publicidade ou de difusão de marcas, produtos ou serviços comerciais. Essas questões quando desrespeitadas, caracteriza motivo para a não aprovação do livro.

O Guia dos Livros Didáticos 2018 orienta que após a avaliação dos critérios solicitados e,

[...] de posse da Ficha de Avaliação e após uma rigorosa leitura e avaliação dos livros didáticos, os avaliadores se reuniram em duplas e elaboraram pareceres minuciosos das obras reprovadas, apresentando todos os problemas que justificaram a reprovação. Para as obras aprovadas, foram elaborados pareceres e resenhas que constam deste Guia, fornecendo não só um panorama geral do livro, como também um resumo de seu conteúdo e apresentação de suas principais características. Importante também destacar que todos os produtos gerados - fichas, pareceres e resenhas - passaram ainda pelo acompanhamento de um Leitor Crítico, externo ao corpo de pareceristas, que desempenhou um papel fundamental ao avaliar o equilíbrio e o atendimento aos critérios considerando o conjunto das obras examinadas. (BRASIL, 2017, p.10)

Após a escolha das obras pelos professores da educação básica, esses livros chegam, no ano seguinte, às escolas onde serão utilizados por um período de três anos. Segundo o Guia do PNLD, o livro de Sociologia para ser selecionado deve atender às três áreas que compõem as Ciências Sociais: Antropologia, Sociologia e Ciência Política. Além disso, deve respeitar rigor teórico e conceitual, realizar a mediação didática, contribuir para a apreensão do conhecimento sociológico pelo estudante e garantir a autonomia do trabalho pedagógico do professor.

É notório que a Sociologia tem se ocupado de variados temas com: preconceito, discriminação, violência, gênero, entre outros. Ao trazer tais temáticas para a sala de aula, a disciplina possibilita que os estudantes possam desenvolver seu senso crítico, compreendendo melhor sua própria realidade e as diversas dimensões das relações sociais. Piovesan (2005, p.

49) diz que “o que se pretende é garantir a igualdade de fato, com a efetiva inclusão social de grupos que sofreram e sofrem um consistente padrão de violência e discriminação”. Portanto, entende-se que os livros didáticos podem colaborar para a quebra de paradigmas postos como obstáculos no meio do caminho das pessoas que apresentam alguma deficiência.

Abaixo apresentamos as obras selecionadas para fazerem parte do PNLD 2018 e que foram disponibilizadas para o uso nas escolas do país.

Figura 6 - Livros Didáticos PNLD 2018



Fonte: <<http://www.fnnde.gov.br/pnld-2018/>> Acesso em: 12/09/2019

Após a aprovação dos livros, foram produzidas resenhas que justificaram o porquê da seleção dessas obras. Dessa forma, constata-se que os livros passam por um crivo bastante rigoroso por parte dos avaliadores e que apenas os manuais que se enquadraram nos critérios propostos no edital foram selecionados.

A escola tem um importante papel ao dialogar com temas que possibilitam a formação de pessoas críticas e cidadãs. Nesse contexto, o LD de Sociologia tem assumido relevante papel ao trazer para a escola o debate sobre diversas temáticas sociais. De acordo com o Guia do PNLD 2018, são trabalhados nos livros de Sociologia assuntos como:

Estado e mercado, sistema eleitoral e instituições políticas, ações afirmativas e meritocracia, corrupção e patrimonialismo, trabalho e desemprego, raça e etnia, globalização e terrorismo, gênero e sexualidade, partidos e movimentos sociais, cultura e religião, família e educação, juventude e escola, novas tecnologias e desigualdade, meio ambiente e desenvolvimento, indivíduo e sociedade, classes sociais e estratos de renda, senso comum e ciência. (BRASIL 2017, p. 12)

Nesse sentido, ao analisar o texto acima, percebemos que as temáticas propostas pelo PNLD para a disciplina Sociologia não especificam a pessoa com deficiência como eixo

temático, ficando o estudo a cargo, talvez dos eixos: *movimentos sociais* ou *ações afirmativas*, no entanto, nada específico.

Entende-se que muitos conteúdos relevantes já são contemplados nas páginas dos livros de Sociologia. Porém, muitos outros ainda necessitam ser mais explorados pelos autores, a fim de ampliar o leque de debates e reflexões nas salas de aula do ensino médio. Enveredamos por esse viés pelo fato de já pesquisar a temática “inclusão da pessoa com deficiência na escola/sociedade”, e por perceber que existe uma lacuna desse tema nos livros de Ciências Sociais. Dessa forma, justificamos nossa escolha pelo tema.

Ao analisar os livros de Sociologia do PNLD 2018, constata-se que existe uma discrepância entre os assuntos que são priorizados em larga escala em detrimento de outros que quase não são abordados. Levando em conta a igualdade de direitos posta na Constituição Brasileira de 1988 e a necessidade de uma escola que priorize a equidade.

A escola e a sua comunidade educativa não pode olhar para a pessoa com deficiência como alguém que luta apenas por igualdade, mas como alguém que busca ser percebido na sua diferença. A seguir, apresentamos a presença da Sociologia no currículo do EM do Brasil.

2.3 Sociologia, intermitência, currículo e formação docente

A Sociologia enquanto disciplina voltou ao currículo em 2008 e passou a fazer parte do Programa Nacional do Livro Didático em 2012. De acordo com o portal do Ministério da Educação, após quase 40 anos, as disciplinas de Filosofia e Sociologia foram novamente incorporadas ao currículo do ensino médio, em junho de 2008, com a entrada em vigor da Lei nº 11.684. Tal fato possibilitou a obrigatoriedade do ensino das duas disciplinas nas três séries do ensino médio. Esses componentes curriculares haviam sido banidos do currículo em 1971 quando foram substituídas pelo ensino da disciplina Educação Moral e Cívica.

O fato é que, a partir de 2008, Sociologia e Filosofia passaram a ser disciplinas obrigatórias nas escolas, e como consequência, estas temáticas tiveram mais espaço no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio). Considerando que “[...] a escola é desafiada a redimensionar as práticas, os modos de pensar e os conhecimentos com os quais trabalha”, segundo Araújo, Bridi e Motim (2017, p. 395), é implementada em 2009 a Sociologia como disciplina obrigatória no EM. Seu retorno ao currículo fortaleceu a produção de material na área, o surgimento de novas graduações, etc. Tais medidas contribuíram diretamente para que em 2012 Sociologia/Filosofia passassem a fazer parte do PLND.

Neste contexto, a Sociologia tem grande importância ao se tornar uma disciplina de combate aos preconceitos postos por uma sociedade excludente. O maior desafio da Sociologia, enquanto disciplina que amplia olhares, é fazer valer a lei nas atitudes e o livro didático pode ser fundamental nesse processo.

A Sociologia enquanto disciplina enfrenta muitas resistências que dificultam sua permanência no currículo. Silva (2007, p. 405) discorre da seguinte maneira,

No campo de estudos das disciplinas, dos currículos, ou, na sociologia do currículo podemos encontrar elementos que ajudem apreender os sentidos que levam a constituição da sociologia como saber escolar. Como saber escolar ela pode sempre estar presente nos currículos em disciplinas tais como: História, Geografia, Literatura, entre outras; mas, como disciplina, ela aparece, desaparece, reaparece, enfim tem um “lugar” instável, desconfortável e incerto. Isso pode ser explicado por vários motivos externos e internos ao campo das Ciências Sociais.

Essas incertezas da permanência ou não da Sociologia no currículo nos faz confirmar a importância desse componente enquanto elemento de construção de saberes críticos e reflexivos. Logo, ela acaba por despertar nos governantes o interesse pela sua retirada do currículo do ensino médio. Ainda de acordo com Silva (2007, p.408)

Os argumentos para a inclusão da sociologia são os mais variados, mas dependem muito das concepções dominantes sobre educação, sociedade, estado e ensino. Pode-se observar que dessas concepções depreendem-se modelos de currículos muito distintos ao longo da história e o papel da sociologia vai se alterando no interior desses modelos em disputa.

Nesse contexto, é importante compreender que ter a Sociologia no currículo está baseado no tipo de escola que queremos para os nossos jovens, se uma instituição que promove a cidadania e uma educação mais humanizada ou uma escola mais robotizada e/ou formadora de mão de obra para o mercado capitalista neoliberal. Hoje, após a aprovação da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) vemos o grande incentivo dos governos para a criação de novos componentes curriculares como Empreendedorismo e Projeto de Vida. Sabe-se ainda que para essas novas disciplinas entrarem no currículo, outras precisarão ter suas cargas horárias reduzidas ou até mesmo retiradas das matrizes curriculares, principalmente levando em consideração a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Médio.

Silva (2007) aponta que

A sociologia deve fazer parte dos currículos, mas não de qualquer tipo de ensino médio ou de qualquer currículo. Pensar na sociologia no currículo de ensino médio,

nos obriga a pensar antes de mais nada, na educação brasileira, no papel do ensino médio e na formatação de seus currículos. É uma tarefa fundamental para os cientistas sociais abrigados nos departamentos das universidades públicas. (SILVA, 2007, p. 423).

Essas reflexões, apontadas pela autora, nos fazem repensar o papel da Sociologia na sociedade atual, levando em consideração que a educação passa constantemente por transformações. Sendo assim, não é somente uma questão de permanecer ou não no currículo, mas de garantir o debate de temáticas pouco discutidas em sala de aula.

Elegemos a Sociologia como um componente curricular que pode ampliar o debate acerca da inclusão da PcD no cotidiano escolar no Ensino Médio. Atualmente, essa minoria ainda não tem sido objeto de estudo das Ciências Sociais. Sabe-se que as PcD, como qualquer outro movimento social, precisa aparecer como indivíduos de direitos. Sobre essa questão, Picolo e Mendes (2013) levantaram uma importante reflexão no artigo “Contribuições a um pensamento sociológico sobre a deficiência”:

É como se a Sociologia ainda não tivesse descoberto a opressão gestada pela deficiência, tal qual percebe com o racismo, o sexismo e as fobias sexuais e étnicas. Qual a razão de se ignorar uma parcela tão volumosa e massivamente oprimida da população? A resposta é mais simples do que se possa imaginar. A deficiência é vista essencialmente pelos sociólogos como tema autoexplicativo e consolidado, cuja base se dá na senda de lineamentos estranhos a seu corpo teórico. (PICOLO e MENDES 2013, p.465)

Silva (2007) diz que existem inúmeras propostas em disputa nesse momento e a inclusão da Sociologia bem como a efetividade do seu ensino dependerá do modelo de ensino médio, de currículo e de financiamento que serão vitoriosos no desfecho dos embates. Ainda segundo Silva, a Sociologia teria mais chances de se consolidar como disciplina escolar em currículos científicos, para um ensino médio de formação integrada e com financiamento federal e estadual garantido. Ao contrário, a Sociologia seguirá instável, entrando de diferentes formas nos currículos dos estados ou dos municípios, em provas de alguns vestibulares, enfim, a fragmentação persistira.

Como disciplina na Educação Básica, a Sociologia apresenta uma trajetória intermitente e conturbada. Desde sua primeira inserção nas escolas secundárias, na década de 1920, ela viveu momentos de permanência e ausência, que podem ser divididos em diferentes etapas. O período de 1925 a 1942 correspondeu a uma fase de crescimento de sua inserção nos currículos acadêmicos; de 1942 a 1971, ela apareceu de forma intermitente no currículo; o intervalo entre 1971 e meados dos anos 1980 caracterizou um período de reclusão da disciplina aos meios acadêmicos; e da década de 1980 aos nossos dias, podemos falar em uma

etapa de luta por sua reinserção no currículo do Ensino Médio, que culminou com a determinação de sua obrigatoriedade em 2008.

Durante a ditadura, os militares retiraram a Sociologia do currículo regressando apenas em 2008, após a aprovação da lei 11.684/2008, que determinou o retorno da Sociologia ao currículo, ao mesmo tempo, em que obrigou a inclusão do componente nas três séries do Ensino Médio (alterando dessa maneira o artigo 36 da LDBEN¹⁵).

Com a aprovação dessa lei em 02 de junho de 2008, tivemos a inclusão da Filosofia e da Sociologia como disciplinas obrigatórias no currículo. Essa ação trouxe grandes desafios para os cientistas sociais, pois passou a existir uma nova demanda nas universidades para a formação do professor de Sociologia e os sistemas de ensino foram obrigados a discutir propostas curriculares mais efetivas.

A Sociologia enquanto disciplina da educação básica ainda não está totalmente construída nos currículos das escolas, pois não há uma tradição pedagógica como em outras disciplinas. Segundo Oliveira e Costa (2016, p.405) “A falta de tradição decorre do fato que esta ciência sofreu uma intermitência nos currículos da Educação Básica em todo o século XX, marcada por períodos de presença e ausência nas escolas de Ensino Médio”.

É importante compreender que a partir da LDBEN de 1996 e da nova lei de obrigatoriedade da Sociologia no Ensino Médio, faz-se necessário que novos planos sejam elaborados e refletidos nos diversos aspectos, inclusive didáticos, pois só dessa maneira poderemos consolidar uma metodologia de ensino para a Sociologia em nossas escolas. Ainda de acordo com Oliveira e Costa (2016, p.405), “Na maioria das escolas, a Sociologia acaba ficando com os piores horários na matriz curricular”. Essa é uma dura realidade que geralmente é seguida de outras, como por exemplo, a falta de docentes com formação para ministrar aulas desse componente. Sabemos que essa é uma realidade e que geralmente ocorre pela falta de vagas de Ciências Sociais nos concursos públicos para professores. Como não existem em grande quantidade na rede estadual de Pernambuco profissionais formados na área, as aulas de Sociologia, em muitas escolas, são repassadas para professores com formação em outras disciplinas, com o objetivo de preencher a carga horária desses docentes.

Para Oliveira e Costa (2016, p. 407), “A tarefa do professor de Sociologia é propiciar a ampliação do repertório dos jovens acerca da leitura sociológica dos fenômenos sociais, culturais e políticos para além do senso comum, para desnaturalizar e estranhar essa realidade, compreendendo-a não como práticas subjetivas, mas como relações sociais”. A Sociologia

¹⁵ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

possibilita ao professor assumir um papel de protagonismo na escola ao compartilhar com os estudantes discussões sobre temas que congregam informação e formação de uma juventude mais esclarecida. Ao mesmo tempo que, ao incentivar a ampliação de visão e a reflexão crítica, bem como o questionamento, a Sociologia, acaba sofrendo retaliações enquanto campo do saber nas diversas redes escolares. Nesse viés, Silva (2006) também questiona o papel da Sociologia na escola,

Como demarcar o espaço da Sociologia no ensino médio senão pelo caminho do restabelecimento dos seus conhecimentos científicos nas escolas? O discurso crítico do ensino de Sociologia tem sido reiterado para indicar a necessidade de uma discussão pedagógica da Sociologia no ensino médio. [...] (SILVA, 2006, p.262).

Concordamos com a autora citada quando a mesma aponta a importância da discussão pedagógica, pois entendemos que é necessário que esse componente curricular assuma um papel de maior destaque na escola.

Quando apontamos para o protagonismo da Sociologia enquanto componente curricular na escola, é com o intuito de colaborar com o debate e a reflexão de temáticas pouco debatidas em sala de aula. Também, levantamos a bandeira da inclusão da PcD nos livros didáticos de Sociologia. Sabe-se que o crescimento de um país, bem como a melhoria de sua educação, não passa pela extinção de disciplina do currículo, muito menos da instauração da ditadura do medo ou da incerteza, pois essa disciplina pode e tem muito a contribuir com a formação intelectual do Brasil.

A seguir apresentamos a metodologia utilizada nessa pesquisa.

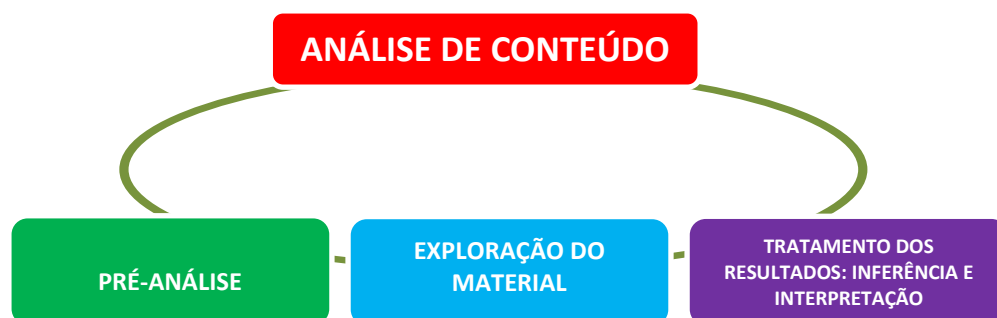
3 FUNDAMENTOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As Ciências Sociais sempre se valeram da análise de documentos como peça de referência dos conteúdos de pesquisa sobre a sociedade, ao lado de outras técnicas de investigação. Na Educação, a análise documental é ao mesmo tempo fonte de informação e indicador de metas ou dificuldades encontradas no âmbito do ensino, nas áreas da docência, da aprendizagem e da didática.

Nesta pesquisa tomamos como objeto de análise principal os livros de Sociologia aprovados pelo PNLD 2018. Como *corpus* secundário, foi elaborado, aplicado e analisado um questionário estruturado com 11 (onze) docentes, a fim de conhecer melhor a realidade daqueles que se dedicam a lecionar a disciplina Sociologia, sem qualquer pretensão de obter representatividade estatística com essas entrevistas. Quanto aos livros didáticos, analisamos exaustivamente os referidos manuais, a fim de constatar como estes apresentaram a PcD, utilizando-se para isso o método da análise de conteúdo.

Segundo Laurence Bardin (1977), a análise de conteúdo tem, em geral, três etapas, a primeira é o que se chama de “pré-análise”, na qual o pesquisador deve analisar as características do texto; a etapa da “exploração do material a ser analisado”, na qual se busca perceber as consequências das mensagens encontradas no texto pesquisado; e, por fim, a “interpretação propriamente dita” na qual serão tratados os dados, bem como descritas as partes relevantes, por meio de codificação apreendida nas unidades de registro e de contexto anteriormente formuladas. Para alcançar o objetivo geral deste estudo, foram seguidas as seguintes etapas:

Figura 7 - As três etapas da Análise de Conteúdo



Fonte: Adaptado de Bardin (2011)

Para a consolidação desse estudo, realizamos uma análise criteriosa dos livros didáticos de Sociologia aprovados pelo PNLD 2018, observando como cada um deles abordou ou não a temática supracitada. Em seguida, foram elencadas algumas categorias, que surgiram das questões norteadoras ou das hipóteses, bem como da organização de indicadores ou temas que pudessem ser aferidos nos livros. Dessa forma, os temas propostos para análise são aqueles que mais se repetem nas obras e por isso são recortados "do texto em unidades comparáveis de categorização para análise temática e de modalidades de codificação para o registro dos dados" (Bardin, 2011, p.100).

No primeiro momento, (pré-análise) observamos o conteúdo a ser analisado e foram definidos 12 (doze) critérios para a exploração do conteúdo dos livros. Em um segundo momento, fizemos a exploração do material, observando quantas vezes cada um dos critérios escolhidos foram apresentados nas obras analisadas. Buscamos, com isto, verificar se tais manuais abordaram o tema (PcD), levando em consideração os 12 critérios de análise para corroborar ou não o objetivo geral proposto nesta pesquisa.

Tendo em mãos os resultados coletados, seguimos para a fase de interpretação e tratamento dados, através da descrição, análise e discussão das evidências encontradas. Para tal, foi construído um quadro que contribuiu para ratificar a validação dos dados. Desse modo, analisamos cada obra de maneira a verificar se a pessoa com deficiência aparecia ou não nos livros. Optamos por analisar, assim como verificar a ocorrência e a frequência com que cada tópico foi apresentado. A seguir os critérios de análise observados.

Quadro 4 - Critérios para verificação nos Livros Didáticos

Representação Descritiva (Palavra indutora)	
1	PcD aparece no livro de forma contextualizada
2	PcD é apenas citada
3	Fotografia
4	Charge
5	Tirinha
6	Cartaz
7	Letra de música
8	Indicação de filmes
9	Questões do ENEM
10	Leis
11	A PcD aparece no manual do professor
12	A PcD aparece nas leituras sugeridas

Fonte: Elaboração do próprio autor

PcD aparece no livro de forma contextualizada – O critério 1 objetiva verificar se a PcD aparece no livro didático através de dados ou circunstâncias, descrevendo a conjuntura em que a inclusão é veiculada na sociedade, de maneira a contribuir para uma reflexão mais efetiva e aprofundada sobre o tema em sala de aula. Esse critério é relevante, pois ao aparecer no LD de maneira contextualizada, supõe-se que os estudantes terão mais argumentos e condições de rechaçar atitudes de preconceito/discriminação contra a PcD.

PcD é apenas citada – O critério 2 objetiva verificar se a PcD é apresentada no texto, mas sem contextualização. Consideramos que esse critério tem menor relevância se comparado ao primeiro, pois sua abordagem apenas cita o referido grupo, sem acrescentar esclarecimentos que possibilitem uma abordagem mais completa do conteúdo.

Fotografia – O critério 3 tem por objetivo verificar se a PcD aparece na obra por meio de imagem. A foto pode apresentar um enquadramento geral de modo a mostrar toda a paisagem, ou em primeiro plano (close-up), um enquadramento mais fechado. A fotografia revela informações que nem sempre aparecem no texto escrito, trazendo uma melhor contextualização, e às vezes, complementando as informações apresentadas. A imagem possibilita constatar, por exemplo, o tipo de deficiência.

Charge – Por meio do critério 4, verificamos se o livro faz uso desse recurso, uma vez que a charge, geralmente, faz uma sátira (crítica sarcástica) de acontecimentos atuais, em geral na esfera política, a fim de demonstrar indignação e insatisfação com a situação vigente. A utilização desse critério possibilita verificar se a obra apresenta algum tipo de barreira, inclusive atitudinal contra a pessoa com deficiência, além de buscar analisar como esta é apresentada, se é ou não estigmatizada, por exemplo.

Tirinha ou tira – Ao aparecer o critério 5 no livro, buscamos verificar se sua ocorrência apresenta dados relevantes para o debate sobre a temática PcD. A tira é uma sequência de quadrinhos que, dentre outras finalidades, faz uma crítica aos valores sociais, logo é possível constatar se esse HQ apresenta alguma barreira atitudinal contra a PcD.

Cartaz – O critério 6 busca constatar se a PcD aparece no livro por meio desse elemento. Em geral, um cartaz combina elementos verbais e não verbais com o intuito de informar ou persuadir à adesão a uma campanha ou compra de um determinado produto. Como um gênero textual que, em geral, é produzido para ampla divulgação, considera-se que a temática abordada por um cartaz ganha uma certa visibilidade no meio em que circula. Dessa forma, consideramos que se a PcD aparece representada por este meio, ela está tendo um lugar de mais visibilidade. Portanto, julgamos positiva sua representação em tal gênero textual.

Letra de música – O critério de número 7 busca verificar se a PcD é retratada de maneira respeitosa, tendo sua imagem enaltecida ou de modo a depreciar o segmento. Sabe-se que a música alcança variadas mídias e grupos possibilitando assim, grande visibilidade.

Indicação de filmes – O referido critério (8), tem por objetivo constatar em que contexto a PcD é apresentada, bem como que tipo de deficiência é retratada e se a indicação tem relevância.

Questões do ENEM – O critério 9 tem por objetivo verificar se a PcD é retratada em questões objetivas (múltiplas escolhas) ou subjetivas (temas de redação). Em geral, esse tipo de questão gira em torno de assuntos como cidadania, Direitos Humanos, movimentos sociais, etc., além de exigir do estudante, entre outras habilidades, a de compreender e comparar textos, ou ainda analisar imagens e tabelas.

Leis – O critério de número 10 analisará se as legislações que amparam a Pessoa com deficiência estão presentes no livro. Consideramos que, conhecedores da vasta legislação que assegura os direitos das PcD, os estudantes, enquanto indivíduos políticos, assumirão postura de empoderamento (aqueles que, por ventura, sintam-se representados pela lei) e de respeito (através de atitudes que promovam a inclusão social da PcD).

A PcD aparece no manual do professor – O critério 11 tem por objetivo aferir se o manual do professor contempla o objeto de estudo dessa pesquisa, fazendo orientações que possam ajudar no trabalho cotidiano do professor.

A PcD aparece nas leituras sugeridas – O critério de número 12 busca verificar se o livro faz sugestões de leituras que possam ajudar no aprofundamento da temática, tornando-se relevante, uma vez que amplia o entendimento do tema.

Ao todo, são 12 critérios construídos com o objetivo de aferir se os livros didáticos contemplam a PcD e de que maneira. Nesta pesquisa, utilizou-se como metodologia a análise de conteúdo, que pode ser definida como aquela que auxilia na compreensão dos sentidos de determinado texto, estando ele oculto ou mais evidente para o leitor.

A fim de colaborar na análise dos dados, fez-se uso de um quadro que apresenta os vários tipos de barreiras atitudinais. Para a construção do mesmo, tomou-se por base a pesquisa de Silva (2012), que objetivou esclarecer quais são as barreiras de atitudes impostas pela sociedade às pessoas com deficiência, esse tipo de barreira geralmente exclui, segrega e/ou estigmatiza. Mesmo na atualidade, a PcD ainda é muito estigmatizada, barreiras atitudinais são definidas como aquelas que emergem como se estivessem naturalizadas por grande parte da sociedade que acaba transformando esses indivíduos em invisíveis.

Quadro 5 - Tipos de Barreiras Atitudinais

Barreira Atitudinal de:	Como se caracteriza
Substantivação	é materializada no discurso quando este se refere à falta de uma parte ou sentido da pessoa como se a parte “faltante” fosse o todo. Essa barreira social impede as pessoas com deficiência de tomarem suas próprias decisões, efetivarem ações com independência, pois, a crença e o medo de que elas fracassem deterioram-lhes o empoderamento.
Adjetivação ou de Rotulação	é o uso de rótulos ou atributos depreciativos em função da deficiência. Incapaz, pecadora, feia, supranormal, marcada pelo destino, estigmatizada, indesejada, descartável, amaldiçoada, impura, possessa: eis alguns dentre os muitos rótulos desabonadores impostos a uma pessoa com deficiência, pelo simples fato de teimar em continuar existindo. (CERIGNONI, RODRIGUES, 2005, p. 46).
Propagação	é a suposição de que uma pessoa, por ter uma deficiência, tem outras. Ao se achar, por exemplo, que uma pessoa surda não fala, passa-se a entendê-la como tendo deficiência intelectual.
Estereótipos	é a representação social “positiva” ou “negativa”, sobre pessoas com a mesma deficiência, que tem origem subjetiva e base, principalmente, cognitiva. A partir da comparação do aluno com deficiência e outros alunos com a mesma deficiência, são construídas generalizações positivas e/ou negativas sobre todos os alunos com deficiência.
Generalização	parte da experiência ou conhecimento que se tem de um indivíduo ou grupo com deficiência. Ocorre na escola quando professores ou alunos sem deficiência generalizam aspectos positivos ou negativos de um aluno com deficiência em relação a outro com a mesma deficiência, imaginando que ambos terão os mesmos avanços, dificuldades e habilidades no processo educacional.
Padronização	consiste na provisão de um serviço efetivado do mesmo modo para todas as pessoas com deficiência. Conduzir os alunos com deficiência às atividades mais simples, de baixa habilidade, ajustando os padrões ou, ainda, esperar que um aluno com deficiência aprecie a oportunidade de apenas estar na escola.
Particularização	é a segregação das pessoas em função de uma dada deficiência e do entendimento de que elas atuam de modo específico ou particular por causa dessa deficiência. Quando se supõe que uma pessoa com deficiência só aprenderá com outra com a mesma deficiência.
Rejeição	a recusa irracional de interagir com uma pessoa em razão da deficiência. Ela é a mera expressão da recusa por razão de deficiência, independentemente de quaisquer atributos “positivos” relacionados a uma pessoa ou grupo.
Negação	é quando se nega a existência ou limite decorrente de uma deficiência. Pode ser manifestada através da existência de uma aparente naturalização da deficiência, em construções discursivas como “todos somos deficientes” ou “não existem normais”.
Ignorância	é o desconhecimento que se tem de uma dada deficiência, das habilidades e potenciais daquele que a tem. Surge, então, do desconhecimento acerca das potencialidades da pessoa com deficiência.

Medo	é o receio em fazer ou dizer “algo errado” diante da pessoa com deficiência receio (medo) de que a pessoa com deficiência faça, diga “algo errado” perante terceiros, na relação social.
Baixa Expectativa ou de Subestimação	é o juízo antecipado e sem fundamento (conhecimento ou experiência) de que a pessoa com deficiência é incapaz de fazer algo, atingir uma meta, etc. O mais deteriorante desse processo é que as pessoas com deficiência podem internalizar a avaliação depreciativa e se auto julgar incapazes.
Inferiorização da deficiência	é uma atitude constituída por meio da comparação pejorativa que se faz do resultado das ações das pessoas com deficiência em relação a outros indivíduos sem deficiência, atribuindo à deficiência resultados negativos que não são devidos a ela, sob a justificativa de que o que não foi alcançado pelas pessoas com deficiência é inferior, exclusivamente, em razão da deficiência. A base dessa barreira social, segundo Guedes (2007), está na percepção de que a deficiência limita as pessoas de forma determinante e irreversível.
Menos Valia	consiste na avaliação depreciativa das potencialidades, ações e produções das pessoas com deficiência. Avalia-se para baixo aquilo que a pessoa com deficiência fez, esteando a avaliação na deficiência a qual, sob essa ótica, tudo o que o indivíduo com deficiência produzir terá menor qualidade, não será tão bom quanto o produzido por seu par sem deficiência etc.
Adoração do Herói ou de Superestimação	consiste na supervalorização ou superestimação de ações, comportamentos, aprendizagens, produções, atitudes efetivadas pelas pessoas com deficiência; Sejam apontadas como figuras emblemáticas ou exemplares, “exemplos de superação”, como verdadeiros heróis. (CERIGNONI; RODRIGUES, 2005).
Exaltação do Modelo	ocorre quando se compara a pessoa com deficiência e a pessoa sem deficiência, usando a primeira como um modelo a ser seguido, justificando a “vantagem”, o “desempenho” da primeira meramente pela deficiência.
Compensação	quando se favorece, privilegia e paternaliza a pessoa com deficiência com algum bem ou serviço, por piedade e percepção de déficit. Marcam-se as pessoas com deficiência como “coitadinhas”, tem-se com elas cuidados excessivos.
Dó ou de pena	é a expressão e/ou atitude piedosa manifesta para com as pessoas com deficiência, restringe-as e mesmo as constrange pelas atitudes que se tem para com elas.
Superproteção	é a proteção desproporcional esteada na piedade ou na percepção de incapacidade do sujeito realizar algo, tomar decisão por si só, avaliar adequadamente perigo etc. Essa barreira social impede as pessoas com deficiência de tomarem suas próprias decisões, efetivarem ações com independência, pois, a crença e o medo de que elas fracassem deterioram-lhes o empoderamento.

Fonte: Adaptado de Silva (2012)

A barreira atitudinal é um dos mecanismos que invisibiliza a pessoa com deficiência, fazendo com que a sociedade em geral não perceba esse movimento social como segmento de direitos, tais quais outros grupos (movimento negro, LGBT, indígenas etc.).

3. 1 Coleta de dados: Instrumento utilizado para montagem do perfil dos docentes

Com o objetivo de conhecer o perfil dos docentes que ministram aulas de Sociologia nas escolas da rede estadual de Pernambuco e sua relação com o LD, foi aplicado um questionário estruturado com professores que lecionam o referido componente curricular. Sabemos que, na escola pública atual, profissionais das diversas áreas do conhecimento atuam como docentes da disciplina Sociologia, e essa diversidade de professores, com formações distintas, dificulta um trabalho sistematizado. Os resultados dessas entrevistas possibilitaram não só conhecer melhor aqueles que ministram as aulas de Sociologia, como também o lugar do livro didático de Sociologia em sala de aula, e até em que medida os professores voluntários conhecem a temática “Inclusão da Pessoa com Deficiência”. Os professores que responderam às entrevistas são de escolas que estão sob a jurisdição da Gerência Regional Vale do Capibaribe, que congrega trinta e sete escolas da rede. Responderam à pesquisa 11 (onze) professores que no ano de 2019 lecionaram Sociologia. Dessa maneira, os resultados obtidos contribuíram na consolidação do perfil dos professores que ministram o componente curricular na rede estadual.

O questionário¹⁶ contém 23 perguntas, nas quais foram abordadas questões como sexo, idade, vinculação, tempo de atuação na educação, área de formação, motivação para o ensino da disciplina Sociologia, escolha e uso do livro didático, conhecimento sobre a temática inclusão da PcD, conhecimento sobre legislações que amparam o referido grupo. Esta pesquisa colabora diretamente no entendimento do perfil do profissional que está inserido nas escolas e como esses colaboram na consolidação dessa disciplina na educação.

Nesta pesquisa não tínhamos o objetivo de montar um perfil geral dos professores de Sociologia de toda a rede estadual, e por isso elegemos docentes de apenas uma Gerência Regional. Desse modo, concordamos com Ramos (2013, p. 61), quando ela diz que “O propósito do uso de métodos quantitativos não é necessariamente produzir dados “representativos” de populações. O sociólogo interessado em avançar a teoria geralmente se interessa mais em desvendar relações entre conjuntos de variáveis que em representar toda

¹⁶ Ver apêndice

uma população”. Dessa forma, ao dialogar com o grupo entrevistado, montou-se um perfil dos profissionais de uma microrregião que assume as aulas do componente curricular Sociologia. Os resultados foram analisados após a elaboração dos gráficos, a partir daí, seguiu-se uma análise por meio de uma abordagem qualitativa, apresentando as inferências dos dados alcançados. Voltamos a Ramos (2013, p. 62) quando ela aponta que “Os pesquisadores coletam dados para descobrir diversos padrões do pensamento e do comportamento social”. Por conseguinte, agregamos a nossa análise dos LD o perfil dos professores de Sociologia da GRE Vale do Capibaribe.

4 ORGANIZAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Para melhor atender aos propósitos da presente pesquisa, dividimos este capítulo em duas partes. Na primeira, com o intuito de atender ao objetivo geral, apresentamos o processo de análise de cada obra, fazendo um breve resumo e analisando minuciosamente como a PcD aparece no LD. Por fim, as considerações gerais da análise apresentando as deficiências que apareceram nas obras.

Na segunda parte, objetivando atender a um dos objetivos específicos, analisamos as respostas dos docentes entrevistados, mostrando, por meio de gráficos, os resultados alcançados, bem como nossas considerações.

Para a análise do LD optamos por organizar um quadro, enumerando os livros de Sociologia conforme foram analisados. Identificamos também cada obra com uma cor para facilitar a leitura visual da pesquisa. Dessa forma, o quadro a seguir apresenta a sequência em que cada obra foi analisada, como também a indicação da editora de cada um dos livros didáticos escolhidos para análise:

Quadro 6 - Sequência dos livros analisados

LIVRO	TÍTULO	EDITORIA
LD1	Sociologia	Ed. Scipione
LD2	Sociologia Hoje	Ed. Ática
LD3	Tempos Modernos, Tempos de Sociologia	Ed. do Brasil
LD4	Sociologia em Movimento	Ed. Moderna
LD5	Sociologia para Jovens do Século XXI	Imperial Novo Milênio

Fonte: Elaboração do próprio autor

Para início do estudo, levamos em consideração uma pré-análise feita a partir da construção do quadro 5, que buscou constatar de forma direta se a PcD aparecia ou não nos livros. Dessa maneira, alguns tópicos foram elencados como critérios para aferir a presença desse grupo nos livros didáticos de Sociologia.

Em seguida, procederemos com a apresentação inicial da primeira obra.

4. 1 Apresentando o LD 1 – Sociologia

Para iniciar a análise do livro 1, optamos por fazer uma rápida descrição da obra, a fim de apresentar o referido manual. A obra foi escrita por três autoras, todas graduadas em

Sociologia, com doutorado na área e vinculação com o Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná.

O livro apresenta um *design* moderno e faz uso de tirinhas, quadrinhos, desenhos, fotografias e imagens de diversos tipos, assim como de mapas, gráficos e tabelas, intercalados com os textos. Uma diversidade de recursos pode ser percebida ao longo de todas as páginas do livro. O Manual do Professor contém uma apresentação detalhada e está teoricamente bem estruturado.

O livro do aluno possui 392 páginas. Os conteúdos estão divididos em 12 capítulos, cada um deles correspondendo a um objeto de estudo das Ciências Sociais. O Manual do Professor está dividido em seis partes. Ao analisar a obra, percebemos que o referido manual constitui-se como ferramenta importante para o auxílio do trabalho docente.

4.1.1 Análise do LD 1

Ao iniciar a análise dessa primeira obra, buscamos verificar se a PcD aparece no referido livro. Dessa maneira, constatamos já no capítulo 3, intitulado “A família no mundo de hoje”, que a PcD apareceu na página 93, mas sendo simplesmente citada em meio a uma reflexão sobre a figura feminina, que na atualidade, tem assumido a liderança de suas famílias. O livro também abordou os arranjos/maneiras que a maioria das mulheres/mães precisam fazer para conseguirem se manter no mercado de trabalho. Geralmente, a mulher precisa da ajuda de parentes para poder trabalhar, uma vez que necessita da colaboração de outras pessoas da família, pois não tem com quem deixar os filhos, bem como, idosos, doentes ou pessoas com deficiência, que estejam sob sua guarda. Como dito anteriormente, a PcD aparece no etc. (ou seja, sendo apenas citada numa sequência de outros segmentos). Quando o critério 2 é constatado, fica implícito que o grupo estudado não assume papel de destaque na discussão em tela.

A seguir, o fragmento que cita a PcD pela primeira vez nesse manual.

*Durante o expediente uma mãe que trabalha como faxineira faz parte da rede de apoio de uma família monoparental em que a responsável trabalha fora de casa. Para que a faxineira possa realizar seu trabalho, ela recorre a outra rede de apoio, deixando seus filhos pequenos numa creche municipal ou particular e às vezes pede auxílio a vizinhos ou parentes para levá-los ou trazê-los de volta para casa. E esses cuidados não se dirigem apenas às crianças da família, mas também acontecem com idosos, doentes ou **pessoas com necessidades especiais**.*

Fonte: Araújo, Bridi e Motim (2017, p.93)

Percebemos que, neste fragmento, a PcD é apresentada como um elemento secundário não sendo um tema central do capítulo, mas apenas um tópico que colabora com a discussão implementada sobre a questão da mulher. Nesse trecho, verificamos que o grupo estudado não recebe destaque no enredo abordado.

O segundo momento em que a PcD apareceu na obra, é no capítulo 4, intitulado “O sentido do trabalho”. Na página 108, é apresentada uma Tirinha (Tira) que contextualiza a questão do trabalho e a figura do trabalhador como um indivíduo que vem se tornando um sujeito alienado pelo sistema, em vista da desvalorização profissional. Essa discussão reflete as críticas feitas por Marx ainda no século XIX,

[...] mas, na medida em que apreende a alienação do homem – embora o homem apareça apenas na forma de espírito – nela se contêm veladamente todos os elementos da crítica e se encontram amiúde já preparados e elaborados de uma maneira que vai muito além do ponto de vista de Hegel. A 'consciência infeliz', a 'consciência honesta', a luta da 'consciência nobre e da consciência vil', etc., etc., estas seções individuais contêm os elementos críticos – se bem que em forma alienada – de esferas globais como a religião, o Estado, a vida civil etc. (MARX, 1964, p. 244)

No contexto de um trabalho que aliena a população, o cidadão apresentado na tira questiona que, assim como a PcD, ele também necessita de ajuda.

Figura 8 - O Conflito entre as obrigações do trabalho e as outras esferas da vida do indivíduo



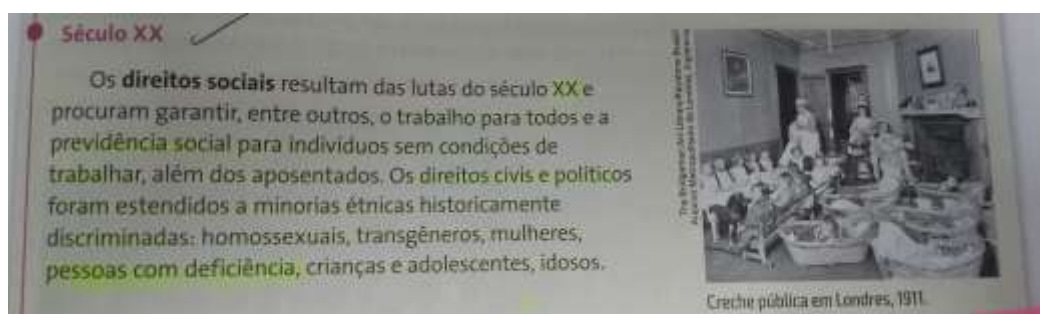
Fonte: Araújo, Bridi e Motim (2017, p.108)

Nessa tira, a PcD é apresentada como alguém que recebe algum tipo de privilégio em detrimento de um outro grupo que não o recebe. O cidadão apresentado na Tira, ao se sentar na cadeira laranja reservada a PcD, infringe os direitos de um grupo. Ao ser interpelado pelo segurança, o referido sujeito apresenta sua situação pessoal como sendo digna de pena. Sendo assim, acaba produzindo uma *barreira atitudinal de dó ou pena* (aquela manifesta às pessoas

com deficiência, demonstrando piedade). O critério 2 é apresentado na imagem, ao mesmo tempo que também é possível identificar outra *barreira atitudinal*, a de *compensação* que é aquela que favorece, privilegia e paternaliza a pessoa com deficiência com algum bem ou serviço, por piedade e percepção de *deficit*. Marcando assim, as pessoas com deficiência como “coitadinhas”, e que por isso, seria necessário receber cuidados excessivos. Tais barreiras acabam produzindo uma visão que diminui os direitos alcançados pelas PcD.

No capítulo 8 intitulado “Cidadania, política e estado”, mostra a pessoa com deficiência como um dos grupos que ao longo do século XX conquistou direitos sociais, civis e políticos, ao lado de outras minorias. Dessa forma, na página 233, tais grupos, inclusive a PcD, aparecem como indivíduos que, graças às suas reivindicações, obtiveram êxito nas suas lutas.

Figura 9 - Os direitos sociais



Fonte: Araújo, Bridi e Motim (2017, p.233)

Nesse fragmento, a pessoa com deficiência mais uma vez aparece no *etcétera*, mesmo assim, não se pode negar o papel protagonista desse segmento durante a constituinte de 1988 na luta pela aprovação de direitos que reconhecesse essas minorias. O referido documento é relevante, em âmbito nacional, pois surge como garantidor de direitos para toda a população, inclusive as minorias.

No capítulo 10 intitulado “Educação, escola e transformação social” é mostrado o papel da escola como espaço de socialização. Nesse contexto, Araújo, Bridi e Motim, dizem que:

As condições da vida moderna introduziram novas funções à escola, no mundo e no Brasil: cuidar das crianças enquanto os pais trabalham, oferecer conhecimentos antes aprendidos somente no interior da família (por exemplo, noções de higiene para crianças mais novas e de orientação sexual para os adolescentes), fornecer merenda, desenvolver habilidades técnicas anteriormente não requeridas, entre outras. (ARAÚJO, BRIDI e MOTIM, 2017, p. 294)

Sendo assim, a escola tem assumido um papel protagonista na condução da vida da juventude, pois apresenta mais que conceitos para a juventude. Essa nova escola, tem orientado os jovens a participar da vida em sociedade, compreendendo a educação como um dos elementos que colabora na condução da nação. Araújo, Bridi e Motim (2017, p.296) dizem que “Para Durkheim, a educação se reveste da responsabilidade pela socialização, um processo de contínua introdução de padrões culturais ao indivíduo, que implica o aprendizado de papéis sociais”.

Nesse capítulo, mais especificamente na página 308, mostram-se os avanços trazidos pela inclusão. O livro apresenta a quebra do paradigma da exclusão, da segregação e da integração rumo às conquistas da inclusão escolar. A escola surge como uma instituição capaz de tirar a PcD da invisibilidade. A obrigatoriedade da matrícula desse grupo na escola regular oportuniza um grande avanço para a inclusão na sociedade. Nesse aspecto, o citado livro apresenta de forma contextualizada os avanços, e também as barreiras que ainda são impostas a PcD. Portanto, a inclusão desse seguimento é um dos grandes desafios para a educação do Brasil. Abaixo a imagem que caracteriza a inclusão no LD 1.

Figura 10 - A inclusão na sala de aula



Fonte: Araújo, Bridi e Motim (2017, p.308)

A inclusão possibilita aprendizagem, interação e troca de experiências para a pessoa com deficiência, bem como para o grupo que convive com ela. Nesse contexto, verificamos que o critério 1 é constatado na obra de modo a apresentar a referida categoria como indivíduos de direitos. A escola precisa ser cada vez mais inclusiva, ao mesmo tempo em que carece de docentes que se permitam repensar suas convicções e práticas educativas.

Nesse fragmento é possível detectar os critérios 1, 3 e 10, pois a inclusão da PcD é o elemento central da discussão. Além disso, a foto possibilita compreender como esse indivíduo está participando da aula, ao mesmo tempo em que mostra a legislação se cumprindo e os direitos da PcD sendo assegurados, no que se refere ao acesso à educação em escolas regulares. Percebemos também que o estudante com necessidades educacionais especiais, retratado na cena, recebe orientação/atenção individualizada, mediante necessidade de sua limitação. Sobre isso, Sá e Simão (2007) reforçam que

Os educadores podem aprender com esta experiência e buscar diferentes estratégias para escolher aquelas que melhor se aplicam à situação de aprendizagem destes alunos, de forma contextualizada, tendo como referência os conceitos espontâneos, as vivências e as vias de percepção não visuais. Desta forma, podem recorrer aos elementos da natureza, às texturas, às notas musicais, à variação de temperatura, aos perfumes, dentre outras possibilidades. (SÁ E SIMÃO, 2007, p. 43)

Neste livro, ao término de cada capítulo, é apresentada uma sessão intitulada “As Ciências Sociais no cinema”. Na página 315 do capítulo 10, foi sugerido o filme (Gênio Indomável).

Figura 11 - Cartaz do filme Gênio Indomável (1997)



Fonte: Divulgação/Miramax Films, Laurence Bender Productions

A película indicada apresenta a trajetória de um jovem com superdotação/altas habilidades que ao responder um desafio matemático, acaba tendo problemas de relacionamento. Para conseguir viver melhor e arrumar um emprego estável, ele precisa resolver problemas emocionais e comportamentais. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva define que:

Estudantes com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse. (BRASIL, 2008 [s.p.])

Compreendemos que a sugestão de um filme abordando esse tipo de deficiência é muito relevante, pois possibilita ao grande público entender mais sobre altas habilidades/superdotação. Esse tipo de deficiência nem sempre é diagnosticada, uma vez que acontece em diferentes modulações, ou seja, alguns indivíduos apresentam um talento muito superior em alguma área, enquanto em outras áreas apresentam um grau equivalente ao da maioria da população, mas ainda assim superior. O critério 6 apareceu nesse contexto ao apresentar o cartaz do filme em tela.

No manual do professor, a PcD aparece em alguns momentos. Na página 442, no tópico *leituras recomendadas*, é sugerida a leitura do texto *Inclusão social via acessibilidade digital: proposta de inclusão digital para pessoas com necessidades especiais*, de Lílania Maria Passerino e Sandra Portella Montardo, publicado pela Revista Compós, v. 8, 2007. Dessa maneira, os autores fazem relevante indicação de leitura confirmando a presença dos critérios 11 e 12.

Na página 457, em um texto de Celso Lafer que aborda a questão dos Direitos Humanos, a PcD novamente aparece no Manual do Professor. Neste é possível constatar a existência da *barreira atitudinal de inferiorização da deficiência* (aquela que limita as pessoas de forma determinante e irreversível), perceptível no trecho a seguir “Um componente da dicotomia inclusão/exclusão se traduz na percepção de que uma das funções dos direitos humanos é a de *se ocupar dos mais débeis*. Daí a etapa da especificação dos direitos humanos é centrada na tutela do ser, em situação de vulnerabilidade, por várias razões (deficientes físicos, crianças, idosos e mulheres etc.)”.

Na página 461 é apresentada mais uma leitura sugerida em que se recomenda o texto *Os direitos humanos dos portadores de deficiência* de Rui Bianchi do Nascimento. Essa recomendação de leitura é um importante suporte para o docente, pois nem sempre o indivíduo tem domínio da temática em questão, e outras leituras colaboram na ampliação de saberes e permitem ao professor fazer uma melhor abordagem do conteúdo.

Com relação ao LD 1, apresentamos abaixo o resumo da análise

Quadro 7 - Análise do LD 1

Livro 1 – Sociologia		
Representação Descritiva (Palavra indutora)		Ocorrência/ Frequência
1	PcD aparece no livro de forma contextualizada	1
2	PcD é apenas citada	3
3	Fotografia	1
4	Charge	0
5	Tirinha	1
6	Cartaz	1
7	Letra de música	0
8	Indicação de filmes	1
9	Questões do ENEM	0
10	Leis DH, CF	2
11	A PcD aparece no manual do professor	3
12	A PcD aparece nas leituras sugeridas	3

Fonte: Elaboração do próprio autor

Observamos que a pessoa com deficiência apareceu nesse livro de maneira contextualizada em apenas um momento (página 308). Quanto ao critério 2, apareceu em 3 momentos. Ao final da análise do LD1, constatamos que a PcD está presente nesse manual de diferentes formas. No entanto, é necessária uma maior contextualização do tema nas obras para facilitar a abordagem desse conteúdo pelos professores.

Constatamos que as autoras utilizaram-se também de fotografia, tirinha e cartaz, para apresentar a PcD. Com relação à legislação, apenas a Constituição Federal de 1988 e a Declaração dos Direitos Humanos de 1948 foram apresentadas na obra. O manual do professor abordou o assunto em 3 momentos, sendo esses também, o número de sugestões de leituras. Podemos concluir então, que a referida obra abordou a temática PcD, mas faltou uma maior/melhor contextualização do conteúdo, uma vez que outros grupos recebem amplo espaço nessa obra como é o caso dos indígenas, dos negros, entre outros.

4. 2 Apresentando o LD 2 – Sociologia Hoje

A obra foi escrita por três autores com ampla experiência na área, todos, doutores em Ciências Sociais e Sociologia, vinculados às universidades públicas de São Paulo. O livro opta por organizar o conteúdo da disciplina por meio de temas que abrangem de modo vasto e apropriado a pluralidade e diversidade das Ciências Sociais. O manual é dividido em três unidades que retratam as áreas que compõem as Ciências Sociais (Antropologia, Sociologia e Ciência Política).

O projeto gráfico-editorial é cuidadosamente pensado de acordo com as temáticas desenvolvidas, o que inclui textos, imagens, charges e figuras. No final de cada capítulo também se encontram sugestões de livros, filmes e sites. As unidades são apresentadas por cores: amarelo para a Antropologia, vermelho para a Sociologia e azul para a Ciência Política. Cada unidade é iniciada com um grafite que faz alusão aos assuntos e fornece à obra um projeto visual muito interessante.

A obra é descrita da seguinte forma, no tocante ao livro do estudante: 384 páginas divididas em três unidades: Unidade 1 – Cultura; Unidade 2 – Sociedade; e Unidade 3 – Poder e Cidadania. Cada uma contém cinco capítulos, totalizando 15. Percebe-se que os autores tiveram a preocupação de apresentar cada unidade temática de forma equânime: 104 páginas para Antropologia; 118 páginas para Sociologia e 113 páginas para Ciência Política.

O Manual do Professor possui 118 páginas e apresenta a história da disciplina no Ensino Médio e as compreensões sobre a Sociologia contidas em documentos oficiais, como as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e Orientações Curriculares Nacionais (OCNs).

4.2.1 Análise do livro 2 – Sociologia Hoje

O livro Sociologia Hoje não apresenta em suas páginas a temática dessa pesquisa. Ao longo das 502 laudas, em momento algum, a PcD foi citada. Dessa forma, nos perguntamos: esse grupo social não existe para os autores desse manual? Discentes e docentes que dispuserem deste livro poderão abordar esse tema em sala, mas não contarão em momento algum com o apoio do LD, uma vez que este não apresenta o conteúdo. Será que a editora dessa obra silenciaria esse grupo social, se essa parcela da população estivesse no currículo de sociologia ou fosse cobrada no edital do PNLD? Pode-se levantar também a hipótese de que a obra incorre em uma *barreira atitudinal de Baixa Expectativa ou de Subestimação*, que é aquela que faz juízo antecipado e sem fundamento (conhecimento ou experiência) de que a pessoa com deficiência é incapaz de fazer algo, atingir uma meta etc. Não sendo relevante apresentar esse segmento em uma obra. De certa forma, o que mais fragiliza esse processo é que as pessoas com deficiência podem internalizar a avaliação depreciativa e se auto-julgar incapazes, e por isso, não seria relevante ser representado em um livro didático.

Os autores Machado, Amorim e Barros (2016) afirmam que as Ciências Sociais nos ensinam a pensar criticamente, não aceitando qualquer argumentação. Dessa maneira, é

importante que a editora, juntamente com seus colaboradores, revejam suas posições e incluam no manual esse conteúdo.

Aos que compõem o PNLD, por mais que se diga que a lista de conteúdos a ser abordada é incompleta, as editoras, por si só, não vão priorizar esse conteúdo se não houver uma recomendação do edital. Resta então, ao Estado, falar de inclusão, INCLUINDO as pessoas com deficiência no edital do livro didático para que esse tema seja abordado nas obras, assim como já são no caso das outras minorias.

A entrada PcD no edital do PNLD não é simplesmente uma questão de certo ou errado, como tão bem explicam os autores do LD 2, Machado, Amorim e Barros (2016) que apontam que para as Ciências Sociais, certo e errado são termos complexos, que sempre dependem de uma reflexão crítica e cuidadosa. Sendo assim, a única forma de distinguir bons e maus argumentos, ideias e práticas é pensar criticamente. Exercitar o pensamento crítico prepara o ser humano para não se deixar enganar facilmente, e por isso as Ciências Sociais podem ser úteis. É importante decifrar o que muitas vezes está por trás dos discursos políticos, questionar as informações da mídia, contrapor argumentos e deduzir a melhor opção, identificar discursos que só pretendem ganhar você por motivos econômicos, políticos ou outros.

Machado, Amorim e Barros (2016) dizem que a forma de pensar “outros” (populações, povos, minorias) com base em normas e valores da sociedade ou cultura de quem está fazendo essa reflexão. Na medida em que os “outros” não se encaixam nesses valores, a tendência é rejeitá-los como inferiores, primitivos, selvagens, excêntricos etc. O pensamento etnocêntrico pode resultar em racismo e preconceito de várias ordens (gênero, étnico etc.). Essa visão que predomina no mundo globalizado acaba por gerar uma forte onda conservadora que estigmatiza o diferente e discrimina as minorias.

As lutas das minorias discriminadas nas sociedades centrais são indícios de uma sociedade capitalista que pensa igualdade, mas não equidade. Sendo assim, pensar a equidade vem acompanhada de uma “diferença” atrelada a uma carga significativa de justiça social. Dessa maneira, compreender a diversidade em uma perspectiva da diferença colabora para consolidação de direitos.

O livro Sociologia Hoje mergulha no universo dos grupos negros, homossexuais e indígenas que historicamente sofreram com a exclusão racial, a discriminação sexual e a intolerância religiosa. Segundo Machado, Amorim e Barros (2016) o estranhamento pode ser um dos motes propulsores do entendimento das questões vistas como polêmicas. Ainda

segundo esses autores, estranhar o que é próprio, pode nos ajudar a pensar eticamente sobre as coisas ao nosso redor, à medida que elas deixam de ser compreendidas como naturais.

Considerando-se que os movimentos sociais acima enumerados têm ganhado grande visibilidade, causa-nos estranhamento um segmento representado por um grande número de pessoas no Brasil (o da PcD), que segundo dados do IBGE (2010), representam quase um quarto da população nacional, ser tão invisibilizado, se comparado às demais minorias.

Figura 12 - Número de Pessoas com deficiência no Brasil



Fonte: BRASIL (IBGE 2010)

Ao considerarmos o grande número de pessoas com deficiência no Brasil, faz-se necessária uma maior compreensão da temática PcD por parte dos autores que escrevem os materiais didáticos que chegam as escolas.

Quadro 8 - Análise do LD 2

Livro 2 - Sociologia Hoje		
	Representação Descritiva (Palavra indutora)	Ocorrência/ Frequência
1	PcD aparece no livro de forma contextualizada	0
2	PcD é apenas citada	0
3	Fotografia	0
4	Charge	0
5	Tirinha	0
6	Cartaz	0
7	Letra de música	0
8	Indicação de filmes	0
9	Questões do ENEM	0
10	Leis	0
11	A PcD aparece no manual do professor	0
12	A PcD aparece nas leituras sugeridas	0

Fonte: O Elaboração do próprio autor

Os dados acima demonstram a total ausência da PcD do livro *Sociologia Hoje* da editora Ática. Fica implícito que como essa minoria não é cobrada pelo edital do PNLD, os autores optaram por não abordar esse segmento na sua obra. Sendo assim, questionamos como um movimento social que tem uma população de mais de 45 milhões de pessoas, segundo dados do IBGE 2010, pode continuar sendo ignorada pela sociedade.

Reiteramos a relevância desse trabalho quando apresentamos esse grupo como pessoas de direitos e que precisam ganhar visibilidade da mesma forma que outras minorias. Para o Guia do PNLD (2018), o que dá vitalidade a uma área de estudos, é quando essa é atestada pelo fortalecimento de espaços acadêmicos para apresentação de trabalhos, na divulgação científica de artigos em revistas da área de Educação e Ciências Sociais, reunindo assim um repertório considerável de experiências e reflexões sobre um determinado tema. Dessa forma, trazer a PcD para o LD é diminuir o silenciamento imposto a essa parcela da população. Assim, chamamos a atenção dos autores do livro *Sociologia Hoje* para que eles possam refletir sobre a importância de dar mais visibilidade a essa parcela da população.

Por outro lado, entendemos que os referidos autores produziram seu livro pautado nos parâmetros exigidos pelo PNLD. Ao observar tais parâmetros, constatamos que a PcD, diferentemente de outras minorias, sequer é citada no documento. Quanto ao manual, este incorre em uma barreira atitudinal de Baixa Expectativa, que é “o juízo antecipado e sem fundamento (conhecimento ou experiência) de que a pessoa com deficiência é incapaz de fazer algo, atingir uma meta etc.”. O mais preocupante dessa barreira é que as pessoas com deficiência podem internalizar essa ausência como uma forma de exclusão que os credita o rótulo de incapazes. Também pode ser percebida a barreira de Rejeição que é “a recusa irracional de interagir com uma pessoa em razão da deficiência. Ela é a mera expressão da recusa por razão de deficiência, independentemente de quaisquer atributos “positivos” relacionados a uma pessoa ou grupo”.

A invisibilidade que em geral é imposta às PcD é, de certo modo, um tipo de barreira que precisa ser combatida em prol de uma educação equânime. Sendo assim, concordamos com Machado, Amorim e Barros (2016) quando eles entendem que é importante desnaturalizar algumas práticas e estranhar certas atitudes, fomentando uma imaginação sociológica, em que a Sociologia pode contribuir na formação de um sujeito crítico, capaz de intervir e transformar o mundo, numa espécie de inconformismo intelectual.

4. 3 Apresentando o LD 3 – Tempos Modernos, Tempos de Sociologia

A obra foi escrita por quatro autoras doutoras em Ciências Sociais, Sociologia, História e Antropologia, vinculadas às universidades públicas do Rio de Janeiro e São Paulo, todas com ampla experiência na área.

A introdução do livro apresenta as Ciências Sociais, utilizando o filme “Tempos Modernos”, de Charles Chaplin, como operador metodológico. O projeto gráfico-editorial é sóbrio e efetivo. O livro possui recursos textuais e imagéticos variados. Utiliza-se também de charges, gráficos, mapas e tabelas. Ao final de cada capítulo, sugere filmes que são comentados no Manual do Professor. Nele, o docente também encontra sugestões adicionais de bibliografia.

A obra é composta de 384 páginas, divididas em três partes distribuídas em 22 capítulos. Os capítulos se encerram com um pequeno box chamado “Recapitulando”, que procura resumir, em um parágrafo, o que foi trabalhado. Todos os capítulos possuem pinturas, fotografias, quadrinhos, tirinhas, charges, tabelas, gráficos, mapas ou outras formas de expressão que compõem a vida cultural contemporânea como ferramentas que provocam a reflexão sociológica.

O Manual do Professor contém 112 páginas e é dividido em duas partes: a primeira, “Apresentação do livro”, e a segunda, “Utilizando o livro”. O manual também orienta e sugere diferentes combinações entre os conteúdos.

4.3.1 Análise do livro 3 – Tempos Modernos, Tempos de Sociologia

A PcD aparece no LD3 pela primeira vez no capítulo 4, intitulado “Saber as manhas e a astúcia da política” especificamente na página 60, no tópico chamado “A política na vida contemporânea”. As autoras contextualizam com a importância da socialização e dos direitos do cidadão. Nesse viés, é necessário ter uma consciência política e do respeito aos direitos das minorias. Enquanto pessoa de direito, o ser humano também aprende na socialização com outros indivíduos e a PcD não é diferente.

A obra “Tempos Modernos, Tempos de Sociologia” apresenta nessa mesma página uma fotografia de uma jovem com síndrome de Down que trabalha como garçone. Logo, nesse primeiro momento a pessoa com deficiência aparece segundo o critério 3.

Figura 13 - Jovem com Síndrome de Down no mercado de trabalho

Fonte: Bomeny *et al* (2016, p. 60)

A imagem por si só é muito esclarecedora e mostra a importância desse segmento da população ser absorvido pelo mercado de trabalho. Existem na atualidade leis que defendem e incentivam a inclusão das PcD no mercado de trabalho. Dessa forma, ao apresentar a referida imagem, as autoras oportunizam aos docentes, por exemplo, realizar debates sobre as leis de cotas. A lei 8.213 de 24 de julho de 1991 implementa a contratação de pessoa com deficiência pelas Empresas. Esse documento no art. 93 impõe que a empresa com 100 ou mais funcionários fica obrigada a preencher de dois a cinco por cento dos seus cargos com beneficiários reabilitados, ou pessoas com deficiência, na seguinte proporção:

Quadro 9 - Número de Pessoas com deficiência por empresa

Até 200 funcionários	2% de PcD
De 201 a 500 funcionários	3% de PcD
De 501 a 1000 funcionários	4% de PcD
De 1001 funcionários em diante	5% de PcD

Fonte: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1991/lei-8213-24-julho-1991-363650-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 20/12/2019

Os dados acima têm grande importância, pois contribuem para que as PcD possam entrar no mercado de trabalho. Durante muitos anos essas pessoas eram excluídas e até mesmo escondidas em casa pelas famílias. Bomeny *et al* (2016, p. 60) diz que “À medida que somos socializados, aprendemos a reconhecer que, além de nós, as pessoas com quem convivemos também têm direitos”. Nesse sentido, a imagem apresentada representa de forma muito positiva a inclusão da PcD no mercado de trabalho.

Por outro lado, a legenda da foto (jovem portadora de Síndrome de Down que trabalha como garçone...) provoca uma *barreira atitudinal de Adjetivação ou de Rotulação* que é justamente o uso de rótulos ou atributos depreciativos em função da deficiência. Para evitar tal colocação, deveria ter sido usada na legenda (Jovem com Síndrome de Down trabalha como garçone).

A segunda vez que a PcD aparece nesse livro é na página 61, ainda discutindo a questão das “cotas”.

As “cotas”, como são popularmente conhecidas, baseiam-se na reserva de um percentual mínimo de vagas em seleções e concursos públicos para indivíduos pertencentes a grupos minoritários diversos, como indígenas, mulheres, deficientes físicos, afrodescendentes, entre outros.

Fonte: Bomeny *et al* (2016, p. 61)

Bomeny *et al.* (2016, p. 61) entendem que “para os que apoiam a ação afirmativa, o conceito de igualdade não deve ser encenado como meramente formal. Elas defendem que se deve “tratar os iguais de forma desigual”. As referidas autoras aprofundam ainda sobre a relevância da “política de cotas”. Segundo Bomeny *et al.* (2016, p. 61) “As cotas, como são popularmente conhecidas, baseiam-se na reserva de um percentual mínimo de vagas em relação aos concursos públicos, para indivíduos pertencentes aos grupos minoritários diversos, como indígenas, mulheres, deficientes físicos, afrodescendentes, entre outros”.

O fragmento, ao apresentar a PcD, reduz esse grupo aos “deficientes físicos”, demonstrando um desconhecimento sobre os vários tipos de deficiências que atingem a população. Sendo assim, nesse fragmento, o critério 2 aparece e oportuniza fazer algumas reflexões sobre a questão da inclusão. Pode-se dizer então que o livro Tempos Modernos apresenta uma importante discussão sobre inclusão e o respeito às minorias.

Nesse mesmo capítulo, na leitura complementar, ao abordar o tema Políticas Públicas, Bomeny *et al.* (2016, p. 66) dizem que “As políticas são o resultado da competição entre os diversos grupos ou segmentos da sociedade que buscam defender (ou garantir) seus interesses”. Nesse contexto, o PNE 2014 é umas das mais relevantes políticas públicas voltadas para a educação; Na sua meta, quatro apresentam a questão da pessoa com deficiência. Abaixo o cartaz exposto na página 66.

Figura 14 - Semana de Ação Mundial do PNE 2014



Fonte: Bomeny *et al* (2016, p. 66)

Ao apresentar o cartaz acima, a PcD aparece, critério 6, de modo implícito, pois a meta 4 do Plano Nacional de Educação dialoga diretamente com esse segmento da população.

Meta 4: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. (BRASIL, 2014)

Já no capítulo 11, (Sonhos de civilização), a PcD aparece pela quarta vez na obra, no tópico “As sociedades reveladas”. As autoras apresentam as Ciências Sociais dialogando com a cultura e os avanços da tecnologia ao longo dos anos. Neste contexto, é apresentada uma fotografia de um atleta paraolímpico em uma prova de salto a distância. A imagem apresenta a importância da tecnologia como uma importante ferramenta de inclusão que colabora para o bem estar da PcD.

Figura 15 - Atleta Paraolímpico

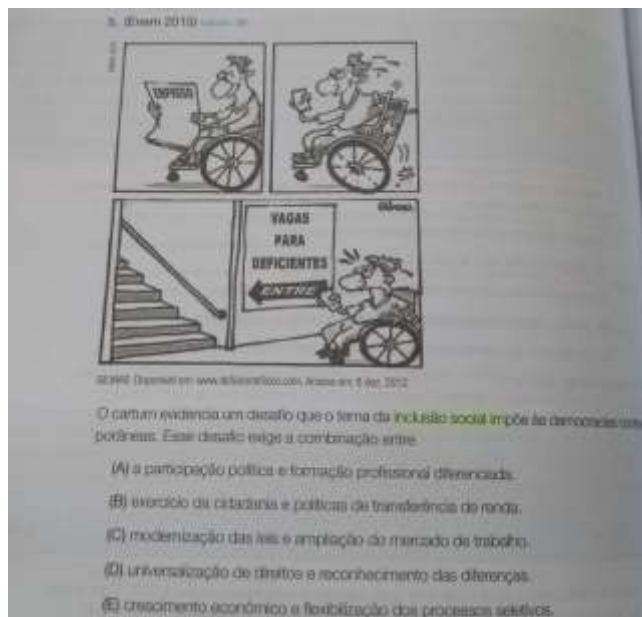
Fonte: Bomeny *et al* (2016, p. 66)

Nesta quarta vez que a PcD é apresentada na obra *Tempos Modernos*, a fotografia apresenta um atleta em prova de salto em distância no Campeonato Alemão de Atletismo. Um claro sinal de que as pessoas com deficiência podem participar de atividades esportivas quando lhes são dadas condições adequadas. A foto acima oportuniza ao leitor uma visão ampliada da situação descrita. O esporte tem assumido um importante papel na inclusão das pessoas com deficiência, haja vista os resultados alcançados por esse segmento nas competições paraolímpicas.

No capítulo 18 denominado (Desigualdades de várias ordens) são apresentadas diversas formas de desigualdades. Nesse contexto, Bomeny *et al* (2016, p. 280) diz que “Oferecer oportunidades iguais a todos envolve investimentos sociais muito grandes, e isso nem sempre ocorreu, pois os compromissos dos governantes com as políticas de bem estar social nem sempre foram os mesmos”. Ao longo do referido capítulo, também são levantadas algumas questões que precisam ser superadas como as desigualdades de gênero, as questões raciais, a pobreza e a fome, que ainda são muito presentes na sociedade brasileira.

Na sessão “Construindo seus conhecimentos” no tópico de “Olho no Enem” a PcD aparece pela quarta vez na obra, agora na página 296, no exercício 5, que apresenta uma questão de múltipla escolha do Enem 2015. O exercício, problematiza a inclusão social da PcD e as barreiras arquitetônicas impostas a esse grupo. Trazer uma atividade como essa é importante, pois colabora diretamente na sensibilização da sociedade quanto à lei de cotas e principalmente levanta a bandeira da acessibilidade.

Figura 16 - Questão do ENEM 2015



Fonte: Bomeny *et al* (2016, p. 296)

O critério 9 (questão do Enem) aparece nessa página ao lado do critério 5 (Tira), pois a atividade apresentada valeu-se de uma sequência de imagens que contextualizam a questão da acessibilidade. Sabe-se também que as barreiras arquitetônicas são muito presentes na sociedade, dificultando assim a vida das PcD. No tópico *De olho no Enem*, o LD3 proporciona um relevante debate sobre a desigualdade imposta às pessoas com deficiência.

No capítulo 22 intitulado (Interpretando o Brasil), a PcD aparece no manual pela quinta vez, agora na página 356, em uma importante reflexão sobre o conceito de homem cordial. Bomeny *et al.* (2016, p.356) diz que “Na sociedade do homem cordial, em que o espaço público é tomado como um prolongamento do espaço privado, fenômeno como o coronelismo, o apadrinhamento, o *jeitinho* e a corrupção põem os interesses pessoais acima do bem comum”. O *jeitinho* brasileiro emerge como um traço negativo que naturaliza a imagem do cidadão do Brasil como um indivíduo naturalmente corrupto.

Figura 17 - O jeitinho brasileiro



Fonte: Bomeny *et al* (2016, p. 356)

A imagem em tela além de retirar direitos, ela também apresenta a *barreira atitudinal de negação* (quando se nega a existência ou limite decorrente de uma deficiência. Esse tipo de barreira pode ser manifestada através da existência de uma aparente naturalização da deficiência, em construções discursivas como “todos somos deficientes” ou “não existem normais”).

No manual do professor, a PcD aparece na página 478, no resumo do capítulo 18, no tópico *monitorando a aprendizagem* e *De olho no Enem*. Sendo assim, o critério de número 2 é pontuado em dois momentos.

Ao término da análise dessa obra, constatamos que o livro *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia* apresenta a questão da inclusão da PcD, mesmo que em alguns momentos sem muita profundidade. Mas ao abordar, colabora diretamente na retificação dos direitos conquistados por essa minoria.

Para facilitar a visualização dos resultados alcançados, apresentamos o seguinte quadro:

Quadro 10 - Análise LD 3

Tempos Modernos, Tempos de Sociologia		
Representação Descritiva (Palavra indutora)		Ocorrência/Frequência
1	PcD aparece no livro de forma contextualizada	0
2	PcD é apenas citada	1
3	Fotografia	2
4	Charge	0
5	Tirinha	2
6	Cartaz	1
7	Letra de música	0
8	Indicação de filmes	0
9	Questões do ENEM	1

10	Leis – DH, CF	2
11	A PcD aparece no manual do professor	2
12	A PcD aparece nas leituras sugeridas	0

Fonte: Elaboração do próprio autor

Mesmo a PcD não aparecendo neste livro em textos que contextualizem esse grupo social, podemos constatar que a referida obra apresenta boas reflexões sobre a temática dessa pesquisa. Para tal, é importante que o docente tenha algum conhecimento sobre Inclusão da Pessoa com Deficiência. A PcD é apresentada como um grupo social que tem crescido e que está inserida na escola, no mercado de trabalho, nos esportes, nos vestibulares e nas legislações. Dessa forma, detectamos que esse é um grupo social que não pode ficar de fora dos manuais didáticos.

4. 4 Apresentando o LD 4 - Sociologia em Movimento

A obra foi escrita por dezessete autores com variadas formações, predominando a área das Ciências Sociais. Os referidos autores atuam como professores de Ensino Médio e superior, em instituições públicas do Rio de Janeiro.

A obra se fundamenta em abordagem temática e parte de uma perspectiva interdisciplinar e plural de métodos e conceitos advindos das Ciências Sociais.

O projeto gráfico-editorial é construído de forma organizada que colabora na orientação dos leitores. É um livro com 399 páginas, contendo seis unidades, cada uma com dois ou três capítulos, totalizando 15 capítulos.

O livro apresenta um referencial bibliográfico geral e específico, de dentro e de fora das Ciências Sociais. O tópico “Direito e Sociedade” é uma seção que expõe e combina a legislação brasileira com os conteúdos aprendidos, permitindo que professores e estudantes estabeleçam relações epistemológicas entre os aspectos jurídicos e a vida escolar e cotidiana.

O Manual do Professor, intitulado de “Suplemento do professor”, é dividido em duas partes: 1. Orientações pedagógicas e metodológicas e 2. Encaminhamentos didáticos e pedagógicos, compreendendo ao todo 110 páginas. Apresenta sugestão de filmes (de ficção e documentários) e de livros (ficcionais ou não), música, fotografias, quadros, charges, enfim, uma grande quantidade de manifestações culturais locais e internacionais povoa o livro.

4. 4.1 Análise do LD 4 - Sociologia em Movimento

A Sociologia, como disciplina de relevância no ensino médio, aborda questões que colaboram na construção de ideias e na reflexão de variadas temáticas. Silva *et al.* (2016, p. 416) apontam que,

A Sociologia desempenha em relação às demais disciplinas de Ciências Humanas um papel fundamental para integrar trabalho, ciência, técnica, tecnologia, humanismo e cultura geral como forma de contribuir para o enriquecimento cultural, político e profissional dos estudantes, que assim, terão as condições necessárias para o efetivo exercício da cidadania. (SILVA *et al.* 2016, p. 416)

No capítulo de número 4, intitulado (Sociologia e controle social) a obra apresenta nas páginas 88 e 89 uma fotografia de página dupla em que duas atletas com deficiência física aparecem em primeiro plano na disputa da prova de 100 metros durante as Paraolimpíadas de Londres, em 2012. Um dos objetivos do referido capítulo é compreender a socialização como um processo de integração dos indivíduos à sociedade e aos diferentes grupos sociais.

Figura 18 - A socialização por meio do esporte



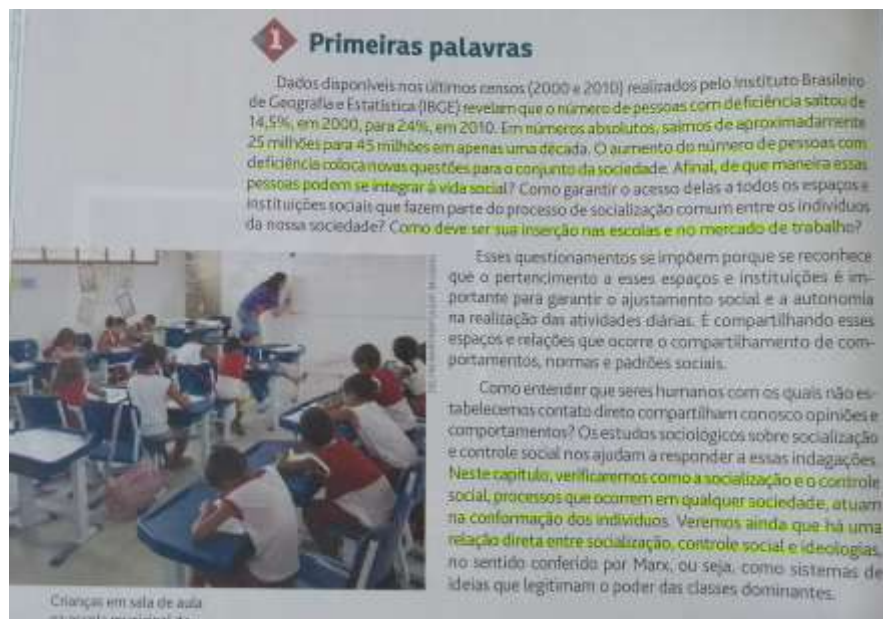
Fonte: Silva *et al.* (2016, p. 88)

A foto, evidencia o critério de número 3, ilustrando de forma clara a importância do esporte como um meio de interação social, que contribui ativamente no processo de socialização da PcD. Silva *et al.* (2016, p. 90) diz que “A sociedade é uma construção humana. Entretanto, o ser humano também é resultado do meio social no qual está inserido. Os integrantes da espécie humana não conseguem sobreviver isolados nem se desenvolver sem a interferência de um grupo na formação de sua individualidade”. Sendo assim, a escola,

entre outros espaços de interação social, têm papel relevante na socialização dos indivíduos. No campo esportivo, a inclusão tem crescido e proporcionado as PcD oportunidades, como por exemplo, a participação em eventos esportivos.

Na página 90, os autores apresentam de forma contextualizada a relevância do processo de inclusão da PcD, inclusive apresentando dados dos Censos de 2000 e 2010, em que é perceptível o aumento do número de declarações de pessoas dizendo ter alguma deficiência. A escola tem assumido um papel protagonista na educação/formação desse grupo, que durante anos foi estigmatizado e excluído da sociedade. Voivodic (2004, p. 37) diz que “a educação inclusiva não pode continuar a ser vista como uma utopia, mas precisa ser encarada como uma realidade possível e desejável em nossa sociedade”. Com isso, fica evidente que a diversidade social é um dos pontos de partida para entender que as pessoas mesmo sendo diferentes, podem e devem interagir entre si e com o meio onde vivem, pois a participação e a ação quando unidas contribuem para a formação do indivíduo. Entendendo a importância da inclusão, os autores desse livro confirmam a relevância do papel da escola, bem como do mercado de trabalho para a inserção desses indivíduos na sociedade. Essa discussão recebeu por parte dos autores um importante destaque, pois vem apresentada no início do capítulo, podendo suscitar boas reflexões acerca do tema.

Figura 19 - A PcD no censo



Fonte: Silva et al. (2016, p. 90)

No texto acima, que integra o capítulo 4 da obra analisada, os autores apresentam a PcD de forma contextualizada, sendo possível vislumbrar o critério 1. Nessa obra percebemos

também um número relevante de legislações que abordam a pessoa com deficiência (Declaração dos Direitos Humanos, Constituição Federal de 1988, Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência). A seguir a linha do tempo apresentada no livro.

Figura 20 - Linha do Tempo – Legislações



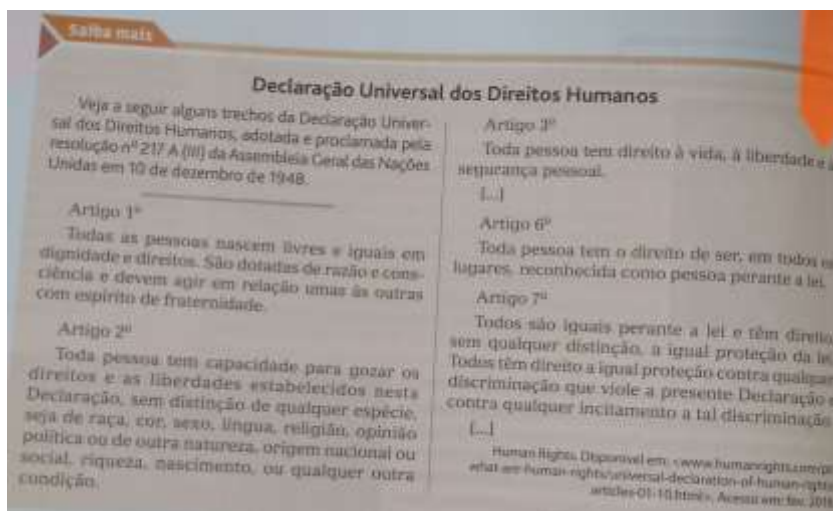
Fonte: Silva *et al* (2016, p. 173)

A cronologia acima reflete as lutas dos Movimentos Sociais para consolidar os direitos dessa população. Desse modo, viver em um sistema democrático possibilita tais conquistas. Silva *et al.* (2016) apontam que

“Em nossos dias, existem diferentes concepções de democracia presentes na sociedade. Há os que defendem a ideia de democracia como algo que diz respeito apenas à esfera política (votar e ser votado, por exemplo). Outras a aplicam também às áreas da vida econômica (como participar na definição do orçamento público de certa localidade), social (decidir sobre leis que tratem da vida privada, como questões ligadas à sexualidade ou à reprodução, como ocorre em relação ao aborto), cultural (opinar sobre que aparatos de cultura, como teatros e cinemas, e de lazer, por exemplo, parques e praças, serão instalados, em que quantidade e onde). (SILVA *et al.* 2016, p. 173)

O livro *Sociologia em Movimento*, ainda nesse capítulo, aponta para a importância dos direitos dos cidadãos. Silva *et al.* (2016, p.185) apontam que “De acordo com Thomas Humphrey Marshall, cidadão é aquele que exerce seus direitos civis, políticos e sociais de maneira efetiva.” Os autores ainda contextualizam sobre a importância do conhecimento das legislações que amparam a pessoa humana, destacando especialmente a Declaração dos Direitos Humanos como um dos mais importantes documentos que respalda a todos os seres humanos. Essa declaração contribui diretamente para o surgimento de muitas outras legislações espalhadas pelo mundo. É considerada a mais importante legislação no panorama mundial do século XX.

Figura 21 - Declaração dos Direitos Humanos



Fonte: Silva *et al.* (2016, p. 186)

Com relação à legislação que ampara a PcD, o livro contemplou ainda a Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), documento construído em Nova Iorque e que respalda outras leis que discorrem sobre a inclusão da PcD. O fato de tal legislação ser apresentada no referido livro demonstra o entendimento dos autores sobre a questão jurídica que ampara a essa minoria. Silva *et al.* (2016, p.186) defendem ainda que “Uma das características dos direitos humanos é o fato de estabelecerem que a injustiça e a desigualdade são intoleráveis”. Os autores do quarto livro, no capítulo 14, intitulado “Gênero, sexualidade e identidades” apontam também a necessidade de uma sociedade mais tolerante e inclusiva, que ampare a todos independente da condição social, de gênero, entre outras.

Não foi identificada menção à PcD no manual do professor. Também não está presente no livro por meio de letras de músicas, indicações de filmes ou imagens. A seguir o quadro com o resumo da análise dessa obra.

Quadro 11 - Análise do LD 4

Livro 4 - Sociologia em Movimento		
Representação Descritiva (Palavra indutora)		Ocorrência/ Frequência
1	PcD aparece no livro de forma contextualizada	1
2	PcD é apenas citada	0
3	Fotografia	1
4	Charge	0
5	Tirinha	0
6	Cartaz	0
7	Letra de música	0
8	Indicação de filmes	0
9	Questões do ENEM	0

10	Leis – DH, CF, CDPC	3
11	A PcD aparece no manual do professor	0
12	A PcD aparece nas leituras sugeridas	0

Fonte: Elaboração do próprio autor

A PcD aparece nessa obra de forma contextualizada, bem como por meio de fotografia que ilustra a inclusão desse segmento da sociedade. O referido livro também apresenta algumas legislações que amparam essa minoria. Dessa forma, podemos dizer que a PcD apareceu de modo satisfatório nesse manual, pois apesar de haver poucas ocorrências, de acordo com os nossos critérios de análise, conseguiu contemplar de maneira aprofundada a discussão sobre essa parcela da população.

4. 5 Apresentando o LD 5 - Sociologia para Jovens do Século XXI

A obra foi escrita por dois autores com graduação em Sociologia e Ciências Sociais. Ambos têm vinculação com instituições públicas de nível médio e superior do Rio de Janeiro.

O livro valoriza as experiências e os saberes dos estudantes, que devem ser encorajados a problematizar a realidade que os cerca, por meio da imaginação sociológica. O referido manual contempla um leque considerável de temas e conteúdos das Ciências Sociais, que são discutidos por meio de estratégias didáticas evidenciadas nas seções que estruturam as três unidades que compõem a obra.

O projeto gráfico-editorial se apresenta com uma grande variedade de textos, imagens, charges e figuras, além de expor ao final de cada capítulo sugestões de filmes, sites da internet e músicas para aprofundamento dos conteúdos.

O Livro do Estudante tem 400 páginas, sendo estruturado em torno de três unidades, cada uma delas com oito capítulos, num total de 24 capítulos, compostos por seções e subseções que se articulam com o texto principal de cada capítulo.

O Livro do Professor contém 111 páginas, este destaca a figura docente como sujeito autônomo do trabalho pedagógico em sala de aula. Pode dizer que a obra traz uma abordagem equilibrada da Antropologia, Sociologia e Ciência Política de forma que os conteúdos dessas três áreas aparecem mesclados nos capítulos.

4.5.1 Análise do LD 5 - Sociologia para Jovens do Século XXI

O livro 5, no seu capítulo de número 2 intitulado *Quem sabe faz a hora e não espera acontecer?* apresenta a convivência entre os indivíduos e começa fazendo uma importante reflexão sobre a socialização. Segundo Oliveira e Costa (2016), somos o resultado de um processo que aprendemos na convivência com os outros, com base em valores, ideias, atitudes e fazeres comuns. Para os autores, quando vivemos em uma sociedade dividida em classes sociais, vai sempre haver pessoas que não têm a mesma condição econômica, do mesmo modo que existem pessoas diferentes.

Ainda no mesmo capítulo, deparamo-nos com a seguinte indagação: “*Podemos imaginar mais coisas, como por exemplo: e se a criança tiver alguma necessidade especial? [...]*”. Tal pergunta levanta um questionamento sobre o que muda quando uma criança tem alguma necessidade especial. Evidencia-se que a discussão em tela, não apresenta a PcD como elemento central da contextualização, mas como se dá a socialização.

No capítulo 6, intitulado “*Ser diferente é normal*”: *as diferenças sociais e culturais* aparecem na página 80, conforme o fragmento abaixo:

[...] as pessoas com deficiência são diferentes daquelas que não possuem necessidades especiais, e assim por diante. Essas características dos seres humanos não significam superioridade ou inferioridade de uns sobre outros.

A PcD é apresentada neste fragmento conforme critério 1. O referido capítulo é um dos mais propícios no referido LD, para contextualizar a questão da inclusão desse grupo. No tocante ao tópico “Ser diferente é normal” é apresentado um informativo que aborda a diferença social e cultural. Nele, é contextualizado que os grupos são diferentes e não superiores e/ou inferiores.

Nesse mesmo contexto, os autores do referido livro apresentam o samba enredo “Quem nasceu diferente, e venceu o preconceito, a gente tem que admirar” do ano de 2007 da *Escola de Samba Império Serrano-Rio de Janeiro*, problematizando através de uma música a importância das pessoas com necessidades especiais. Os autores mesmo ratificando que ser diferente é normal, acrescentam que lidar com a diferença é difícil em função das relações de poder entre as pessoas e grupos. Considerando tais obstáculos para que a inclusão social seja efetivada, reitera-se o papel da educação ao proporcionar tais discussões, oportunizando o debate, estimulando a prática e garantindo direitos.

O manual *Sociologia para Jovens do Século XXI* traz uma relevante discussão sobre as diferenças, por ser um dos livros que mais dialoga sobre a temática.

“Na sociedade brasileira ainda há muita dificuldade em reconhecer e promover o diálogo e a troca entre diferentes grupos, pois ainda ocorrem muitos casos de violência contra homossexuais, atitudes e comportamentos de rejeição às pessoas com deficiências, violência contra as mulheres e negros, etc.” (OLIVEIRA E COSTA, 2016, p. 83)

Para Oliveira e Costa (2016, p. 83) “O que diferencia o ser humano dos outros seres é uma capacidade de respostas aos diversos desvios que a sociedade impõe”.

Ainda nesse mesmo capítulo, é sugerido o filme: *Preciosa, uma história de esperança* que traz no seu enredo a vida de uma adolescente de 16 anos que teve um filho com síndrome de Down. O capítulo 6 apresentou uma importante contextualização sobre a inclusão e a diferença.

Quadro 12 - Análise LD 5

Livro 5: Sociologia para jovens do século XXI		
Representação Descritiva (Palavra indutora)		Ocorrência/ Frequência
1	PcD aparece no livro de forma contextualizada	1
2	A PcD sendo apenas citado, mas sem contextualização	1
3	Fotografia	0
4	Charge	0
5	Tirinha	0
6	Cartaz	0
7	Letra de música	1
8	Indicação de filmes	1
9	Questões do ENEM	0
10	Leis – CF	1
11	A PcD aparece no manual do professor	0
12	A PcD aparece nas leituras sugeridas	0

Fonte: Elaboração do próprio autor

O referido livro apresenta a PcD em dois de seus capítulos. Em um deles, apresenta e contextualiza esse grupo, utilizando-se dos recursos letra de música e indicação de filme.

Após a análise da referida obra, verificamos que a PcD aparece segundo os critérios adotados na metodologia desse estudo. O quadro acima leva em consideração a ocorrência e a frequência em que cada critério apareceu no livro.

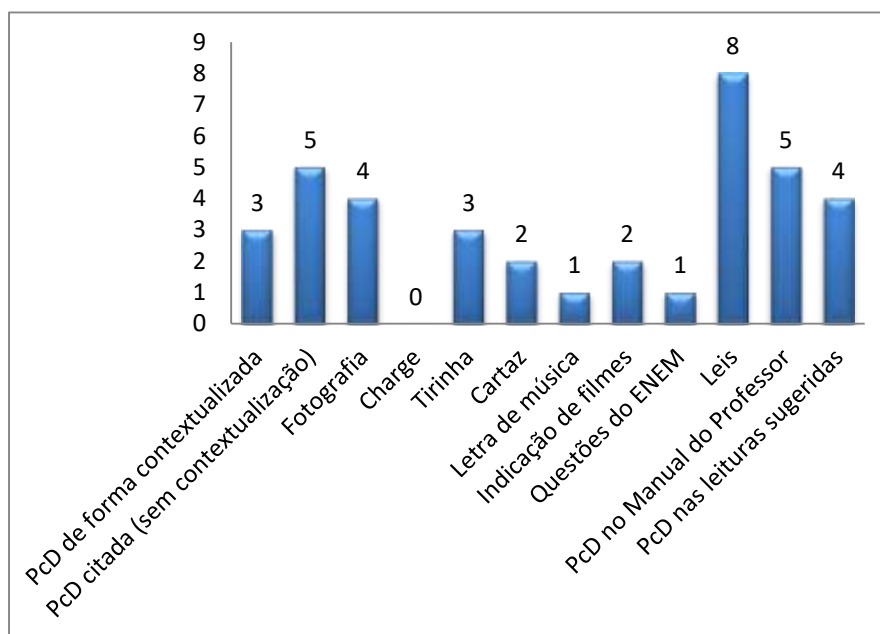
4. 6 Considerações Gerais

A PcD apareceu em 80% dos livros didáticos de Sociologia do PNLD 2018, ou seja, em quatro dos manuais. No entanto, mesmo presente nos livros, a PcD na maioria deles apareceu de maneira superficial e em geral sendo apenas citada, sem que existisse uma contextualização sobre a questão da inclusão. Sabemos, porém, que essa minoria não consta no edital do PNLD, sendo dessa maneira, uma justificativa que autores e editora podem usar para justificar a ausência desse grupo nos livros de Sociologia. No entanto, segundo as análises feitas, é possível constatar a presença dessa parte tão estigmatizada da população. Infelizmente, a pessoa com deficiência carrega consigo estigmas que os acompanha por toda a vida. Bomeny *et al.* (2016, p.369) definem que o estigma “surgiu na Grécia Antiga, onde designava sinais corporais (como cortes ou queimaduras a ferro) feitos em criminosos e traidores para marcá-los negativamente perante toda a sociedade”. O sociólogo canadense Erving Goffman foi o maior representante desse conceito, ele faz uma releitura em que o estigma vem para esclarecer as dinâmicas sociais marcadas pela discriminação e pelo preconceito.

De modo geral, constatamos que a PcD apareceu em quatro dos livros didáticos. De acordo com os critérios de representação descritiva, os sujeitos pesquisados apareceram 36 (trinta e seis) vezes em quatro dos cinco livros, em um deles, não tivemos ocorrência. A PcD apareceu de forma contextualizada em apenas 3 momentos, demonstrando assim que esse grupo não é visto como prioritário pelos autores e principalmente pelo currículo.

A maior parte das ocorrências foi no critério 10, que trata da legislação. Os documentos mais citados foram a Constituição Federal (CF) e a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Considerando que tais documentos tratam, não só da PcD, mas dos direitos de todos, a lei que ampara especificamente a PcD aparece em apenas uma das obras, na qual menciona a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD). Outro dado que chamou a atenção, foram o número de ocorrências do critério 2, em que a PcD é apenas citada totalizando 5 (cinco) vezes. O referido dado apresenta essa minoria no que denominamos nesta pesquisa de *etcétera*.

Abaixo apresentamos os dados em forma de gráfico:

Gráfico 1 - Ocorrências de recursos abordando a temática “Inclusão da Pessoa com Deficiência”

Fonte: Elaboração do próprio autor

Ainda com o intuito de ratificar os dados obtidos após a análise, optamos pela construção de mais um quadro, dessa vez, para apresentar os tipos de deficiências presentes nos livros.

Quadro 13 - Tipos de deficiência presentes nos livros de Sociologia do PNLD 2018

Qual a deficiência mais citada nesta obra?	LD1	LD2	LD3	LD4	LD5
Física ou Motora	2x	-	3x	1x	-
Auditiva	-	-	-	-	-
Visual	1x	-	-	-	-
Intelectual (Síndrome de Down/ Paralisia Cerebral)	1x	-	1x	-	1x
Altas Habilidades / Superdotação	1x	-	-	-	-

Fonte: Elaboração do próprio autor

Conforme mostra o quadro acima, a deficiência física é a que mais aparece nos manuais. Pode-se dizer que os autores por não serem especializados na área, acabam não buscando uma visão ampliada sobre a temática, e em geral, atrelam à imagem da cadeira de rodas a todas as deficiências.

Sabemos que apesar das conquistas, as PcD ainda são pouco percebidas pela sociedade. Nesse contexto, compreendemos que mesmo com os avanços na legislação, essa minoria, assim como os negros, continua sendo excluída, muitas vezes por falta de entendimento dos direitos sociais. Dessa forma, perpetua-se a cultura da *invisibilização* da pessoa com deficiência.

Verificamos que, embora integradas pelas novas tecnologias de informação e de telecomunicações (internet, informatização, telefonia celular, entre outros meios), as pessoas com deficiência na sociedade contemporânea ainda são vítimas da exclusão social, de estigmas, de preconceitos, da ignorância alheia. Dessa forma, podemos dizer que a *invisibilização* desse grupo os relega no tocante aos movimentos sociais à categoria dos que estão apresentados no *etcétera*, ou seja, esse grupo acaba não sendo categorizado como pessoas de direitos, mas como uma parcela que junto com outros segmentos alcançaram algumas melhorias. Apesar da relevância da temática, essa categoria ainda não consta no edital do PNLD, podemos considerar que esse grupo deve receber mais atenção por parte do governo, das editoras e seus autores, da escola e da sociedade geral.

A seguir apresentamos o nosso *corpus* secundário nessa pesquisa: um questionário que objetivou conhecer melhor o perfil dos docentes que lecionam a disciplina Sociologia nas escolas da rede estadual de Pernambuco e como eles utilizam o livro didático nas aulas.

4.7 Um diálogo com professores de Sociologia

Neste estudo, realizou-se entrevistas com professores que lecionam Sociologia. Para isso, foi necessário entrar em contato com gestores ligados às escolas da Gerência Regional Vale do Capibaribe, por meio de um aplicativo de mensagens para tomar conhecimento dos professores que trabalham com o referido componente curricular. Alguns gestores nos deram retorno e nos enviaram os contatos dos docentes para que a comunicação fosse feita, outros não responderam. De posse dos contatos, acessamos um número expressivo de professores, mas no final, apenas uma pequena parcela deles se disponibilizou a responder ao questionário. Nesta etapa, participaram 11 (onze) docentes da Rede Estadual de Pernambuco com formação em diversas áreas do conhecimento.

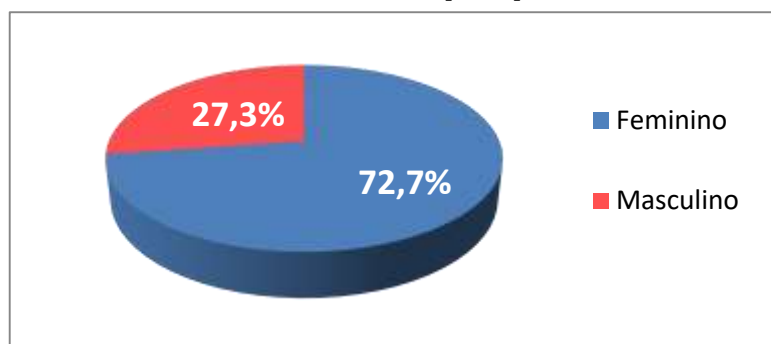
Desta forma, é importante esclarecer que os resultados obtidos não podem ser considerados como estatisticamente representativos para o universo de professores da Rede Pública Estadual de Pernambuco, uma vez que nossa pesquisa não utilizou amostra probabilística e o número de casos pesquisados foi muito baixo, com onze professores. Neste sentido o estudo se caracteriza como de natureza exploratória com aplicação de questionários. Os resultados foram trabalhados de forma descritiva, trazendo algumas características desse grupo de professores que serviram para levantarmos hipóteses e estabelecer algumas análises exploratórias e incipientes. Ou seja, nada conclusivas ou representativas para o universo dos professores da Rede Estadual de Pernambuco.

Para facilitar a realização dessa atividade e também entendendo que ficaria muito difícil conversar pessoalmente com cada entrevistado, tendo em vista que esses eram de cidades diferentes, optamos pelo uso de aplicativo de mensagens. Dessa maneira, realizamos uma pesquisa *online*. Esse tipo de pesquisa tem algumas vantagens como a inexistência de deslocamentos; a possibilidade de atingir um número específico de pessoas; a inclusão de rotinas automáticas para a tabulação dos dados. Por outro lado, possui algumas desvantagens como dificuldade de realizar um trabalho de sensibilização; os participantes precisam ter domínio da ferramenta usada; dificuldades de receber retornos de alguns participantes.

Os formulários Google permitem que o usuário “recolha e organize gratuitamente informações grandes e pequenas” (GOOGLE, 2019). As respostas de uma pesquisa são armazenadas em planilhas (Google Sheets) e podem ser visualizadas em gráficos ou mesmo de forma bruta na planilha. Por meio do referido dispositivo, foi enviado aos docentes o questionário estruturado, contando com 23 perguntas, com o objetivo de traçar o perfil dos docentes que lecionam a disciplina Sociologia em escolas estaduais de Pernambuco, bem como conhecer como se dá a utilização do LD pelos professores.

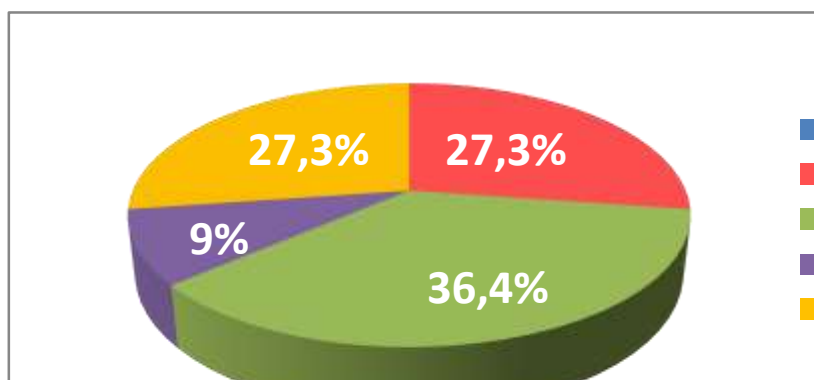
A primeira pergunta buscou conhecer o sexo dos sujeitos pesquisados.

Gráfico 2 - Sexo dos participantes



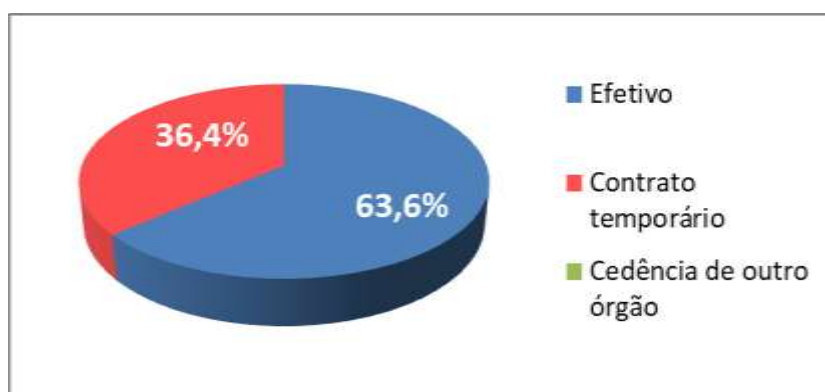
Fonte: Elaboração do próprio autor

Sendo assim, 72,7% dos pesquisados eram do sexo feminino. No tocante à faixa etária, 36,4 %, ou seja, a maioria tinha entre 36 a 45 anos.

Gráfico 3 - Idade dos participantes

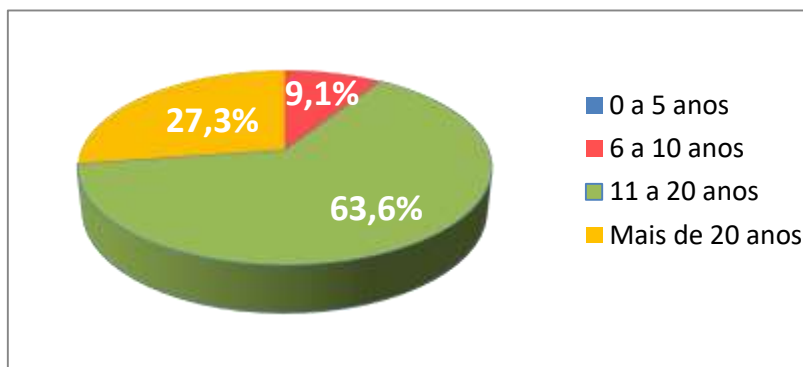
Fonte: Elaboração do próprio autor

Quanto ao tipo de vinculação com o estado de Pernambuco, 63,6% são servidores efetivos.

Gráfico 4 - Tipo de vínculo dos participantes

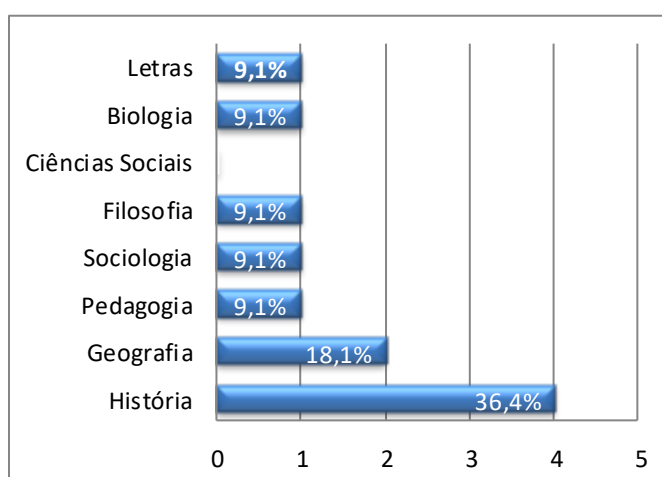
Fonte: Elaboração do próprio autor

A maioria dos pesquisados, ou seja, 63,6% disseram atuar na educação de 11 a 20 anos. Esse dado é relevante, pois deixa implícito que esses profissionais têm experiência como professores na educação básica, tendo condições de analisar materiais didáticos, definir transposição didática, escolher conteúdos, montar e seguir planejamentos, bem como definir escolhas conceituais de acordo com as suas convicções políticas.

Gráfico 5 - Tempo de atuação

Fonte: Elaboração do próprio autor

Quanto à formação inicial do professor, Tropa (2017) afirma que aproximadamente 96,8% dos docentes que lecionavam Sociologia no estado de Pernambuco em 2015 não eram formados em Ciências Sociais. Constata-se assim que, poucos são os professores formados na área, e isso pode interferir diretamente na qualidade das aulas ministradas, uma vez que o número de docentes licenciados em Ciências Sociais em Pernambuco é muito baixo. Tropa (2017) ao comparar os dados de Pernambuco com os de outros estados, identifica que na Paraíba 11,3% dos professores têm formação em Ciências Sociais. No Ceará, esses números chegam a 6,7%; enquanto em Pernambuco, apenas 3,2% dos seus profissionais têm formação na referida área.

Gráfico 6 - Formação inicial dos participantes

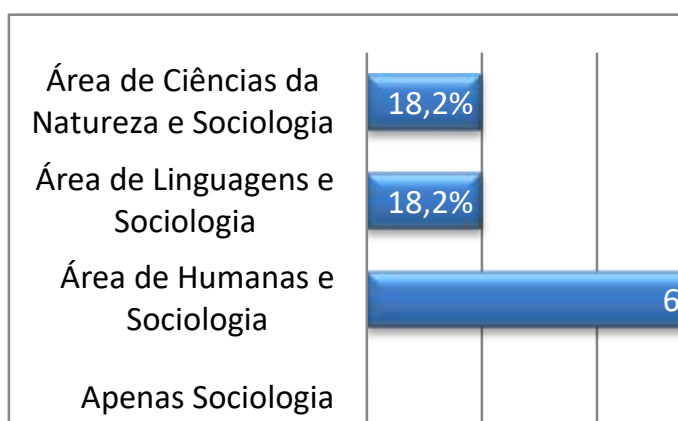
Fonte: Elaboração do próprio autor

Quando foi questionado sobre a graduação inicial dos pesquisados, confirmamos que a maioria dos professores que lecionam o componente curricular (Sociologia) não tem formação na área. Assim, a pesquisa apontou que 36,4% são graduados em História; outros 18,2% são

formados em Geografia, Pedagogia e Biologia. Esses dados podem ser reflexos da falta de concurso público em Pernambuco, que pouco tem priorizado essa área, uma vez que no último certame, realizado pela secretaria de educação em 2016, as Ciências Humanas sequer foram contempladas. Dessa forma, como não existem professores habilitados na área, resta às escolas repassarem as aulas para qualquer outro docente que aceite ministrá-las. Os dados abaixo dialogam diretamente com Silva (2001).

O gráfico abaixo mostra os componentes curriculares que os participantes lecionam. Salientamos que o principal critério para participação da pesquisa foi lecionar Sociologia no ano de 2019.

Gráfico 7 - Componente(s) curricular(es) que leciona



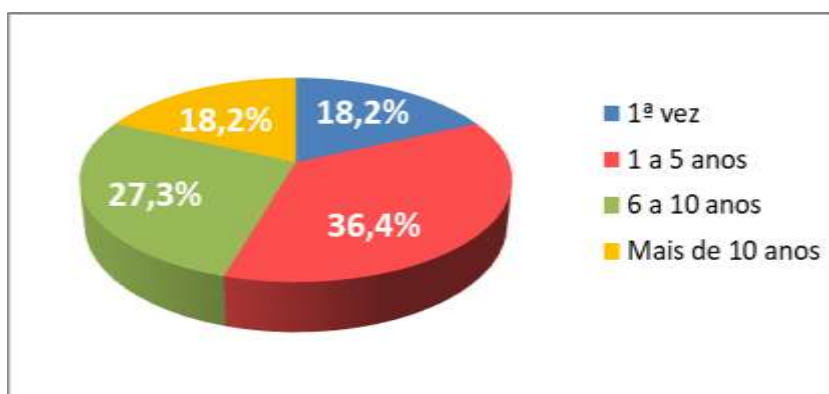
Fonte: Elaboração do próprio autor

Lyra (2009) aponta que diante da falta de docentes com formação na área, muitos dos profissionais chegam às salas de aula “sem que sequer possuam um planejamento para o ano letivo, conduzindo as aulas apenas com conversas e debates, sem nenhum plano prévio ou intenção mais óbvia de despertar mudança de atitudes dos alunos (LYRA, 2009, p. 5)”. Não podemos afirmar que esse fato aconteça com os docentes pesquisados nesse estudo, mas temos que concordar que pode ser muito difícil lecionar uma disciplina fora da sua área de formação. Entendemos que o professor com segurança na sua prática cotidiana consegue, segundo Sarandy (2012), lançar mão de diferentes estratégias e recursos didáticos: o estudo dirigido de texto, seminário, apresentação e a análise de vídeos, a dramatização, o debate, o júri simulado, a visita a museus, bibliotecas etc. Essas são algumas estratégias que o professor, com certa experiência, consegue utilizar para conduzir suas aulas.

Outro dado relevante nessa pesquisa é que 36,4% dos docentes pesquisados disseram lecionar a referida disciplina há aproximadamente 5 anos. Outros 27,3% disseram que

trabalham com esse componente há 10 anos. Nessa perspectiva, optamos por acreditar que esses professores já tenham um relevante conhecimento sobre essa disciplina, uma vez que já têm uma caminhada ministrando aulas desse componente curricular. Segundo Silva (2003), o grande desafio para o professor é colocar em prática suas escolhas, e isso vai se dar quando esse docente ainda está na sua fase de formação inicial. No entanto, após um tempo relevante de prática em sala de aula, o mínimo que se espera desse profissional é que já tenha conseguido formalizar suas escolhas.

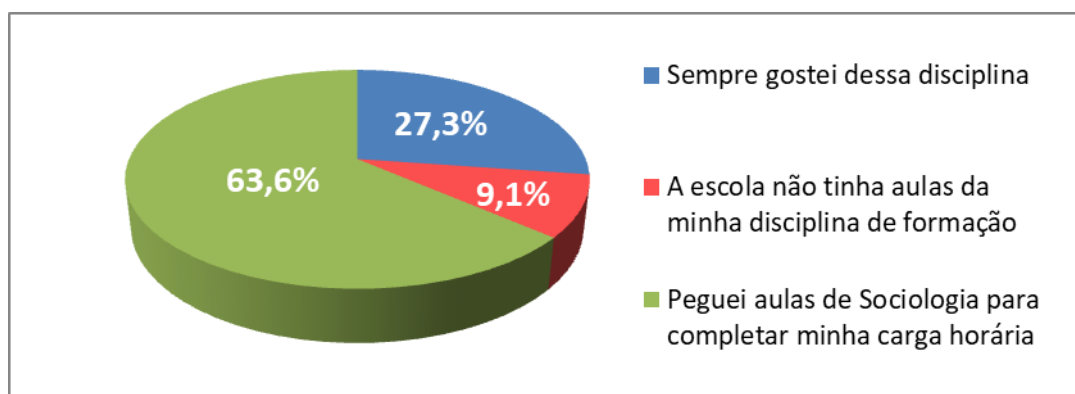
Gráfico 8 - Tempo ensinando Sociologia



Fonte: Elaboração do próprio autor

Quando indagados sobre em que circunstâncias passaram a ensinar a disciplina Sociologia, responderam que as motivações foram:

Gráfico 9 - Motivação para lecionar Sociologia



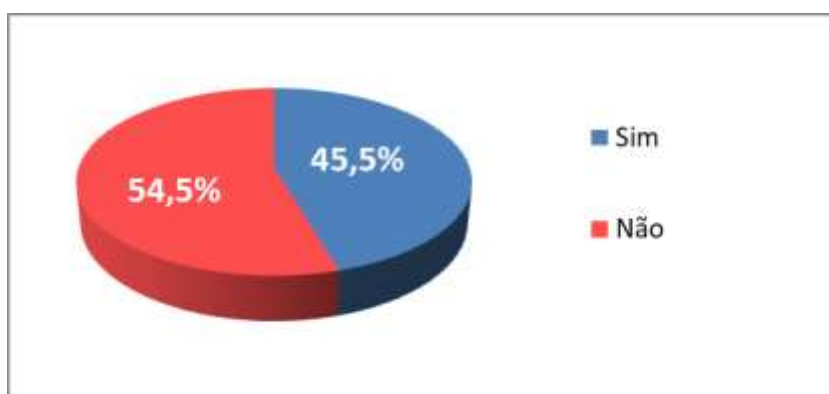
Fonte: Elaboração do próprio autor

Percebemos que 63,6% dos pesquisados disseram que somente aceitaram pegar essas aulas para completar a sua carga horária. Esse dado apresenta uma preocupação: Será que os gestores escolares têm se preocupado com a qualidade das aulas nessa disciplina? Ou, a preocupação está apenas em completar a carga horária dos docentes e da escola? Outro dado

que chama a atenção é que 27,3% dos professores disseram gostar da disciplina e por isso aceitam ministrar aulas de Sociologia. Essa resposta sinaliza um dado muito relevante, pois se os docentes gostam de lecionar esse componente curricular, pode-se intuir que eles estão motivados para ministrar essas aulas.

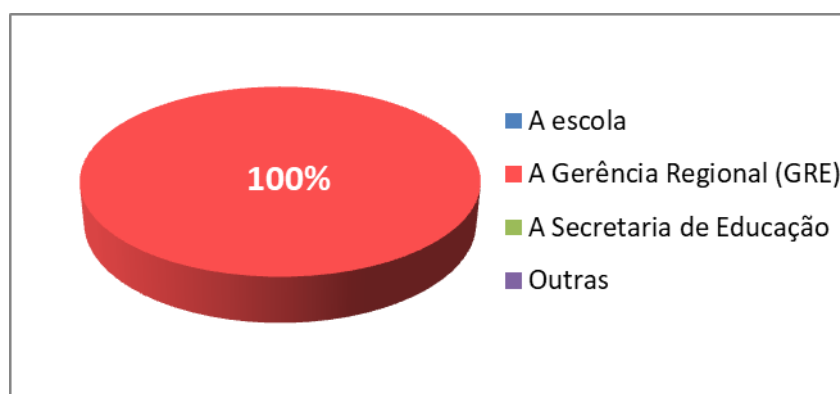
Quando questionados sobre formação continuada, 45,5% dos entrevistados disseram nunca ter participado de formação para ministrar aulas de Sociologia. Takagi e Moraes (2007) dizem que a formação cultural do professor tem sido precária. Ao mesmo tempo em que Moraes *et al.* (2004) ratificam dizendo que essa formação é uma “verdadeira indigência cultural”, e que os docentes não têm se mostrado preparados para desenvolverem trabalhos interdisciplinares, uma vez que a formação recebida não lhes permitem dialogar com conteúdos de outras áreas.

Gráfico 10 - Participação em formação continuada



Fonte: Elaboração do próprio autor

Outros 54,5%, disseram ter recebido formação. Takagi e Moraes (2007) dizem que após a formação inicial na graduação os professores não buscam outras fontes de conhecimento além das que são oferecidas no interior de suas escolas (livros didático, por exemplo), ou os cursos ou as formações continuadas de curta duração oferecidas pela Secretaria de Educação. As informações dos autores acima ratificam os nossos resultados após a análise das respostas dos professores. Infelizmente, ainda existe pouco investimento na qualificação dos profissionais da área das ciências humanas. Geralmente as formações quando acontecem, dá-se apenas uma vez no ano.

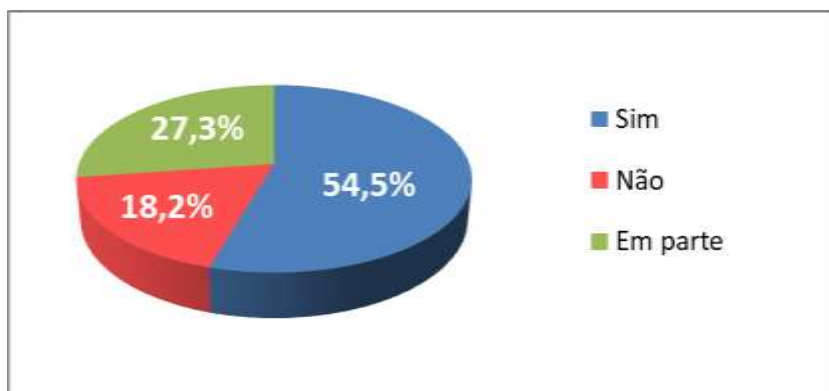
Gráfico 11 - Instituição promotora da Formação

Fonte: Elaboração própria

Outro fator relevante é que geralmente quem ministra essas formações são técnicos da própria Gerência Regional, que muitas vezes não possuem formação na área das Ciências Sociais.

Quando a temática abordada no questionário foi o livro didático de Sociologia, 100% disseram que suas escolas receberam os livros. Esse dado também dialoga com os dados apresentados por Meucci (2014, p. 209-210) quando ela diz que “No Brasil, todos os alunos das escolas públicas (do EF e EM) recebem gratuitamente seus livros escolares, escolhidos pelos seus professores no Guia do LD, publicação que indica as obras aprovadas por uma comissão de pareceristas nomeada pelo Ministério de Educação (MEC)”. Isto ratifica a importância e abrangência do PNLD, pois oportuniza aos estudantes de escolas públicas receberem os livros de suas respectivas séries. Quanto ao uso do LD, 54,5% dos entrevistados disseram que utilizam esse instrumento em suas aulas.

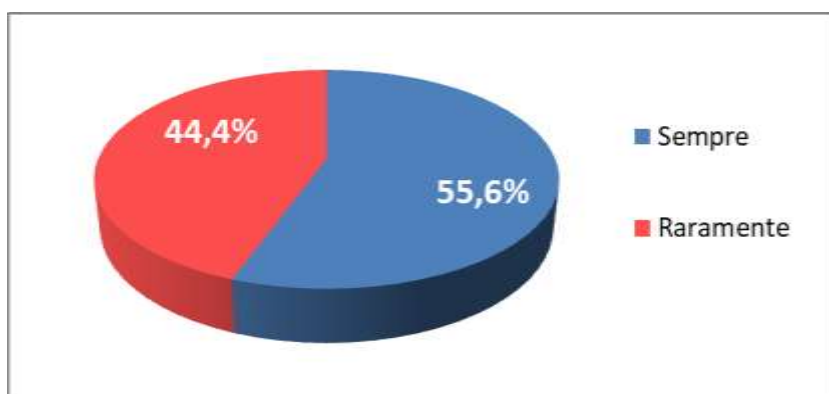
Esse dado nos faz refletir sobre a utilização desse instrumento pelo professor: será que os docentes usam esse material por que não têm formação na área? Ou por que esse é o único suporte de apoio para ministrar suas aulas? E quem não usa o LD? São muitas questões, mas entendemos que esse material de apoio contribui com o trabalho do docente, pois como afirma Meucci (2014, p. 215) “[...] os autores sempre estão em diálogo com seu repertório cultural acumulado, indagando sobre as possibilidades de uso pedagógico de certo filme, obra literária, imagem ou ditado popular”. Sendo assim, defendemos que quando o professor opta por dialogar com tais manuais esses podem se configurar como importante parceiro na condução da dinâmica do trabalho, tendo ou não, o docente, formação na área.

Gráfico 12 - Uso do LD de Sociologia

Fonte: Elaboração do próprio autor

Quanto ao uso do LD, constatamos que apenas 18,2% dos pesquisados afirmam que não o utilizam. Silva (2010), ao dialogar com a temática, entende que na falta de profissionais com formação, o livro didático acaba assumindo um importante papel. No entanto, é importante compreender que o LD não pode ser visto como uma bússola para os professores, uma vez que esse material é um instrumento facilitador que dialoga em primeiro plano com os alunos.

Quando questionados sobre a frequência com que utilizam o LD de Sociologia em suas aulas, 55,6 % dos professores que afirmaram usar o LD, disseram que sempre o utilizam. Principalmente, por ser o livro didático o principal instrumento pedagógico que chega às mãos de professores e alunos.

Gráfico 13 - Frequência de uso do LD

Fonte: Elaboração do próprio autor

Quando questionados os motivos que os levaram a escolher o LD que utilizam em suas escolas, 62,5% dos oito que responderam essa pergunta, disseram que consideram o referido manual como o melhor das opções apresentadas para escolha. Conforme Lima e Silva (2010),

um bom livro é aquele que tem como critérios uma abordagem clara de seus conteúdos, textos contextualizados; autores especialistas na área; Linguagem clara; Diagramação (encadernação, visual); Exercícios (quantidade e qualidade); Orientações oficiais (PCN e CBC).

Gráfico 14 - Motivo para a seleção do livro

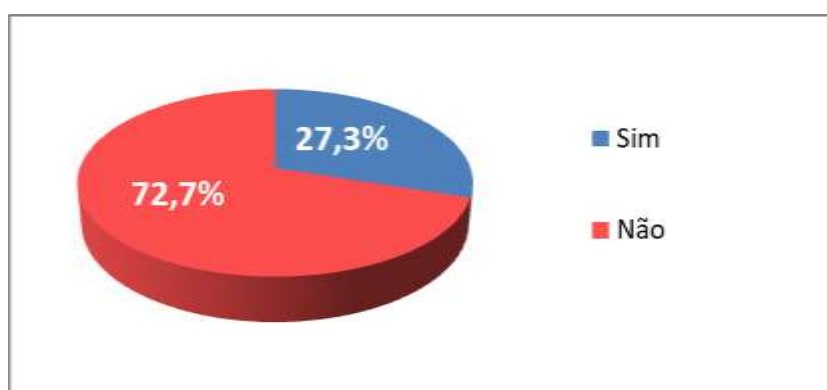


Fonte: Elaboração do próprio autor

Sabe-se que os docentes nem sempre fazem sua escolha após um exame minucioso das várias obras. Infelizmente, muitos se deixam influenciar pela pressão de editoras, companheiros de profissão, e em geral, acabam adotando o mesmo livro/autor que já conhecem por já utilizar tais materiais, considerando que poderão reduzir o tempo para preparar suas aulas posteriormente. Sabe-se também que, em geral, os professores não têm muito tempo para a escolha do LD, às vezes apenas uma manhã ou tarde.

O estudo verificou que 54,5% dos professores pesquisados disseram que já identificaram o conteúdo “Movimentos Sociais” no LD. No entanto, quando indagados se já perceberam a PcD nos LD, 72,7% dos onze pesquisados disseram não ter observado esse grupo nos manuais didáticos.

Gráfico 15 - Identificação da temática “Inclusão da Pessoa com deficiência” no LD



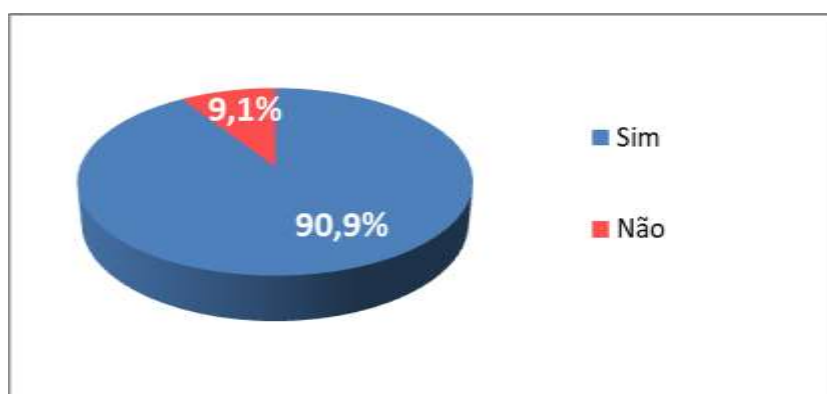
Fonte: Elaboração do próprio autor

Infelizmente, a maioria dos livros não abordam a PcD de maneira apropriada, erguendo assim barreiras comunicacionais e atitudinais, invisibilizando essa parcela da população de maneira que nem mesmos os docentes que utilizam, no dia a dia, os livros didáticos conseguem identificar essa minoria. Infelizmente, a inclusão da PcD na escola requer do estado uma reestruturação geral não apenas no currículo conforme estamos levando nessa pesquisa, mas também segundo Mittler (2003) na reorganização das estruturas físicas das instituições, assim como também com necessidade de aumentar o número de pessoas, pois para que a inclusão aconteça, é necessário que haja uma mudança de concepção da sociedade.

Infelizmente, torna-se mais simples invisibilizar/silenciar as PcD e manter as escolas como espaços de segregação e exclusão. Nesse contexto, entendemos que as Ciências Sociais podem contribuir para desconstruir esse cruel paradigma.

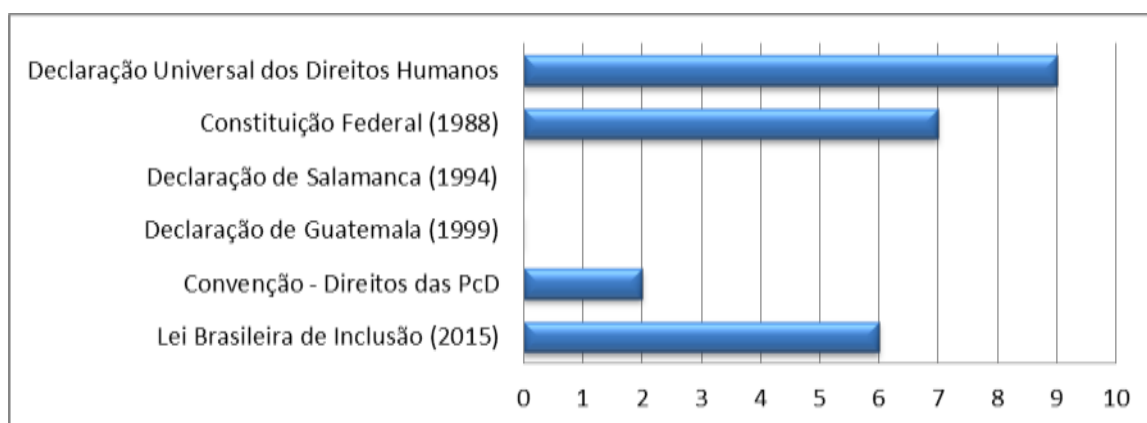
Quando foi questionado aos professores sobre a relevância de abordar a PcD nos livros didáticos, 90,9% dos docentes pesquisados disseram achar relevante que os manuais abordem essa minoria como conteúdo, pois dessa forma o estudante/docente que faz uso desse material pode agregar mais conhecimento ao ler por exemplo, esse tema no LD, e poderão se tornar sujeitos mais esclarecidos e conhecedores dessa minoria. Por outro lado, oportuniza aos estudantes com alguma deficiência a autopercepção enquanto sujeitos.

Gráfico 16 - Relevância da temática “Pessoa com deficiência” no LD



Fonte: Elaboração do próprio autor

Quando questionados sobre as legislações que amparam a PcD, um número expressivo deles disseram conhecer uma parte desses documentos.

Gráfico 17 - Conhecimento sobre legislação

Fonte: Elaboração do próprio autor

Ao final desse questionário aplicado aos professores da rede estadual de educação de Pernambuco, concluímos que o LD é um apoio pedagógico de grande relevância na escola, sendo um suporte importante na concretização do currículo. Constatamos ainda que a área das Ciências Sociais não tem recebido a devida importância por parte do estado, bem como as PcD que não estão recebendo as oportunidades necessárias para que a inclusão possa se efetivar de fato.

Concluímos, portanto, que se faz necessária uma formação inicial e/ou continuada mais abrangente, inclusive oportunizando aos docentes da Sociologia conhecer mais de perto esse tema, para dessa forma, possibilitar um ensino-aprendizagem com maior efetividade. Também, defendemos que a referida disciplina possa ser lecionada por profissionais com formação em Ciências Sociais ou áreas afins.

Essa condição, por si só, não garante a aprendizagem dos alunos. Sobre isso, Tardif (2002, p. 120) entende que “conhecer bem a matéria que se deve ensinar é apenas uma condição necessária, e não uma condição suficiente, do trabalho pedagógico”. Entendemos que um professor ao assumir uma sala de aula precisa estar preparado para mediar saberes junto aos seus alunos, bem como, compreender as diferenças, a pluralidade dos sujeitos e a não homogeneização e padronização do conhecimento. Portanto, não basta ter conhecimento da matéria, pois só isso, não garante a efetividade do ensino. Por outro lado, quando o educador tem domínio dos assuntos propostos no currículo, ele pode conseguir melhores resultados no processo de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo contribui com a área das ciências sociais, uma vez que este assunto ainda não recebeu a devida atenção por parte dos pesquisadores da área. Verificamos nas obras analisadas se a PcD aparecia nos LD e entendemos que, à medida que optamos por investigar essa temática, assumimos uma postura política de combate à discriminação, opressão e invisibilidade, que durante séculos acompanhou esse grupo.

Após analisar cada obra, constatamos que a PcD ainda é silenciada. Entretanto, mesmo sendo um tema ausente no edital do PNLD, em quatro das cinco obras analisadas, essa minoria foi apresentada, com variação de ocorrência em alguns critérios. No tocante ao critério dois (PcD apenas citada), houve cinco ocorrências, ou seja, essa informação, demonstra que a PcD ficou na maioria das vezes no *etcétera*.

Concordamos com Piccolo e Mendes (2013) quando eles dizem ser necessário e urgente que outras disciplinas como a Sociologia, Antropologia, História e Pedagogia tomem para seu escopo analítico a análise da deficiência. É como se a Sociologia ainda não tivesse descoberto a opressão gestada pela deficiência, tal qual percebe com o racismo, o sexismo e as fobias sexuais e étnicas. Dessa forma, a nossa pesquisa ao investigar a inclusão da PcD nos manuais de Sociologia acaba por questionar a opressão a essa categoria imposta pelo próprio estado, ao omitir do currículo e, conseqüentemente, dos editais que regem a elaboração de material didático, essa temática.

Segundo Piccolo e Mendes (2013) a deficiência é vista pelos sociólogos como um tema autoexplicativo e consolidado, cuja base se dá na senda de lineamentos estranhos a seu corpus teórico. Esse pensamento acaba demonstrando o desinteresse dos autores pelo tema, conforme constatado no segundo manual que sequer citou a PcD.

No tocante aos resultados apresentados, podemos dizer que nosso objetivo geral foi contemplado, pois ao analisar os cinco livros de sociologia da edição 2018/2020 do PNLD, constatamos que mesmo de forma superficial eles apresentaram a PcD em suas páginas, de acordo com os critérios elegidos para nossa análise. No entanto, constatamos que a invisibilidade imposta a esse grupo ainda é forte, talvez por falta de conhecimento do assunto, e/ou por falta de interesse pela temática. O grande desafio ao falar de inclusão da PcD no livro de Sociologia, recai no como ensinar - no nível médio - um tema pouco explorado pelos autores da Sociologia que são os responsáveis por escrever os livros didáticos que chegam às escolas. Também, constatamos, ao analisar o edital do PNLD 2018, que o referido documento

não traz nenhuma rubrica que solicita a inclusão desse assunto nos livros, ficando a cargo dos autores e editoras contemplar o tema ou não.

No decorrer da pesquisa, à medida que analisamos os livros didáticos, fomos observando que, em geral, quando a questão da deficiência é apresentada, ela é reduzida a deficiência física, inclusive nas imagens de pessoas em cadeiras de rodas. Sabemos, todavia, que existem várias deficiências.

A nossa contribuição com essa pesquisa é sensibilizar estudiosos, professores, gestores educacionais e a própria sociedade sobre a importância desse grupo e estimular pesquisas que o tenham como objeto de estudo, fomentando, assim, uma maior discussão sobre esta temática. Neste sentido defendemos que a PcD não pode ficar de fora dos livros didáticos de Sociologia. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) aponta que

Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

A legislação brasileira se baseia nessa declaração que transita em âmbito internacional. Dessa forma, vários documentos foram aprovados em um panorama mundial repercutindo no Brasil, uma vez que somos signatários de quase todas essas declarações.

Nosso estudo mostrou que os autores, na produção dos seus livros, aparentam conhecer as normas e os direitos humanos. No entanto, algumas minorias são mais representadas nas páginas dos livros, enquanto outras não têm o mesmo espaço.

No tocante ao perfil dos professores que lecionam Sociologia, observamos por meio das entrevistas que, em quase sua totalidade, eles são graduados em outras áreas de conhecimento e se dispõem a ministrar essa disciplina para complementar sua carga horária. Esses são, em sua maioria, efetivos da Rede Estadual de Pernambuco e já têm mais de dez anos atuando como professores. Uma parte expressiva deles, disseram não ter recebido formação continuada para o ensino dessa disciplina. Também não identificaram a temática inclusão da PcD nos livros que usam como material de trabalho, mas ratificam que seria importante que essa temática aparecesse nos livros. A maioria deles conhecem as legislações.

Esperamos que a partir desse estudo, outros pesquisadores do campo das ciências sociais possam se interessar pelo assunto e assim levantar outras questões a serem estudadas a partir do olhar da Sociologia. A inclusão da PcD não pode continuar sendo um campo de estudo apenas da área de educação, conforme constamos nas produções da UFPE por

exemplo. A luta pelo fim da discriminação, dos estigmas e a inclusão da PcD na escola/sociedade deve ser de todos, inclusive do currículo, dos autores dos livros didático, do estado e também dos professores em suas salas de aula.

Não podemos continuar segregando, erguendo barreiras nos seus vários tipos, silenciando, invisibilizando ou achando que toda Pessoa com Deficiência é igual. É preciso desnaturalizar esses vícios, pois eles acabam sendo uma grande violência simbólica e principalmente cultural. Temos que olhar as pessoas como indivíduos de direitos. Dessa forma, ao pensar a escola que compartilha saberes, é preciso seguir a perspectiva dos direitos humanos, pois estes estão intrinsecamente vinculados aos conceitos de democracia e dignidade da pessoa humana, tais princípios foram construídos pela humanidade ao longo história.

Entendemos que a grande barreira a ser quebrada já não é apenas a arquitetônica, como ocorria no passado, mas as barreiras atitudinais, que muitas vezes emergem por falta de uma sociedade crítica e que respeite as diferenças.

REFERÊNCIAS

ABRIC, Jean-Claude. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, Antônia Silva Paredes; OLIVEIRA, Denise Cristina de (Org.). **Estudos interdisciplinares de representações sociais**. Goiânia: AB Editora, 1998.

ALBUQUERQUE, Ednea Rodrigues de. **PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA**: um estudo de caso em escola com atendimento educacional especializado (AEE) em Jaboatão dos Guararapes-PE. Tese de Doutorado em Educação - Universidade Federal de Pernambuco, 2014.

ALMEIDA, C., 2000. Saúde nas reformas contemporâneas. In: **Saúde Equidade e Gênero: Um Desafio para as Políticas Públicas** (A. M. Costa, E. Merchán-Hamann & D. Tajer, org.), pp. 61-94, Brasília: ABRASCO/Asociación Latinoamericana de Medicina Social/Universidade de Brasília.

ALMEIDA, Dulce Barros de. **Do especial ao inclusivo?** Um estudo da proposta de inclusão escolar da rede estadual de Goiás, no município de Goiânia. 2003. 204f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas.

ARAUJO, Fernanda Maria Agostinho de. **As representações sociais de pessoa com deficiência dos estudantes dos cursos de pedagogia**: quando a educação inclusiva interroga a formação docente. Tese de Doutorado em Educação - Universidade Federal de Pernambuco, 2016, 288p.

ARAÚJO, Silvia Maria de. BRIDI, Maria Aparecida; MOTIM, Benilde Lenzi. **Sociologia**. Volume único. Ensino médio. 2. Ed. São Paulo: Scipione, 2016.

ARISTÓTELES. **A Política**. Rio de Janeiro: Tecnoprint S.A., 1988.

BARBOSA. Vera Lúcia B. **Por uma educação inclusiva**. João Pessoa: Manufatura, 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

_____. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

_____. **Análise de Conteúdo**. /Lisboa: Edições 70, 1977.

BOMENY, Helena [et al.]. **Tempos modernos, tempos de sociologia**: ensino médio. Volume único. – 3. Ed. – São Paulo: Editora do Brasil, 2016.

BOOTH. T.; AINSCOW. M. **Index para a inclusão**: desenvolvimento a aprendizagem e a participação na escola. 2011.

Disponível em< <http://www.lapeade.com.br/publicacoes/documentos/index2012-final%20FOTOS%20BRASIL.pdf>>. Acesso em 16 mar. 2019.

BOURDIEU, Pierre.; PASSERON, Jean. **A Reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. [Trad. Reynaldo Bairão]. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora S/A, 1975. (Série Educação em Questão).

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Guia de livros didáticos. PNLD 2018. Sociologia.** Brasília, 2017.

_____. **Lei 13. 146**, de 6 de julho de 2015. Dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

_____. Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o **Plano Nacional de Educação – PNE** e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF., 26 jun. 2014. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em 20 de jul. 2019.

_____. IBGE. **Censo Demográfico 2010:** Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Brasília/Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/IBGE, 2012.

_____. Ministério da Educação. **Lei n.º 11.684**, de 2 de junho de 2008. Altera o art. 36 da lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Brasília, DF, 3 de junho de 2008.

_____. **Política Nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.** Brasília, MEC, 2008. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>>. Acesso em 20 de jul. 2014

_____. Secretaria da Educação Básica. **Ética e Cidadania:** construindo valores na escola e na sociedade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, 2007.

_____. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.** Brasília, DF: SDH; Ministério da Educação, 2006.

_____. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB nº 38/2006. Inclusão Obrigatória das Disciplinas de Filosofia e Sociologia no Currículo do Ensino Médio.** Brasília, DF, 7 de julho de 2006.

_____. MEC (Ministério da Educação). Secretaria de Educação Fundamental. **Projeto de avaliação dos livros didáticos da 1ª à 4ª série.** v. 2. Brasília: MEC, 2003. 275p

_____. Salto para o Futuro: **Educação Especial:** tendências atuais / Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999. 96 p. - (Série de Estudos. Educação a Distância, ISSN 1516-2079; v.9)

_____. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**, 1996.

_____. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 1 jul. 2019.

CAVALCANTE, Thayene Gomes. **Adoção do livro didático de sociologia na educação básica:** estudo com docentes da rede pública da Primeira Gerência Regional de Ensino da Paraíba. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais - Fundação Joaquim Nabuco, 2015.

CARVALHO, L. ALMEIDA, P. **Direitos humanos e pessoas com deficiência:** da exclusão à inclusão, da proteção à promoção [online]. Fev. 2012. Disponível em <<http://www.inclusive.org.br/arquivos/30688>>. Acesso em: 24/02/2019.

CONVENÇÃO. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência:** Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. 4. Ed. rev. e atual. – Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2011.

COUTINHO, Marta callou barros. **A construção de saberes docentes para a inclusão das pessoas com deficiência:** um estudo a partir dos professores do curso de Pedagogia do Sertão Pernambucano. Dissertação de Mestrado em Educação - Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez. 1948. Disponível em: <https://brasa.org.br/declaracao-universal-dos-direitos-humanos/?gclid=Cj0KCQiAvc_xBRCYARIsAC5QT9m2NmSAvLgCl6xbEOlOi56WX7XxcS_M7T87adECwDQtSE0PufjqWgaAnMKEALw_wcB>. Acesso em: 26 agost. 2019.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Necessidades Educativas Especiais – NEE In: **Conferência Mundial sobre NEE:** Acesso em: Qualidade – UNESCO. Salamanca/Espanha: UNESCO, 1994.

DESTERRO, Fabio Braga do. **Sobre Livros Didáticos de Sociologia para o Ensino Médio.** Rio de Janeiro, 2016. 270 f. Dissertação de Mestrado – UFRJ, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (coleção Leitura)

GOFFMAN, Ervenig. **ESTIGMA:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. São Paulo: Brasiliense, 1988.

GOOGLE. Clear Google Drive space & increase storage. 2019. Disponível em:<<https://support.google.com/mail/answer/6374270?hl=en>> . Acesso em: 10 Set. 2019.

G.R.E.S. **Império Serrano (RJ).** Samba Enredo 2007 - Ser Diferente É Normal. Disponível em: <<https://www.letas.mus.br/imperio-serrano-rj/820126/>>. Acesso em: 10 Set. 2019.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos:** uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LIMA, Jorge Alexandro Barbosa de. **Sala de aula em movimento:** análise e proposta de material didático acerca do tema dos Movimentos Sociais no ensino médio. (Mestrado Profissional em Ciências Sociais para o Ensino Médio). Fundação Joaquim Nabuco – Recife, PE. 2015.

LIMA, Maria Emilia Caixeta de Castro. SILVA, Penha Souza. **Critérios que professores de química apontam como orientadores da escolha do livro didático.** Rev. Ensaio | Belo Horizonte | v.12 | n.02 | p.121-136 | mai-ago | 2010

LYRA, Joani Silvana Capiberibe de. **Sociologia nas escolas de ensino médio de Boa Vista/RR.** XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. 28 a 31 de julho de 2009, Rio de Janeiro (RJ). Disponível em <file:///C:/Users/br/Downloads/sbs2009_GT07_Joani_Lyra.pdf>. Acesso em: Junho de 2019.

MACHADO, Igor José de Renó. AMORIM, Henrique. BARROS, Celson Rocha de. **Sociologia hoje: ensino médio.** Volume único. 2. Ed. São Paulo: Ática, 2016.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2015.

_____. **Inclusão Escolar: caminhos, descaminhos, desafios, perspectivas.** In: **O desafio das diferenças nas escolas.** 4. Ed. – Petrópolis, RJ. Vozes, p. 29-41, 2011.

_____. SANTOS, Maria Terezinha da C.T. **Atendimento educacional especializado; políticas públicas e gestão nos municípios.** São Paulo: Moderna, 2010.

_____. **Sobre o especial na e o especial da educação – breves considerações.** In: Ensaio Pedagógico: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, p. 49-54, 2007.

_____. **Igualdade e Diferenças na Escola – Como andar no fio da navalha.** Revista Educação. Porto Alegre – RS, ano XXIX, n. 1 (58), p. 55 – 64, Jan./Abr, 2006.

_____. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MASTRODI, Josué e AVELAR, Emília Ana Cunha. **O conceito de cidadania a partir da obra de T. H. Marshall: conquista e concessão.** <Cadernos de Direito, Piracicaba, v. 17(33): 3-27, jul.-dez. 2017 • ISSN Eletrônico: 2238-1228>. Acesso: 8 de setembro de 2019.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos.** Lisboa: Edições 70, 1964.

MEC - **Ministério da Educação.** Publicações. 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32546>>

MEUCCI, Simone. **Notas sobre o pensamento social brasileiro nos livros didáticos de sociologia.** Revista Brasileira de Sociologia, Vol 02, No. 03 | Jan/Jun/2014.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: Contextos Sociais.** Porto Alegre: Artmed, (2003).

MORAES, A.; GUIMARÃES, E. F. Metodologia de Ensino de Ciências Sociais: relendo as OCEM-Sociologia. In: MORAES, Amaury C. (Coord.) **Sociologia: Ensino Médio.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.p. 45-62. (Coleção Explorando o Ensino, v. 15).

MORAES, Amaury César. et al. Sociologia. In: **Orientações Curriculares do Ensino Médio**. Brasília: MEC/SEB/DPEM, 2004, p. 343-372.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. COSTA, Ricardo Cesar Rocha da. **Sociologia para Jovens do século XXI**. 4. Ed. – Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2016.

OLIVEIRA, Ana Flávia Teodoro de Mendonça. **A representação cultural da deficiência nos discursos midiáticos do Portal do Professor do MEC**. Tese de Doutorado em Educação - Universidade Federal de Pernambuco, 2014.

ORIENTAÇÕES CURRICULARES NACIONAIS PARA O ENSINO MÉDIO. Conhecimentos de Sociologia. In: **Ciências humanas e suas tecnologias/Secretaria de Educação Básica**. Autores: Amaury César Moraes, Elisabeth da Fonseca Guimarães & Nelson Dácio Tomazi. 2006.

PICCOLO, Gustavo Martins. MENDES, Enicéia Gonçalves. **Contribuições a um pensar sociológico sobre a deficiência**. Educ. Soc., Campinas, v. 34, n. 123, p. 459-475, abr.-jun. 2013. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>

PINTO, Rosângela de Oliveira. PIZZIRANI, Flávia. **Legislação educacional**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2017.

PIOVESAN, Flávia. **Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos**. Cadernos de Pesquisa, v. 35, n. 124, p. 43-55, jan./abr. 2005

PREVITALLI, Ivete Miranda; VIEIRA, Hamilton E. Santos. **Educação e Diversidade**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A. 2017.

RAMOS, Marília Patta. **Em ciências sociais: lógica e utilidade do uso da quantificação nas explicações dos fenômenos sociais**. MEDIAÇÕES, LONDRINA, V. 18 N. 1, P. 55-65, JAN./JUN. 2013

Revista quadrimestral do Grupo de Pesquisa Educação, Artes e Inclusão (GPEAI/UDESC). Volume 13, n. 2 de 2017 - Maio/Agosto. Publicado em: 01 de Agosto de 2017.

RIBEIRO, Disneylândia Maria. **BARREIRAS ATITUDINAIS: obstáculos e desafios à inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior**. Dissertação de Mestrado em Educação - Universidade Federal de Pernambuco, 2016.

SÁ, Elizabet Dias de; CAMPOS, Izilda Maria de; SILVA, Myrian Beatriz Campolina. Inclusão escolar de alunos cegos e com baixa visão. In: **Atendimento Educacional Especializado – Deficiência Visual**. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

SANTANA, Maria Zélia de. **Políticas públicas de educação inclusiva voltada para estudante com deficiência na educação superior: o caso da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)**. Tese de Doutorado em Educação - Universidade Federal de Pernambuco, 2016.

SANTOS, Mavíael Leonardo Almeida dos. **Política de Inclusão Escolar: uma análise do Programa Escola Acessível**. Dissertação de Mestrado em Educação - Universidade Federal de Pernambuco, 2017.

SANTOS, Tatiana dos. BARBOSA, Regiane da Silva. **Educação Inclusiva**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S. A. 2016.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Se Deus fosse um ativista dos Direitos Humanos**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **“Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade”**. In: _____. Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SARANDY, Flávio. Ensino de Sociologia: insulamento e invisibilidade de uma disciplina. In: FIGUEIREDO, André Luiz de; OLIVEIRA, Luiz Fernandes; PINTO, Naylane Mendonça (Org.). **Sociologia na Sala de Aula: reflexões e experiências docentes no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2012. P. 47-72.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SILVA, Claudia Lopes da. GARCEZ, Liliane. **Educação inclusiva**. – Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2019.

SILVA, Afrânio [et al.]. **Sociologia em movimento**. – 2. Ed. – São Paulo: Moderna, 2016.

SILVA, Samira do Prado. **As interseccionalidades entre gênero, raça/etnia, classe e geração nos livros de sociologia**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, 2016.

SILVA, Aida Maria Monteiro. Direitos Humanos na educação básica: qual significado? In: SILVA, Aida Ma Monteiro; TAVARES, Celma (org.). **Políticas e Fundamentos da Educação em Direitos Humanos**. São Paulo: Ed. Cortez, 2013.

SILVA, Fabiana Tavares dos Santos. **EDUCAÇÃO NÃO INCLUSIVA: a trajetória das barreiras atitudinais nas dissertações de educação do programa de pós-graduação em educação (PPGE/UFPE)**. Dissertação de Mestrado em Educação - Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli. **A sociologia no ensino médio: os desafios institucionais e epistemológicos para a consolidação da disciplina**. Cronos, Natal-RN, v. 8, n. 2, p. 403-427, jul./dez. 2007

_____. **Das Fronteiras Entre Ciência e Educação Escolar: as configurações do ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Estado do Paraná (1970-2002)**. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

_____. **A Sociologia no Ensino Médio: perfil dos professores, dos conteúdos e das metodologias no primeiro ano de reimplantação nas escolas de Londrina – PR e região – 1999.** In: CARVALHO, Lejeune Mato Grosso de (Org.). **Sociologia e ensino em debate: experiências e discussão de sociologia no ensino médio.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2004, p.77-94.

TAKAGI, Cassiana Tiemi Tedesco. MORAES, Amaury Cesar. **Um olhar sobre o Ensino de Sociologia:** Pesquisa e Ensino. Mediações, Londrina, v. 12, N. 1. 93-112. Jan/jun. 2007.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TROPIA, Patrícia Vieira. **Documento Técnico 1.** Relatório de Pesquisa FUNDAJ/Unesco, 2017.

QUEIROZ, José Jorge Lins de. **O ensino de sociologia hoje:** práticas docentes e o livro didático. (Mestrado Profissional em Ciências Sociais para o Ensino Médio). Fundação Joaquim Nabuco – Recife, PE. 2016.

VOIVODIC, Maria Antonieta. **Inclusão escolar de crianças com síndrome de down.** 2º ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

VYGOTSKY, Levi Semyonovich. Obras escogidas – V. **Fundamentos da defectologia.** Madrid: Visor, 1997.

VYGOTSKY, Levi Semyonovich. **A Formação Social da Mente:** O Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

APÊNDICE A

Questionário

Dados Pessoais

1. Sexo: ☐ Masculino ☐ Feminino
2. Idade: ☐ 20 a 25 ☐ 26 a 35 ☐ 36 a 45 ☐ 46 a 55 ☐ Mais de 55

Dados Profissionais

3. Vínculo: ☐ efetivo ☐ contrato temporário ☐ cedência de outro órgão
4. Tempo de atuação na educação (em anos):
☐ 01 a 05 ☐ 06 a 10 ☐ 11 a 20 ☐ Mais de 20
5. Área de formação inicial (Licenciatura)
☐ Ciências Sociais ☐ Filosofia ☐ Geografia ☐ História ☐ Letras ☐ Pedagogia ☐ Sociologia ☐ Outra

Atuação na Escola

6. Componente(s) curricular(es) que leciona
☐ Apenas Sociologia
☐ Área de Ciências da Natureza e Sociologia
☐ Área de Ciências Humanas e Sociologia
☐ Área de Linguagens e Sociologia
7. Há quanto tempo você leciona Sociologia (em anos)?
☐ Primeira Vez ☐ 01 a 05 ☐ 06 a 10 ☐ Mais de 10
8. Em que circunstância você começou a ministrar aulas de Sociologia?
☐ Sempre gostei dessa disciplina
☐ A escola não tinha aulas da minha disciplina de formação
☐ Peguei aulas de Sociologia para complementar minha carga horária
☐ Outro
9. Já recebeu alguma formação específica para ministrar aulas de Sociologia?
☐ Sim ☐ Não
10. Em caso positivo, quem foi à instituição promotora da formação?
☐ Escola ☐ Gerência Regional - GRE ☐ Secretaria de Educação ☐ Outras

Sobre o Livro Didático

11. A sua escola recebeu o livro didático de Sociologia? ☐ Sim ☐ Não
12. Você utiliza o livro didático de Sociologia em suas aulas?
☐ Sim ☐ Não ☐ Em parte

13. Em caso positivo, com que frequência? () Sempre () Raramente
14. Você participou em 2017 da escolha do livro de Sociologia adotado pela escola? () Sim () Não
15. Em caso positivo, por que selecionou o referido livro?
- () Consideramos o melhor livro
 - () Apresenta linguagem mais simples
 - () Já conhecia esse livro
 - () Indicação de outros colegas
 - () Gosto dos autores
 - () Outros
16. Você considera o livro adotado em sua escola um bom livro?
- () Sim () Não
17. Você considera o LD uma ferramenta importante para discentes e docentes?
- () Sim () Não

Sobre o conteúdo do Livro Didático de Sociologia

18. Você já identificou no livro didático adotado em sua escola o conteúdo Movimentos Sociais?
- () Sim () Não
19. Você já identificou a temática “Inclusão da Pessoa com deficiência” no LD?
- () Sim () Não
20. Você aborda nas suas aulas a temática inclusão da Pessoa com Deficiência?
- () Sim () Não
21. Você acha relevante que o LD aborde a temática “Pessoa com deficiência”?
- () Sim () Não
22. Você acha que a PcD tem recebido o mesmo tratamento que outros grupos sociais?
- () Sim () Não () Em parte
23. Na atualidade existem muitas legislações que afirmam os direitos das PcD. Marque aquela(s) que você tem conhecimento.
- () Declaração dos Direitos Humanos - 1948
 - () Constituição Federal Brasileira - 1988
 - () Declaração de Salamanca - 1994
 - () Declaração da Guatemala - 1999
 - () Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência - 2006
 - () Lei Brasileira de Inclusão – 2015